

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MARINA BARBOSA NOGUEIRA SILVA**

**SOCIABILIDADE E MEMÓRIA:  
AS FORMAS DE INTERAÇÃO DE APOSENTADOS NO CALÇADÃO DA RUA  
HÁLFELD EM JUIZ DE FORA**

**JUIZ DE FORA**

**2014**

**MARINA BARBOSA NOGUEIRA SILVA**

**SOCIABILIDADE E MEMÓRIA:  
AS FORMAS DE INTERAÇÃO DE APOSENTADOS NO CALÇADÃO DA RUA  
HÁLFELD EM JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Antropologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Dr. Carlos Francisco Perez Reyna

**JUIZ DE FORA**

**2014**

**Marina Barbosa Nogueira Silva**

**SOCIABILIDADE E MEMÓRIA:**

**AS FORMAS DE INTERAÇÃO DE APOSENTADOS NO CALÇADÃO DA RUA  
HALFELD EM JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Carlos Francisco Perez Reyna - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Dr<sup>a</sup>. Rogéria Campos de Almeida Dutra  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Dr<sup>a</sup>. Rosali Maria Nunes Henriques  
Instituto Museu da Pessoa

Dedico este trabalho a todos os homens que carinhosamente me deixaram fazer parte do seu cotidiano para a realização desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus *maravilhosos pais, Wal e Zé*, pelo apoio e amor incondicionais. Sem vocês não há porquê.

A toda a minha família, em especial aos meus *irmãos Pedrinho e Zezinho, ao meu sobrinho Pedrinho, a minha segunda mãe Didi e a minha avó Wal*, pelo amor, pelo carinho, pela amizade e por todos os ensinamentos.

Ao meu companheiro *Pedro*, por todo amor, por todos os risos, pela paciência e claro, por musicar da forma mais linda a minha vida.

Ao meu padrinho *Rubinho* e minha madrinha *Eleuza*, por fazerem de Juiz de Fora uma cidade mais acolhedora.

Ao meu orientador *Carlos Francisco Perez Reyna*, pela amizade e pela generosidade de compartilhar comigo seus conhecimentos.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFJF pelas excelentes aulas e conselhos.

A professora *Rogéria Campos de Almeida Dutra* e a pesquisadora *Rosali Maria Nunes Henriques*.

Aos grandes amigos, os melhores encontros que a graduação me proporcionou, *Thiago Tavares, Bruno Abadias, Rodrigo Moraes, André Costanti, Laís Lavinias, Gabriela Visconti, Jéssica Fachinetto e Thays Monticelli*.

Aos amigos amados que a vida trouxe *Samara Pires Neto, Janaína Moraes e Ivan de Moraes Gonçalves*.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A Capes por ter financiado esta pesquisa.

Os séculos passam, deslizam, levando  
as coisas fúteis e os acontecimentos  
notáveis. Só persiste e fica legado, das  
gerações cada vez maior, o amor da rua.

*A Alma Encantadora das Ruas* (1908)  
/João do Rio

## RESUMO

Esta pesquisa pretendeu analisar as formas de sociabilidade, tais quais o jogo e a conversação, desenvolvidas por aposentados que frequentam o calçadão da rua Halfeld, em Juiz de Fora – MG, partindo da ideia de sociabilidade elaborada por George Simmel. Assim como, entender se há, por meio dessas redes de sociabilidade, a criação naquele espaço da noção de pertencimento que os permite estabelecer-se enquanto grupos que, por sua vez, sustentam lembranças particulares, utilizando a noção de memória coletiva de Maurice Halbwachs como guia. Para a realização da etnografia foi escolhido como método a observação participante somada a elementos da antropologia visual, como a câmera de vídeo e uso de fotografias. Compreendeu-se que há regras de convivência e lembranças próprias a cada grupo e que a conversação e o jogo criam entre o seus participantes e o calçadão um elo simbólico vivenciado no dia a dia.

Palavras-chaves: Sociabilidade. Memória Coletiva. Antropologia Visual. Pertencimento. Aposentados.

## **ABSTRACT**

This research sought to examine the forms of sociability, such as the gambling and conversation, developed by retirees who frequent the Halfeld St. boardwalk in Juiz de Fora - MG, on the idea of George Simmel's sociability concept. As well as to understand if there is, through these social networks, the creation of that notion of belonging that allows them to establish themselves as groups which, in turn, sustain private memories, using the Maurice Halbwachs's notion of collective memory of space as tab. The chosen method for the ethnography's production was the participant's observation coupled with elements of visual anthropology, such as video and photographs. It was understood that there are rules of coexistence and own recollections groups, endowed with private values and forms. It was also understood that the conversation and gambling creates a symbolic link between the participants and the boardwalk, experienced in everyday life.

Keywords: Sociability. Collective Memory. Visual Anthropology. Belonging. Retirees.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - O CORAÇÃO DA CIDADE	23
FIGURA 2 - DOM PEDRO NOMEIA A RUA HALFELD	24
FIGURA 3 - RUA HALFELD (1880-1890) – AO FUNDO O MORRO DO CRISTO	25
FIGURA 4 - INTERIOR DO POLYTHEAMA (1915)	27
FIGURA 5 - FACHADA DO CINE-TEATRO CENTRAL	28
FIGURA 6 - LANÇAMENTO DA COCA-COLA FAMÍLIA EM JUIZ DE FORA - 1965	31
FIGURA 7 - CALÇADÃO – CALENDÁRIO DE 1977	34
FIGURA 8 - CALÇADÃO EM UM SÁBADO DE MANHÃ – 2012	36
FIGURA 9 - MAPA DA PURRINHA	70
FIGURA 10 - APOSENTADO EM FRENTE À INTERNACIONAL LANCHES - 2012	73
FIGURA 11 - RODA DE PURRINHA DA TURMA DO GUARAGIL – 2011	76
FIGURA 12 - APOSENTADO EXPLICA A PURRINHA	88
FIGURA 13 - SR. JESUS E ITAMAR FRANCO – 2012	95

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
HIPÓTESES .....	13
METODOLOGIA.....	14
OBJETIVOS .....	17
<b>Objetivo Geral</b> .....	17
<b>Objetivos Específicos</b> .....	18
<b>1 JUIZ DE FORA E A RUA HALFELD: UMA BREVE APRESENTAÇÃO</b> .....	19
1.1 FUNDAÇÃO DE JUIZ DE FORA .....	19
1.2 HALFELD E SEU PAPEL DE FUNDADOR.....	21
<b>1.2.1 O Coração da Cidade</b> .....	22
1.3 A IDEIA DO CALÇADÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CENTRALIDADE URBANA.....	36
<b>2 QUESTÕES SOBRE MÉTODO: DEPOIMENTOS E IMAGENS COMO FONTES ANALÍTICAS</b> .....	42
2.1 O MEIO & A CÂMERA: O REGISTRO VIDEOGRÁFICO NA PESQUISA ANTROPOLÓGICA.....	46
<b>2.1.1 Questões éticas: a experiência em campo confrontada com as expectativas metodológicas</b> .....	47
2.2 AS ENTREVISTAS: NARRATIVAS IMAGÉTICAS SOBRE O PASSADO E O PRESENTE .....	52
<b>3 SOCIABILIDADE: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DAS FORMAS DE INTERAÇÃO</b> .....	56
3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA <i>PURRINHA</i> .....	58
<b>3.1.1 Considerações a respeito dos tamanhos dos grupos</b> .....	60
<b>3.1.2 A conversação como outro tipo de sociabilidade</b> .....	61
<b>3.1.3 A duplicidade do “jogo social”</b> .....	61
3.2 MEMÓRIA COLETIVA: A IMPORTÂNCIA DAS LEMBRANÇAS DE GRUPOS ..	62
<b>4 SOCIABILIDADE &amp; MEMÓRIA: LEMBRANÇAS EM FORMA DE NARRATIVAS</b> .....	69
4.1 OS GRUPOS.....	69
4.2 Sociabilidade de Velhos: O caso do Cafezinho .....	70
<b>4.2.1 A Turma do Guaragil: Lembranças e permanências</b> .....	70

<b>4.2.2 A Hora do Cafezinho: Entre campeões e pangarés.....</b>	<b>76</b>
<b>4.2.3 De Dentro e de Fora: A ética do jogo sob duas óticas.....</b>	<b>79</b>
<b>4.2.4 As Relações entre os Grupos: Distinções de valores e aproximações.....</b>	<b>85</b>
<b>4.3 O CALÇADÃO: SALA DE ESTAR DOS APOSENTADOS .....</b>	<b>90</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

O chamado calçadão da Rua Halfeld é capaz de nos chamar atenção pela imensa heterogeneidade que por ali circula diariamente. Cortada por duas das principais avenidas da cidade – Av. Barão do Rio Branco e Av. Getúlio Vargas –, a Rua Halfeld fica bem no centro de Juiz de Fora e em seu perímetro completamente calçado é rodeada por galerias comerciais. Não há uma só loja que não esteja ocupada por estabelecimentos variados, como bancos, lanchonetes, lojas de roupas e calçados, farmácias, comércio de toda a sorte. Unidos aos trabalhadores ambulantes e aos transeuntes, estas propriedades constituem um rico recorte sobre o comportamento de uma sociedade complexa que nos quer dizer algo ou que significa algo. A maior parte dos acontecimentos sociais, políticos e culturais que ajudaram, ajudam e possivelmente ajudarão a formatar a identidade dos juiz-foranos passa pelo calçadão da Rua Halfeld desde o século XIX, quando ainda era nomeada Rua da Califórnia.

Para além de sua importância histórica, o calçadão, como uma rede de sociabilidade, tem muito a nos dizer. Por vezes, as miudezas do movimento cotidiano de uma cidade passam despercebidas à multidão de olhares apressados que por ela transitam. É tarefa de um antropólogo esmiuçar e interpretar (GEERTZ, 1989) esses detalhes – os gestos, as relações, as expressões verbais, os conceitos – para que pelo menos alguns desses olhares se expressem e se coloquem como produtores de significado.

Por isso, o que motiva esta pesquisa é a necessidade de voltar o olhar para as interações ali presentes daqueles que não estejam somente de passagem, mas que na rotina do dia a dia, tecem as redes de relações sociais que conferem identidade à rua. O senso comum ou os discursos mais generalizados nos deixam, muitas vezes, uma impressão superficial sobre o cotidiano dos atores sociais que quase nunca aparecem como determinantes para a dinâmica de uma cidade, ficando sempre, na hierarquia midiática, atrás da economia e de grandes instituições. A etnografia urbana encontra nos detalhes, nas fragmentações e nos conflitos, nos encontros e desencontros desses atores, material de suma importância, capaz de criar outras possibilidades de interpretação de contextos urbanos (MAGNANI, 2002).

O movimento efervescente da principal rua<sup>1</sup> de uma cidade de médio porte do Brasil certamente exige um esforço sistemático de inserção em campo e de distanciamento para conseguir transformar o familiar em exótico (VELHO, 1978). Enquanto pesquisadora desta proposta, acredito ser necessário afastar a visão da Rua Halfeld como um simples local de passagem, a fim de poder investigar, interpretar e compreender a visão de mundo dos atores sociais componentes do jogo cênico em questão e qual a importância da rua em suas vidas.

Apesar de ser um espaço público, a Rua Halfeld possui acordos tácitos bem como da divisão do espaço ao longo do dia, além de regras rígidas de comportamento e de relacionamento entre seus trabalhadores ou frequentadores diários. Essas regras e acordos desencadeiam em um arranjo específico e singular do arcabouço de conceitos tradicionais ou efêmeros que vão, ao longo do tempo, compondo a estética das redes de sociabilidade ali encontradas.

Uma teia de relações, mesmo contendo códigos próprios, não está isolada do contexto no qual está inserida, ela faz parte de uma totalidade mais abrangente. No específico caso, a Rua Halfeld faz parte de uma cidade, que, por sua vez, também é constituída por regras, símbolos e códigos compartilhados por todos seus moradores. Dessa maneira, é necessário observar em campo, quais os conceitos e códigos morais e éticos reproduzidos ou negados pelos atores sociais que mantêm a dinâmica singular do calçadão. Para tanto, foi lançado mão da análise das formas de sociabilidade<sup>2</sup> que aposentados estabelecem para a utilização da Rua Halfeld como um espaço de lazer, destacando-se a conversação e o jogo, especificamente a *purriinha*.

---

<sup>1</sup> A adjetivação não é critério de valor dado por nós, esse qualificativo está na fala dos moradores da cidade, inclusive na fala dos trabalhadores entrevistados, percebida em uma pesquisa anterior, realizada para a disciplina “Cinema e Ciências Sociais”, da qual se originou o vídeo *A Halfeld das Mil Faces*.

<sup>2</sup> Na definição de Georg Simmel: Aqui, “sociedade”, propriamente dita é estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo de impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. (1983:168).

## HIPÓTESES

A delimitação do tema está baseada em dois pontos fundamentais para o presente trabalho, como sugere o título: sociabilidade e memória. Para tanto, foram trabalhados dois conceitos, o de *sociabilidade* e o de *memória coletiva*.

O primeiro ponto consistiu em trabalhar a noção de sociabilidade, elaborada por Georg Simmel, a fim de interpretar as interações sociais espontâneas realizadas pelos aposentados da Rua Halfeld. Essa manifestação de sociabilidade espontânea ou pura<sup>3</sup> em locais públicos nos colocam diversas questões que serão abordadas ao longo do trabalho e, principalmente, permitem – e é este o objetivo aqui – esclarecer a existência de um sentimento de pertencimento para com o local e para com o grupo social (ou os grupos) em que estão envolvidos: os aposentados.

A busca pela compreensão do *ethos*<sup>4</sup> e da visão de mundo desses sujeitos é capaz de revelar a vivência da velhice por eles experimentada e a delimitação de gênero ali existente<sup>5</sup>, bem como eles próprios avaliam sua condição de aposentados em uma sociedade que tanto valoriza o trabalho.

É colocada, então, outra questão: o envelhecimento. Tomando os aposentados como categoria analítica, buscaremos compreender a construção das identidades sociais (GOFFMAN, 1983) e as definições que estes aposentados conferem a si mesmos. Para tanto, constituem-se como abordagens analíticas as relações entre sociabilidade e aposentadoria, pertencimento local e espaço público, sociabilidade e identidade da velhice e, finalmente, memória e pertencimento local.

O estudo da memória, como já apontado anteriormente, é o outro eixo principal da pesquisa. A memória coletiva, como definida por Maurice Halbwachs (2006) dialoga com a noção de sociabilidade de Simmel, na medida em que reconhece o *pertencimento* simbólico de um indivíduo à um grupo ou local.

---

<sup>3</sup> Neste caso, a expressão pura não está relacionada à pureza como definida pela teoria positivista, mas sim, de acordo com Simmel: “Visto que na pureza de suas manifestações, a sociabilidade não tem propósitos objetivos, nem conteúdo, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre.” (MORAES FILHO, 1983: 170).

<sup>4</sup> Geertz diferencia as noções de *ethos* e visão de mundo, sendo: “o *ethos* de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem, (sua concepção de natureza, de self, de sociedade).” (1983:66).

<sup>5</sup> Foi observado em campo que nenhuma mulher participa desses grupos de aposentados.

Essa forma analítica nos permitiu concluir mais um objetivo do presente trabalho, que concerne à interpretação do significado atribuído por eles à expressão “coração da cidade”, assim como compreender a escolha da Rua Halfeld como ponto de encontro, de lazer e de trabalho (nesse último caso, para aqueles aposentados que ainda não encerraram suas atividades econômicas) e, a partir disso, buscar identificar o papel dos espaços públicos como promotores dos encontros entre os aposentados no contexto urbano.

Tanto a noção de sociabilidade como a de memória coletiva discute a ideia de pertencimento<sup>6</sup>, que, no presente caso, mesmo sendo um pertencimento local<sup>7</sup> é também um pertencimento simbólico. Isso porque, existe no calçadão a recorrência e a permanência de alguns tipos de comportamentos sociais, que o caracterizam. Portanto, existem várias formas de apropriações do espaço que podem nos guiar para o entendimento das maneiras como os sujeitos em questão se inscreveram no calçadão da Rua Halfeld, o que será discutido mais adiante nos capítulos 3 e 4.

## METODOLOGIA

Com base nas considerações expressas anteriormente, esta pesquisa, animada pela ausência de trabalhos contemporâneos sobre o tema, deixa de lado as formas tradicionais e clássicas de coleta de dados em antropologia e procura diálogos, pontos de convergência e métodos de aproximação com outros territórios, notadamente, as ferramentas da Antropologia Visual.

O filme etnográfico ou o cinema etnográfico entendido no sentido mais amplo abarca uma grande variedade de utilização da imagem animada aplicada ao

---

<sup>6</sup> Simmel não utiliza essa expressão, contudo justifica a continuidade dos grupos, definindo um sentimento de coesão: “Além de seus conteúdos específicos, todas essas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência.” (1983: 168). Já Halbwachs, ao conceituar “memória coletiva” já está de antemão admitindo a existência de um sentimento de ligação a um grupo, essa afirmativa fica clara na passagem: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.” (2006:30).

<sup>7</sup> De acordo com Clarice Peixoto: “Se considerarmos que todo território é o lugar onde se desenvolvem relações sociais concretas, serei tentada a descrever a noção de “pertencimento local” como a relação que se estabelece entre um grupo de indivíduos e este espaço territorial. Ela designa a representação de um sentimento de pertencimento a um grupo social circunscrito a uma localidade precisa ou, simplesmente, o pertencimento a certos lugares. (...) De todo modo, a apropriação não é necessariamente homogênea, nem real, pois trata-se de um espaço simbólico de pertencimento.” (2000, p. 47).

estudo do Homem na sua dimensão social e cultural (RIBEIRO, 2007). Os métodos do cinema etnográfico são muito variados e associados a tradições teóricas diferenciadas como os meios e procedimentos utilizados. Assentam, no entanto, em alguns princípios fundamentais: uma longa inserção no terreno ou meio estudado, frequentemente participante, uma atitude não diretiva fundada na confiança recíproca valorizando as falas das pessoas envolvidas na pesquisa, uma preocupação descritiva baseada na observação e escuta aprofundadas independentemente da explicação das funções, estruturas, valores e significados do que descrevem, utilização privilegiada da música e sonoridades locais na composição da banda sonora. Grosso modo, contemporaneamente é utilizado de duas maneiras<sup>8</sup>: a primeira diz respeito a uma ampla gama de investigações que envolvem o audiovisual como instrumento de observação, instrumento de transcrição e interpretação de realidades sociais. A segunda, ao grande interesse pelos filmes antropológicos - e à produção desses - na utilização em salas de aula e outros auditórios (REYNA, 1996).

A imensidão de gestos e comportamentos pode ser explorada de maneira distinta dos típicos textos extraídos de cadernos de campo. Desse modo, é possível unir o texto à análise crítica de imagens produzidas no contexto pesquisado (FRANCE, 2000)<sup>9</sup>. Imagens, gestos e falas expressam intenções e sentimentos únicos, em um trabalho sobre memória a união desses fatores pode proporcionar uma compreensão mais profunda do objeto de pesquisa, como diz Walter Benjamin sobre a arte de narrar:

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar. O papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante a narração agora está vazio. (Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito. (BENJAMIN, 1994, p.220-221).

---

<sup>9</sup> Segundo De France o define como observação diferida possibilita a observação do fenômeno, mesmo após a sua ocorrência, de forma que o papel do antropólogo-cineasta não se restringe ao momento da filmagem e nem ao período da edição. Levando em conta esta mudança profunda nas relações pesquisador/pesquisado e linguagem escrita/linguagem imagética, serão discutidas a seguir algumas questões éticas essenciais para a pesquisa de cunho antropológico, especificamente aquela que se utiliza de ferramentas como a câmera de vídeo. Ressaltando que nem todas as escolhas metodológicas anteriores ao trabalho de campo foram utilizadas. A observação diferida é uma delas, como será exposto a seguir.



Os depoimentos orais ou narrativas funcionam muito bem quando somados às expressões corporais dos sujeitos, fazendo emanar os diversos discursos e versões ali presentes, inclusive quando conflitantes (SOUZA; VON SIMSON, 2006). As entrevistas, pautadas pelo método da História oral são indispensáveis como fonte, pois podem contribuir tanto para o entendimento da significação “coração da cidade”, como também para satisfazer anseios de nossa pesquisa referentes à transmissão de práticas e valores entre gerações e/ou novos membros dos grupos:

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. (ALBERTI, 2008, p.165).

Perante o mencionado, no nosso caso, a câmera de vídeo desempenhou algumas funções de levantamento de dados:

a) Como mediadora da relação pesquisadora/pesquisado, ajudou a explorar as relações sociais nas quais os sujeitos da pesquisa estão envolvidos no calçadão, como já foi falado acima. Dentre outros motivos, a utilização dessa ferramenta foi uma estratégia de ação por ser potencialmente capaz de facilitar o trabalho do antropólogo, na medida em que oferece uma troca imediata com seus personagens (PEIXOTO,1998). Quer dizer, a utilização da câmera se faz pertinente nesta pesquisa quando proporciona uma troca imediata entre pesquisadora/pesquisados, de maneira que a câmera de vídeo funcione, então, como mediadora dessa relação (PEIXOTO, 2000).

b) Como ferramenta de entrevistas, para ter acesso às narrativas e suas interpretações dos produtores de significados. O uso da câmera reforçou a ausência de entrevistas diretivas o que valoriza as falas e confirma a confiança mútua estabelecida por meio da observação participante. Isso é, as conversas nas quais cada ator social mostra seu ponto de vista e seus sentimentos acerca de vários tópicos sugeridos, entre eles, o significado do calçadão em suas vidas. Assim como o uso da câmera, esses depoimentos foram registrados após certa familiaridade pesquisadora/ator social, para que ocorressem da maneira mais espontânea que a situação permitir, limando o tom direto e, às vezes, tendencioso das entrevistas jornalísticas, como será explicitado no capítulo 2.

A capacidade da imagem animada em demonstrar o fluxo dos sujeitos nos traz também outra maneira de confrontar a linguagem escrita e imagem, ou seja,

novas significações ainda não compreendidas no momento da filmagem podem ser apreendidas. Um exemplo disso é a purrinha, comportamentos que serão tratados no capítulo 4.

Outro procedimento ocorreu a partir da realização da etnografia no calçadão, por meio da observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas, produção e análises de imagens no local e levantamento bibliográfico. Dessa forma, a observação participante foi trabalhada no sentido de conviver intensamente, na medida em que foi permitido, com os atores sociais, a fim de não deixar o trabalho de campo se pautar por entrevistas formais, como também para que a pesquisadora deixasse de ser uma intrusa e a câmera de vídeo funcione como mediadora da relação pesquisadora/atores sociais. A fotografia também exerceu papel significativo a esse respeito, quando funcionou como mediadora da relação ao aproximar os sujeitos da pesquisa com a pesquisadora, como será discutido no capítulo 2. Após uma primeira visita a campo, foi feito um recorte mais específico para que esse entrosamento acontecesse de fato, em decorrência das limitações do tempo.

Nesse sentido, a busca por uma aproximação com os preceitos da Antropologia Visual segue o sentido de utilizar a câmera de vídeo como instrumento de registros de depoimentos, fluxos, gestos e sons, de forma que a pesquisadora possa recorrer a essas imagens para que seu processo de inserção não se limite ao momento do trabalho de campo, mas se estenda para os momentos de visualização das imagens. No caso, a maioria das imagens se constitui de entrevistas e depoimentos, contudo ainda podemos contar com algumas imagens do cotidiano dos atores fora de um contexto de entrevista.

## OBJETIVOS

### **Objetivo Geral**

Partindo do estudo do cotidiano dos atores sociais, os conceitos de sociabilidade e da memória coletiva foram trabalhados no sentido de procurar compreender como os aposentados que frequentam o calçadão da Rua Halfeld, em Juiz de Fora, estabelecem suas estratégias de sociabilidade. Assim como, entender se há, por meio dessas redes de sociabilidade, a criação naquele espaço da noção

de pertencimento que os permite estabelecer-se enquanto grupos que, por sua vez, sustentam lembranças particulares.

### **Objetivos Específicos**

- Compreender como se desenvolvem e sustentam-se as formas de sociabilidade e pertencimento entre os aposentados no calçadão na Rua Halfed em Juiz de Fora, em especial, a conversação e a purrinha.

- Procurar compreender como as lembranças desses sujeitos, enquanto membros de grupos, pode contribuir para o entendimento da ‘memória coletiva’ do juizforano, na qual o calçadão figura como “o coração da cidade”.

- Sobre ao pano de fundo, da utilização das ferramentas disponíveis da antropologia visual (notadamente, o vídeo) como ferramenta metodológica na pesquisa de campo para o levantamento de dados, levantar alguns diálogos entre a antropologia urbana e o audiovisual. Tendo em vista as possibilidades trazidas pela imagem animada em relação à interação, ao compartilhamento e ao registro na pesquisa de campo.

## 1 JUIZ DE FORA E A RUA HALFELD: UMA BREVE APRESENTAÇÃO<sup>10</sup>

Como compreender algumas falas dos atores sociais em campo quando fazem algumas referências e alusões às mudanças ocorridas na Rua Halfeld, por exemplo? Para estudar essas significações é necessário mergulhar no processo histórico, social e econômico de Juiz de Fora. Portanto, urge o estudo da literatura disponível que trata da história da cidade o qual nos possibilita também a compreensão do papel da Rua Halfeld para cidade e como esse papel foi se transformando ao longo do tempo.

Concluir uma empreitada como esta não é tarefa fácil, contudo não é pretensão discutir aqui minúcias a respeito da história da cidade. O objetivo com este capítulo é saber que fatores podem ter contribuído para que a Rua Halfeld se tornasse parte das memórias do médico e escritor Pedro Nava<sup>11</sup> e do poeta modernista Murilo Mendes<sup>12</sup>, por exemplo. Para tanto, além de consultar as obras desses dois ilustres juizforanos, a obra de Paulino de Oliveira, *História de Juiz de Fora* (1966), também exerceu significativo papel neste capítulo. Outra frente foi a dedicação a uma detalhada pesquisa no arquivo do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, que dispõe de importantíssimos registros de periódicos e jornais trazendo um pouco da visão de outros momentos históricos da cidade. Dessa forma, sem a pretensão de esgotar o tema, espera-se que esta apresentação panorâmica ofereça suficientes subsídios para situar historicamente nossa pesquisa.

### 1.1 FUNDAÇÃO DE JUIZ DE FORA

A necessidade de um trajeto de escoamento do minério encontrado nas Minas dos Matos Gerais para o litoral fez com que Artur Sá de Menezes, então governador da repartição sul da colônia, desse à Garcia Rodrigues Paes Leme a

---

<sup>10</sup> Não é pretensão deste capítulo desenvolver e aprofundar o conhecimento acerca da história oficial da cidade, contudo se faz necessária esta breve apresentação a fim de situar o papel social da Rua Halfeld. Para concluir este capítulo foram realizadas pesquisas consultando a literatura disponível bem como uma minuciosa pesquisa nos arquivos disponíveis no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes sob a indexação de “História de Juiz de Fora”, “Rua Halfeld” e “Calçadão”.

<sup>11</sup> NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

<sup>12</sup> MENDES, Murilo. *A Idade do Serrote*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.

incumbência de se enveredar pelas alterosas mineiras e estabelecer um novo caminho que fosse mais rápido e viável que o Caminho Velho. Garcia Paes sofreu prejuízos nesta empreitada e, após ser nomeado guarda mor, passou a liderança da feitura do chamado Caminho Novo para seu cunhado Domingos Rodrigues da Fonseca. Dos anos de 1702 até 1715, foi-se abrindo a nova ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro: um caminho mais rápido e mais seguro para o transporte de minérios e para os tropeiros que ali circulavam, margeado pelo Rio Paraibuna.

Na região onde hoje se localizam os bairros próximos ao Rio Paraibuna e o centro da cidade, havia somente a Fazenda do Juiz de Fora ou Fazenda Velha e a Fazenda do Alcáide Mor, posterior Fazenda Tapera, do século XVIII até a altura do início dos anos 1800, um pouco mais distante estava Marmelo.

Vale destacar a história da qual se tem conhecimento sobre a Fazenda do Juiz de Fora, já que era referência para os que por aqui passavam para identificar esta altura do Caminho Novo. Luiz Forte Bustamante de Sá, o juiz de fora, apossou-se da sesmaria no ano de 1713. Não se soube durante muito tempo como se dava ao certo o exercício da função deste dito juiz e nem mesmo seu nome, contudo tem-se sua fazenda como berço da cidade e, portanto, mostra o destaque de sua figura (OLIVEIRA, 1966). No ano de 1812, a sesmaria passa para a posse do Tenente Antônio Dias Tostes, sobrenome esse – Tostes – de extrema importância para a historiografia da cidade, junto ao Lage, Halfeld, Mascarenhas, Vidal dentre outros.

Quando o Caminho Novo começou a povoar-se de fato é que foi criado o distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora, no ano de 1828. O Santo em questão, hoje padroeiro da cidade, teve erguida em sua homenagem a primeira capela da região. Foi somente no ano de 1850 que o distrito pertencente ao município de Barbacena, emancipou-se e foi elevado a categoria de vila sede de município, sendo denominado Vila do Santo Antônio do Paraibuna. O juramento legal dos primeiros vereadores da cidade data somente de três anos depois da emancipação do município.

A essa altura, Juiz de Fora já tomava ares de progresso, já que, no ano de 1836, o alemão comendador Guilherme Henrique Fernando Halfeld, engenheiro-chefe da Província de Minas Gerais, fora designado para estabelecer um projeto urbanístico para o distrito. Contrariando a tendência das primeiras ocupações da região, Halfeld abre a Rua Direita – atual Av. Barão do Rio Branco - à margem direita do Rio Paraibuna. A vila que progredia graças às grandes fazendas de café

da região, logo foi elevada à Cidade do Paraibuna, rápidos seis anos após sua elevação à categoria de vila. No ano de 1861 o deputado provincial Marcelino de Assis Tostes entrou com pedido para que se trocasse o nome da cidade para Juiz de Fora, estabeleceu-se desde então a designação à cidade que mais tarde fora apelidada de “princesinha de Minas”. Esse mesmo deputado negou os benefícios da construção de uma nova estrada, a União Indústria, que mesmo a despeito de seu gosto foi realizada e trouxe vantagens ao desenvolvimento econômico da cidade, tanto em relação ao escoamento do café aqui produzido quanto no tocante à expansão do comércio local.

## 1.2 HALFELD E SEU PAPEL DE FUNDADOR

Após essa breve introdução que discorreu um pouco sobre a fundação de Juiz de Fora, mostrou-se necessário elucidar um pouco da vida do alemão naturalizado brasileiro que firmou raízes e seu nome nas terras das Minas Gerais.

Henrique Guilherme Fernando Halfeld nasceu no segundo mês do ano de 1797, no reino de Hanover, Alemanha. Consta que conseguiu o título de engenheiro trabalhando em minas no seu país natal, depois combater Napoleão Bonaparte na batalha de Waterloo, com o posto de capitão. Pedro Nava (1984) questiona as biografias de Halfeld nas quais é afirmado que ele veio para o Brasil no ano de 1835 e constata, através de pesquisas, - especificamente quando remonta à documentos que constam a data de falecimento de sua primeira esposa em comparação à idade de seus filhos – que a provável data de sua vinda deve estar entre os anos de 1825 e 1826. Nesse período desembarcava no Brasil, como oficial do Corpo de Tropas Estrangeiras do Exército Brasileiro, geólogo e topógrafo – além do título de engenheiro.

No ano de 1835, iniciou seus trabalhos como engenheiro em terras mineiras na Companhia de Mineração de São João Del Rei – data em que já era homem de posses na província. Como já foi dito, no ano seguinte tornou-se engenheiro-chefe da Província de Minas Gerais, viveu entre a região do Paraibuna e Ouro Preto – onde residia com sua família – a fim de desenvolver e aplicar seu projeto de novo traçado para o Caminho Novo. Estabeleceu residência em Santo Antônio do Juiz de Fora, veio com seu status de engenheiro-chefe estrangeiro e foi ganhando importância social no distrito após o falecimento de sua primeira esposa e a

consagração do matrimônio com Cândida Maria Carlota, herdeira do Tenente Antônio Dias Tostes. Mais tarde, outra vez viúvo, depois de muito cortejo, Halfeld desposa a avó de Pedro Nava, Maria Luísa Nava Ribeiro, com quem só teve tempo de ter uma filha antes de falecer. Foi um total de dezesseis filhos, divididos de forma desigual entre três casamentos.

Ao iniciar a construção da Estrada do Paraibuna, o engenheiro começou também a traçar a história da cidade. Abriu a Rua Principal, que se transformou em Rua Direita e que hoje, como já citado, é a Av. Barão do Rio Branco, principal avenida da cidade e figurou durante anos como maior avenida em linha reta da América Latina, devido à sua ampliação posterior aos tempos de seu criador. Foram surgindo características de urbanização, aos limites da época, ladeando a nova rua. A cidade de fato subverteu suas origens e cresceu para o lado direito do Rio, chegando ao bairro Alto dos Passos. Nas margens esquerdas restou somente a Fazenda Velha, que abrigou o Juiz de Fora, por onde passou Tiradentes, na qual viveu a família Tostes e o próprio Halfeld.

A Câmara de Vereadores seguiu o caminho do progresso e foi instalada também ali, quase esquina com a Rua Direita. Foi no ano do primeiro juramento dos vereadores da recém-elevada Cidade do Paraibuna, 1853, que foi aberta, junto a outras vias perpendiculares àquela rua, a Rua da Califórnia – chamada de Rua da Câmara a partir do seu encontro com o prédio da Instituição.

### **1.2.1 O Coração da Cidade**

É uma rua reta comprida, com início no Morro do Imperador e término nas margens do Rio Paraibuna. Quando foi projetada pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, já trazia consigo uma importância de antemão por situar a Câmara e o Largo da Câmara. Em 1853 o projeto foi apresentado aos vereadores e em 1860 os engenheiros já alinhavam e nivelavam a rua.

FIGURA 1 - O CORAÇÃO DA CIDADE

20 - DIÁRIO REGIONAL **ESPECIAL** Juiz de Fora, 2 de junho de 2002

# Rua Halfeld: o coração de JF

Simbolo de referência de Juiz de Fora, a rua Halfeld merece ser lembrada no momento em que a cidade acaba de completar 152 anos. Localizada bem no coração da cidade, a rua Halfeld mistura um "quê" de antiguidade (através da preservação de prédios antigos tombados pelo patrimônio histórico) com a modernidade na construção de novos prédios e estabelecimentos comerciais. Impossível recordar a história dos 152 anos de Juiz de Fora sem relacionar com a rua que leva o nome de um dos fundadores da cidade, Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Começando na encosta do Morro do Imperador, a Rua Halfeld corta

a Avenida Rio Branco e a Avenida Getúlio Vargas; passa pela Praça da Estação e atravessa o Rio Paraibuna.

No seu calçadão a mistura de lazer, negócios, momentos políticos e de luta: a passagem pela Halfeld pode significar deste um compromisso (pagamento de uma conta em banco ou a compra de um produto em um dos muitos estabelecimentos comerciais), ou uma manifestação (como as passeatas e assembleias de classe) até uma parada para o bate-papo, o chope gelado ou o cinema.

O movimento na rua Halfeld é sempre um retrato da própria Juiz de Fora: no final do século XIX os passeios eram de

rapazes e moças em *footings* ingênuos que terminam em namoros e até casamentos. Hoje, uma rua extremamente movimentada, onde muitos passam com tanta pressa sem às vezes perceberem a imponência da principal rua de Juiz de Fora.

A tranquilidade de tempos antigos se contrasta... com a movimentação e correria dos dias atuais

## Rua Halfeld lembrada em poema

Juiz de Fora do "Piriá",  
Machado velho sobre o ombro  
Magricelo,  
Ameaçando a molecada irreverente.  
Juiz de Fora de "footing"  
Na rua Halfeld,  
Venenos políticos

Vendidos no cafezinho  
Santa Helena,  
De maledicências  
Nascidas nas mesas  
De ferro do Salvaterra.

Dormevelly Nóbrega

## Rua guarda histórias, encontros, lazer e negócios

## Um alemão assume a fundação da cidade

Henrique Halfeld nasceu na Alemanha em 23 de fevereiro de 1797 e veio para o Brasil em 1825, provavelmente com os primeiros mercenários estrangeiros contratados pelo império em formação, sendo de-

FONTE: Diário Regional (02/06/2002)

Causos são contados a respeito do atual nome da Rua Halfeld. É dito que foi no ano de 1880, em visita à cidade para a inauguração do edifício onde funcionariam a sede da Comarca do município e o Fórum local, que D. Pedro II provavelmente determinou que a Rua da Califórnia fosse renomeada para homenagear um dos fundadores da cidade e idealizador da rua (Fig. 2), que havia falecido cerca de cinco anos antes. Nessa época já se encontram registros da importância econômica e social do logradouro para a cidade, como afirma Paulino de Oliveira "em 1877, os comerciantes da Rua Halfeld, então considerada a 'segunda via pública da cidade, já pelo número de moradores, já pelo seu forte comércio.'" (OLIVEIRA, 1966, p. 99).



FIGURA 2 - DOM PEDRO NOMEIA A RUA HALFELD

**Dom Pedro decide dar o nome de Halfeld à rua**

Projetada em 1856, a rua da Califórnia, mais tarde designada como rua Halfeld, passou a constituir o centro da cidade de Juiz de Fora nas últimas décadas do século XIX, sendo obra do engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld.

Mas Halfeld não emprestou seu nome à rua mais central de Juiz de Fora pelo simples fato de a ter projetado. Uma fato histórico é responsável pela denominação: em 1861 Dom Pedro II teria vindo a Juiz de Fora, quando foi conduzido ao Morro do Imperador; nesta ocasião, segundo conta a história, o engenheiro Halfeld teria mostrado para o monarca a então rua da Califórnia, afirmando que ela passaria a ser designada daquela data em dia rua Dom Pedro II. Foi então que o monarca teria respondido: "Não, de agora em diante passará a designar-se rua Halfeld".

A Halfeld foi uma das ruas que a Câmara Municipal mandou abrir em comemoração à elevação da Vila de Santo Antônio à categoria de cidade. Já em 1881 era uma das primeiras ruas servidas por bondes e carruagens. Em 1889 já contava com iluminação elétrica.

Do final do século XIX até meados de 1930, o perfil urbano da rua Halfeld era de uma via formosa,

Reprodução



**Cartão Postal lembra as carruagens e bondes**

com construções fundamentalmente marcadas por uma preocupação estética, cheias de adornos que contribuíram para dar encanto à rua. Eram prédios que ostentavam belas sacadas trabalhadas, com numerosas janelas e fachadas; é nela que se encontram casarios construídos nos estilos eclético e Art Deco como a Academia de Comércio, o Cine Teatro Central.

Mantendo parte de suas construções originais, muitos prédios de apenas um pavimento cederam lugar a arranha-céus com um novo padrão arquitetônico; teve início a era dos prédios de salas de escritórios (a começar pelo Baependi). E hoje esses dois momentos disputam espaço na rua Halfeld, que é o coração da cidade, sinônimo de Juiz de Fora.

**Calçadão** - O Calçadão foi criado há apenas 24 anos, em 1975, por

iniciativa do prefeito Saulo Moreira. Naquela época, a Halfeld enfrentava um impasse, pois não atendia adequadamente aos pedestres e nem ao trânsito. Atualmente, abriga espaços importantes dedicados à cultura como o Cine Teatro Central e o Cinearte Palace. Porém, sua característica mais marcante é ser ela palco para todas as manifestações públicas, sejam políticas, culturais e pessoais. Artistas, vendedores, políticos ... todos vão ao calçadão em busca de um palanque para divulgar suas idéias ou um espaço para mostrar sua arte ou vender seu produto.

**Parque Halfeld** - Primeiro logradouro público da cidade, o Parque Halfeld era, no século passado, o local onde se armavam as companhias de "circo de cavalinhos, touzadas e cavalhadas". Em 1901, foi construído ali um

jardim com lagos, repuxos, pontes. Após sucessivas reformas, restaram apenas as pontes e o quiosque que hoje enfeitam esse oásis verde em pleno centro da cidade e para onde convergem o lúdico, a oficialidade e o religioso. Encontram-se à sua volta o Fórum Benjamin Colluci, a Igreja Metodista, a Igreja São Sebastião, os prédios da Câmara Municipal e das "Repartições Municipais", um conjunto arquitetônico de fundamental importância na formação do núcleo histórico local.

**Theatro Central** - Um dos principais marcos na rua Halfeld é o Cine Teatro Central: a arte está presente na beleza física de um prédio histórico construído no início de 1928 e tombado como patrimônio público e também nos espetáculos de teatro, música, dança, entre outros, que fazem da noite de Juiz de Fora uma oportunidade para quem gosta de programas culturais.

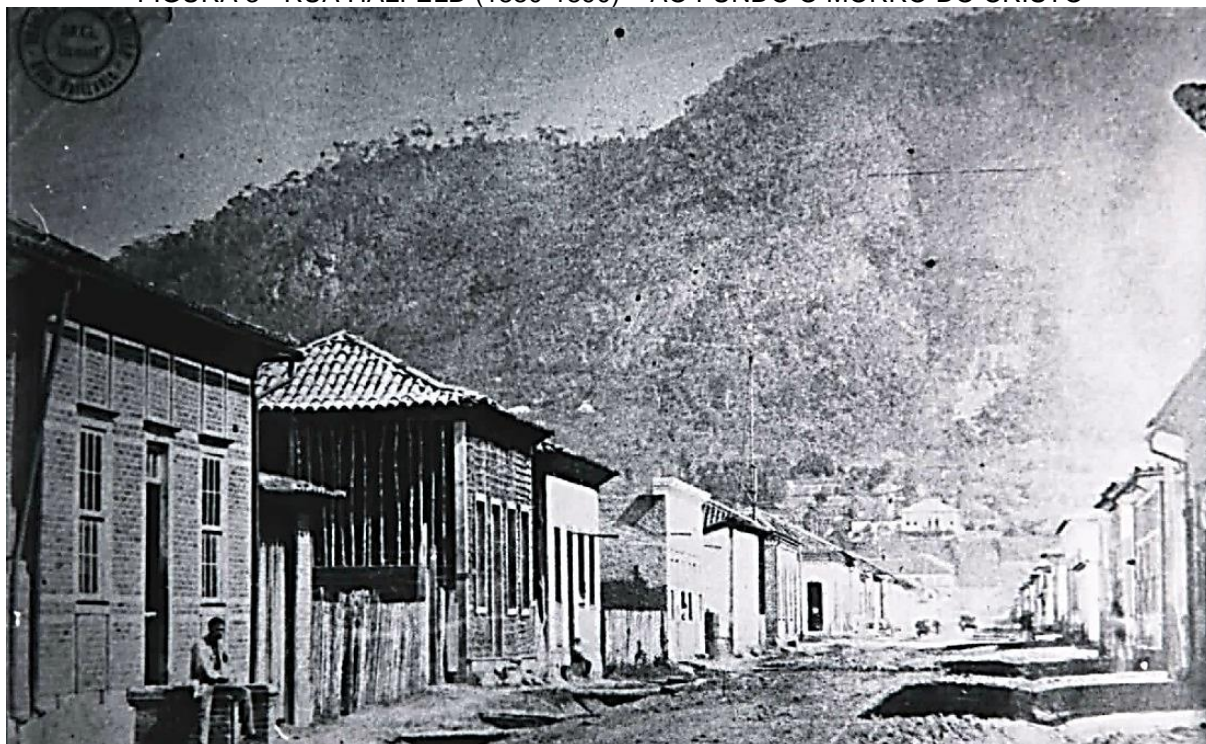
O teatro, localizado entre as ruas São João e Halfeld, é uma obra da firma Pantaleone Arcuri, projetada por Raphael Arcuri. É a primeira construção em concreto armado de Juiz de Fora; a decoração interna é assinada pelo pintor Angelo Bigi. O Cine Teatro Central foi inaugurado em 30 de março de 1929.

FONTE: Diário Regional (02/06/2002)

Desde então, a Rua passa a ser local emblemático para a cidade. Afora as casinhas de pau-a-pique de seu início, várias edificações marcam e refletem momentos da história, não somente da cidade, mas também do país. Por volta do fim do século XIX, Juiz de Fora foi de fato tomada pelo modelo de desenvolvimento da época: no ano de 1888, Bernardo Mascarenhas funda a Companhia Mineira de Eletricidade e a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, dois símbolos do progresso e do pioneirismo da cidade, que se tornou, no início do século XX, conhecida por suas inúmeras indústrias. Assim, recebendo a alcunha de "Manchester Mineira", em referência a cidade inglesa que, no final do século XVIII, foi de grande importância para a Revolução Industrial. A cidade também foi pioneira

no campo da eletricidade, pois abrigava a primeira usina hidrelétrica da América Latina, a Usina de Marmelos e, no ano de 1889, a Rua Halfeld já não mais precisou do luar ou de lamparinas para fazer brilhar suas virtudes. A eletricidade trouxe ainda mais glamour para o coração da cidade, iluminando os sonhos de consumo daqueles que passavam em busca de artigos necessários ou de novidades.

FIGURA 3 - RUA HALFELD (1880-1890) – AO FUNDO O MORRO DO CRISTO



FONTE: Arquivo Público Mineiro (sem autoria)<sup>13</sup>

A proximidade com o Rio de Janeiro e o acesso facilitado pelas condições das estradas, trouxeram para Juiz de Fora as tendências que os cariocas importavam da Europa. A variedade oferecida pelo comércio era vasta. A Casa Oriente com sua alfaiataria vestia de tecidos europeus os rapazes e homens mais afortunados, desde os anos 1920 até os anos 1940.

A “era das galerias” é inaugurada com a construção da galeria Pio X, em 1925. Uma ousada empreitada do ourives e joalheiro Arthur Vieira, que a idealizou como um vanguardista do comércio brasileiro e mineiro, em uma época que só se encontrava a Galeria Cruzeiro na capital, Rio de Janeiro. Arthur Vieira foi além dos projetos conhecidos e deixou marcas inexoráveis na história da cidade e da Rua

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=29419](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29419). Acesso em: 12 mai. 2014.

Halfeld. Criou a sirene – patrimônio imaterial da cidade - que soa todos os dias ao meio-dia e já anunciou grandes acontecimentos e tragédias e que, por algum tempo, pôde ser ouvida por grande extensão de Juiz de Fora, antes de ser abafada pelo som do tráfego intenso e pelos arranha-céus. Depois da Pio X, foram erguidas muitas outras galerias, que se expandiram também para outras ruas centrais como a Marechal Deodoro, São João Nepomuceno, Santa Rita, Espírito Santo e outras, abrigando vários estabelecimentos comerciais e tornando-se símbolo do arquitetura comercial juiz-forana.

A Chapelaria Globo trazia toda variedade em chapéus desejados pelas moças e, para aquelas prestes a serem desposadas, existia a loja de enxovais Parc Royal, na esquina da Halfeld com a Rua Batista de Oliveira, então Rua do Comércio. Próximo à loja Parc Royal estava o complexo comercial Dias Cardoso com toda sorte de produtos e serviços, dentre eles: banco, livraria, parque gráfico, loja de instrumentos musicais, para citar somente alguns. Esse centro comercial foi eternizado pelo poeta modernista Murilo Mendes:

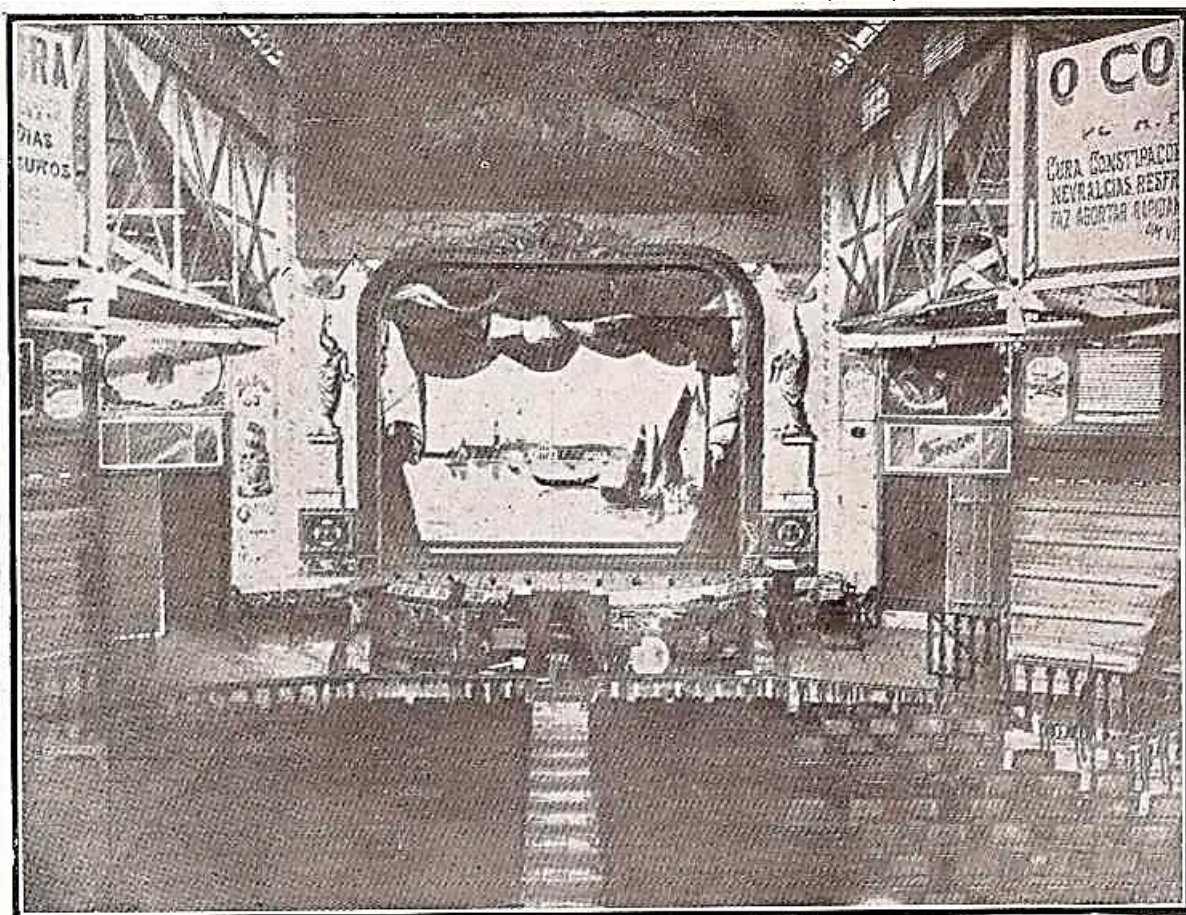
Escrevo sobre a Rua Halfeld sem situá-la no espaço, ocupando-me somente com as pessoas que a percorrem. Nada a fazer: assim sou eu, ponho sempre em primeiro plano o homem e a mulher. Direi entretanto que a Rua Halfeld é uma reta muito comprida, começando às margens do Paraibuna e terminando além da Academia de Comércio. Nos dois lados levantam-se casas, sobressaindo, pelo menos no meu tempo de menino, a Livraria Editora Dias Cardoso, uma das delícias de então; e a Casa da América, sortida com uma infinidade de objetos e instrumentos de toda espécie; delícia e terror, pois entre eles torqueses, serrotes, martelos, tenazes, tesouras, alicates. (MENDES, 1968, p. 144).

O prédio que o abrigava é um dos poucos que até hoje foi mantido com seu estilo eclético, na contramão das reformas de fachadas realizadas para que a rua-símbolo acompanhasse e refletisse em sua arquitetura o que era acreditado ser o progresso da cidade e do país.

Esse processo de reformas e substituições pode ser observado pela série de intervenções que o espaço, onde hoje há o Cine-Theatro Central, sofreu. A princípio, compondo a “Cinelândia juiz-forana”, ali estava o Polytheama, cinema que era abrigado por uma construção de ferro e zinco em formato que fazia remeter a um picadeiro. O Polytheama, considerado muito simples para os padrões da época, deixou de agradar as autoridades locais e, por entusiasmo da Companhia Central de Diversões, foi substituído pela primeira edificação com fachada Art Déco da rua. Os traços sintéticos, retos e geométricos desse estilo causaram impacto de início, visto

que, se comparado por leigos aos outros prédios suntuosos da Halfeld, em sua maioria de estilo eclético, o Cine-Theatro Central parecia pouco ornamentado. Porém, no final da década de 1920 o estilo Art Déco estava no seu auge em países como os Estados Unidos e França, então a população foi surpreendida com a grandiosidade do interior da obra da Cia. Pantaleone Arcuri, todo ornamentado com pinturas de elementos míticos, típicos do neoclassicismo, assinadas pelo artista italiano Ângelo Bigi.

FIGURA 4 - INTERIOR DO POLYTHEAMA (1915)

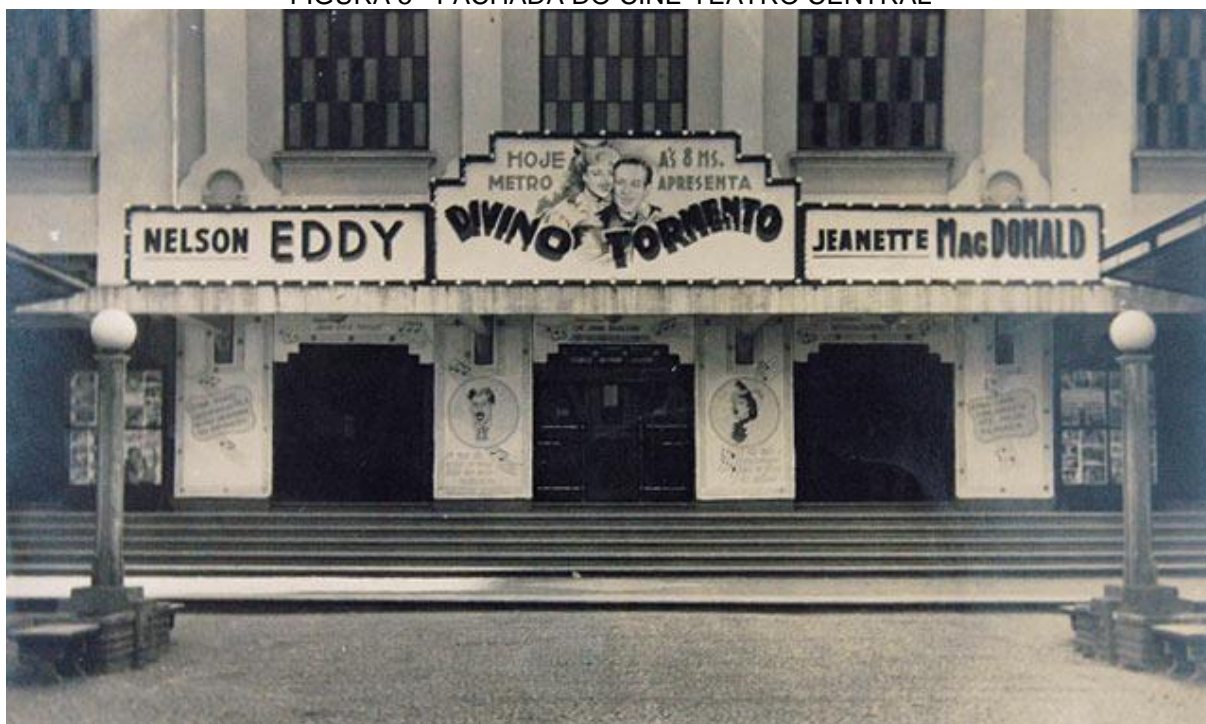


POLYTHEAMA (Palco)

FONTE: Acervo de Marcelo Lemos (sem autoria)<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1185013&page=2>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

FIGURA 5 - FACHADA DO CINE-TEATRO CENTRAL



FONTE: Site Cine-Theatro Central (sem autoria)<sup>15</sup>

Além do belo Cine-Theatro Central, compunham o circuito da sétima arte na Rua Halfeld, o Cine Glória – mais popular, era atrativo para jovens que gostavam de seriados e faroestes –, funcionava onde hoje é a Galeria Constança Valadares, ponto de encontro dos atuais aposentados para segunda rodada de purrinha do dia, como veremos mais adiante; o Cine Palace – grande sala do final dos anos 1940, disseminando o estilo Art Déco pela Rua; Cine-Theatro Popular João Carriço – cinema para todos, de forte discurso político; entre muitos outros como o Festival e o São Luís.

Outros tipos de estabelecimentos de lazer foram destinados à Rua Halfeld, como o Clube Juiz de Fora, por exemplo. Seu prédio de três pavimentos fora construído, como muitos dos seus vizinhos, pela Companhia Pantaleone Arcuri, em 1918. Por muito tempo, até seu incêndio em 1950, foi centro de lazer da elite local. Além dos muitos carnavais repletos de fantasias que despistavam os olhares atentos dos pais e, de certa forma, protegiam os jovens mais atrevidos que ousavam trocar beijos nas sacadas do prédio havia no terceiro pavimento os salões de leitura e jogos do clube, confirmando a vocação da Rua Halfeld como um espaço destinado ao divertimento e à reunião dos cidadãos. Certamente o espaço da Rua era muito

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.theatrocentral.com.br/historia/origens>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

mais democrático para pular carnaval que o Clube Juiz de Fora e era justamente ali que desfilavam os diversos blocos da cidade, deixando a Halfeld polvilhada de confetes após batalhas entre os mascarados nas tardes e noites de carnaval.

A vida pública e social na rua sempre foi intensa, contudo a influência um pouco tardia da Belle Époque francesa via Rio de Janeiro transformou o espaço urbano, nesse caso o centro de interesses da cidade, em local de lazer e socialização. As casas da rua tinham suas sacadas de ferro voltadas para fora e dali as pessoas acompanhavam o movimento. O final de tarde era o horário que as pessoas costumavam passear e sentar nos cafés e confeitarias da Halfeld. O Bar Salvaterra ocupava a esquina da Praça João Penido com a Halfeld figurando, durante cerca de trinta anos, como um ponto de conversação e diversão da cidade. A rua e seus transeuntes serviam de inspiração para as divagações e poesias de intelectuais que tinham como ponto de encontro e conversação a Charutaria Campos, frequentada por figuras como: Belmiro Braga, Lindolfo Gomes, Gilberto de Alencar, Heitor Guimarães e Albino Esteves. Para ilustrar um versinho de Belmiro Braga, publicado no periódico O Lince, em setembro de 1947, em matéria especial sobre o *footing* na Rua Halfeld: “Com ciuadas e zangas/O noivo de Emília Cruz/Dá-lhe panos para mangas/E ela traz os braços...nus.”

A Cafeteria Fluminense, considerada a “Colombo mineira”, foi ponto de encontro da elite juiz-forana até a década de 1940, concorrendo com a Confeitaria Rio de Janeiro. Essa última era localizada no andar térreo do hotel homônimo que hospedava e era, inclusive, alvo de elogios de grandes figuras da política e das artes nacionais. Arthur Bernardes e Rui Barbosa, enquanto presidentes, e Arthur Azevedo, grande referência da literatura brasileira, são alguns desses nomes. O Hotel Rio de Janeiro veio abaixo e deu lugar ao primeiro arranha-céu da cidade, o Ed. Baependi.

Assim se seguiu nas décadas de 1930 e 40, as casas antigas começaram a ser demolidas para dar lugar aos prédios modernos e audaciosos que condiziam com o progresso da cidade. Foram erguidas, com objetivo de transformá-la num grande centro comercial, grandes edificações comerciais com muitas salas e escritórios, traduzindo a vocação comercial desta rua.

A despeito das mudanças estruturais e arquitetônicas da Rua Halfeld, a população juiz-forana pareceu não querer deslocar seu ponto de encontro, seu local de ocupação da cidade para fins de lazer. A prática do *footing*, comum desde a década de 1920, é um marco para a história de Juiz de Fora, essa consistia em

caminhadas pela Rua Halfeld a fim de conhecer e paquerar moças e rapazes e também a fim de buscar o par romântico ou mesmo para apreciar as belezas provenientes da juventude. Murilo Mendes descreve suas lembranças daqueles que, assim como ele, faziam o *footing*:

Faço o footing na sua Halfeld da minha infância e adolescência, os fundadores da cidade são alemães, a música é muito obedecida aqui, ainda não é tempo de rádio, eu mesmo toco piano, pianinho, de ouvido; passam donas de olhos, boca e outras delícias vedadas aos menores de dezessete anos, inclusive uma certa dona ourodentada, quadris provocantes, pelo jeito de andar mostra que é mulher-dama ou mulher-drama, não me lembro do seu nome, antes ela usava tranças, reconheço-a também pela matidez da voz, vejo um cachorro morrendo no meio dos vivos e um cego caminhando no meio dos videntes, um bicho morrendo e um cego são talvez os primeiros seres a botarem próximos futuros problemas na minha cabeça, meu Deus como gosto de ver gente e coisas (...). (MENDES, 1968, p.137).

Parece ser a função social mais reveladora da Rua Halfeld: ver e ser visto, encontrar e ser encontrado. Uma rua, sempre em movimento, mas que apesar da extinção do *footing* para esses devidos fins – o encontro e a paquera – hoje ainda permanece como um local emblemático de sociabilidade, a despeito de não haver mais confeitarias com mesas nas calçadas, nem clubes sociais e, em grande parte do dia, não haver sequer onde se sentar para apreciar sua circulação. Este fato agrega ainda mais curiosidade e propósito à presente pesquisa, já que, mesmo com tantas mudanças relevantes e ainda sem lugares de conforto – como bancos e mesas de praça – ali ainda encontramos muitos grupos de amigos que se reúnem apenas para o lazer.

A base econômica e intelectual da cidade estava na Rua Halfeld. Inúmeros bancos e redações de jornais, como, por exemplo, Folha Mineira, Diário Mercantil, O Pharol e Jornal do Comércio, estavam ali sediados. A Cia. Pantaleone Arcuri, como já foi dito, construiu várias obras pela Halfeld, entre elas a Prefeitura (hoje sediando a Funalfa e o Anfiteatro João Carriço), o Cine-Teatro Central, o antigo Clube Juiz de Fora, o prédio da Companhia Dias Cardoso, o Banco de Crédito Real e o Palace Hotel.

A Rua Halfeld foi comparada muitas vezes com a Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, pelo caráter elitista, pela influência francesa, pelo costume e comportamento das pessoas e a observação que tinham umas das outras. Eram ruas geradoras de boatos e comentários, que poderiam ser reais ou fictícios.

FIGURA 6 - LANÇAMENTO DA COCA-COLA FAMÍLIA EM JUIZ DE FORA – 1965



FONTE: Sem autoria (arquivo H. Ferreira)<sup>16</sup>

A despeito das grandes modificações sofridas, desde sua abertura até os dias de hoje, algo mais, além do espaço de sociabilidade e do firmamento enquanto centro comercial da cidade, parece permanecer incontestável: a divisão espacial e simbólica que a Rua Halfeld marcou na cidade. Para o lado direito da R. Halfeld, seguindo pela Rua Direita, chegava-se ao bairro Alto dos Passos passando pela Santa Casa de Misericórdia, por colégios católicos, pela Igreja Matriz de Santo Antônio, por instituições públicas pautadas pela burocracia e sisudez. Do outro lado, o esquerdo que segue em direção à Fazenda Velha, é o lugar dos clubes – o Club Juiz de Fora –, bares, o Cinema Farol, o Largo do Riachuelo e o Parque Halfeld, fábricas e operários. Pedro Nava destaca o contraste entre as “duas margens” da Rua Halfeld:

A Rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre sua margem direita e o Alto dos passos estão (...) toda uma estrutura social bem pensante e cafarmenta que, se pudesse

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.mariadoresguardo.com.br/2011/02/desfile-da-coca-cola-rua-halfeld-decada.html>>. Acesso em 12 mai. 2014.



amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frase de Rui Barbosa, de forrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre. (...) Já a margem esquerda da Rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita que se dirigia para as que conduziam a Mariano Procópio era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. (NAVA, 1984, p.20-21).

Essa distinção, percebemos em campo, é reproduzida até os dias de hoje na própria rua, veremos mais adiante que se percorrermos o calçadão da Rua Halfeld, vários grupos de aposentados se formam em determinados lugares em função de suas antigas ocupações e, conseqüentemente, de sua condição social. Certamente, não há uma rigidez neste caso, porque algo os une enquanto velhos que frequentam o calçadão, contudo é nítida a divisão de grupos ao longo do espaço, baseada mesmo que inconscientemente, em categorias relacionadas à antiga função social.

Consultando o periódico Diário da Tarde no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, observa-se que em 22 de maio de 1974 a matéria *Calçadão: Uma rua só de flores e gente* mostra as controvérsias da época a respeito do fechamento da rua à circulação de automóveis. Muitos comerciantes eram contra, a priori, outros foram cedendo com o tempo, alguns eram favoráveis desde o início. O idealizador do calçadão, o vereador Sérgio Olavo Costa, defendia a proposta ressaltando que o pedestre com calma seria também um consumidor mais tranquilo. À época a rua já estava fechada ao tráfego automotivo e havia uma polêmica no que dizia respeito a certos vasos de plantas ali colocados, parecia ser unânime a rejeição à estes recipientes. Algo muito interessante, e competente a esta pesquisa, chamou atenção no artigo. Alguns entrevistados entusiastas do calçadão depuseram sobre a paquera no local:

As justificativas são muitas, mas somente a de José Antônio chega para dar uma mostra do que pensam aqueles que se dedicam ao esporte da paquera. “Olha, eu acho isso tudo aí um troço de doido, uma boa, sacou? Eu choco uma paquera aqui nessa rua e fico na maior bronca quando alguém buzina pra eu sair do caminho, justamente quando eu estou sacando uma mina lá do outro lado da rua”.

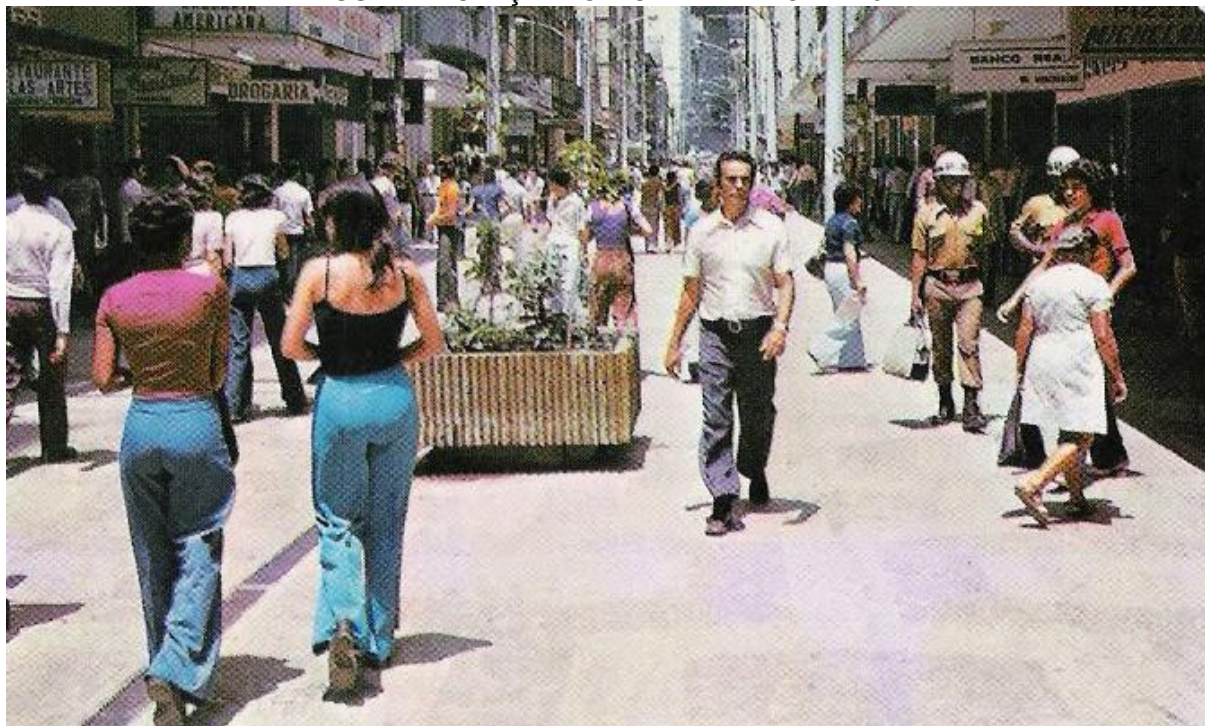
Também nesta matéria foram definidos os ditos “olheiros”:

Os olheiros, tal como os paqueradores, se sentem muito à vontade para apreciar o movimento. Ser olheiro é ficar na rua a maior parte do tempo, fazendo toda sorte de atividades, tais como olhar as vitrines, olhar quem disse que estava viajando e aparece um na rua, comentar o futebol e discutir a moda ou até mesmo “arrumar algum emprestado pra tomar um cafezinho ou comprar cigarros”.

Ora, o que mais os nossos aposentados podem ser além de olheiros e jogadores? Eles se dispõem a passar horas jogando conversa fora e curtindo momentos de lazer. O que nos instiga ainda mais, pois é necessário saber como e por quê esta tradição persiste ali e como os atores sociais em questão a interpretam e ressignificam.

O calçadão foi enfim inaugurado em 1975, quando às 11 horas da manhã do dia 15 de novembro soa a sirene da Galeria Pio X e o então prefeito Saulo Pinto Moreira corta, utilizando um canivete, uma fita amarrada no cruzamento da Av. Barão do Rio Branco com a Rua Halfeld. Em reportagem sobre o acontecimento, o Diário Mercantil desta data descreve, ainda em narrativa profética pois a edição fora lançada antes da inauguração, como seria a cerimônia. Seriam distribuídos canivetes, rosas e, para as crianças, balões. Três bandas, uma em cada ponto da rua, ficariam responsáveis por dar a trilha sonora do momento tão importante. A matéria ressalta ainda a dúvida dos juiz-foranos em relação àquele projeto, que muitos ainda acreditavam não ser eficiente para o comércio. Naquela época, o calçamento ainda não estava em perfeitas condições e a rua não atendia adequadamente nem aos pedestres nem ao trânsito. Havia sérios problemas com a rede de captação de águas pluviais e esgoto, o que acarretava várias inundações durante a época de chuvas.

FIGURA 7 - CALÇADÃO – CALENDÁRIO DE 1977



FONTE: Arquivo Ramon Brandão<sup>17</sup>.

É notável que mesmo antes de ser uma grande calçada, a Rua Halfeld foi palco de grandes momentos simbólicos da história de Juiz de Fora. Políticos desfilaram por lá suas campanhas e proferiram seus discursos. Muito tempo depois dos anos dourados, foi no calçadão que a luta pelas Diretas Já marcou presença na cidade. Não há uma só manifestação social que não passe pelo calçadão e que não interfira nele. Por óbvio, é a rua mais movimentada da cidade, contudo, vai além. O imaginário juiz-forano criou a expressão “coração da cidade” para designar carinhosamente a rua e, qualquer evento que queira causar impacto e não passe pela Rua Halfeld parece não ter acontecido. Talvez a imprensa escolha este caminho, contudo, ao revisitar sua história e buscar compreender seu significado para aqueles que ali estão todos os dias, vamos percebendo aos poucos que esta afirmação se faz verdade. Algo que possa se apropriar de movimento, ou que seja feito dele, com o objetivo de deixar sua marca na história da cidade, tem de passar pelo calçadão, como todo nosso sangue passa pelo nosso coração.

A tentativa de revisitar as narrativas sobre origens e características da Rua Halfeld não é tarefa de grande esforço quando queremos tratar de sua fundação até o início dos tempos enquanto calçadão. Contudo, é persistente e uníssono o

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.mariadoresguardo.com.br/2010/06/rua-halfeld-juiz-de-fora-calendario-de.html>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

discurso de grande importância comercial e, portanto, econômica para a cidade. A Antropologia Urbana procura não se satisfazer com análises macro porque, insisto, é necessário, para realizar os objetivos desta pesquisa, compreender o sentido que aqueles aposentados conferem às atividades que ali realizam e o motivo pelo qual foi ali que resolveram se fixar. Notório em quase todas as fontes pesquisadas, o anúncio da morte do *footing* e a ocupação da Halfeld para fins de lazer. De fato, não se veem muitas pessoas jovens ocupando aquele espaço em horário comercial para estes fins. É fato também que os tempos são outros e as exigências do mundo contemporâneo dificultam intensamente as possibilidades de existência do *flâneur*. Contudo, aqueles que estão ali parados, jogando, conversando, fazem permanecer viva a ideia do calçadão como agregado de significado maior do que o econômico.

É preciso tentar enxergar por outra ótica, ou melhor, é preciso que a Antropologia faça seu papel, para que aqueles que ainda não são vistos imprimam seus diferentes modos de ver de interpretar a realidade em que vivem e a qual ajudam a construir.

A fim de tentar fugir de uma possível superficialidade, se fez necessário buscar compreender como surgiu, na história da humanidade, a ideia de centros de interesses e de como os contrastes centro/periferia e público/privado aconteceram e acontecem em alguns pontos do Brasil. Trago a seguir alguns breves pontos importantes a este respeito, para que possamos apurar o debate e a compreensão.

FIGURA 8 - CALÇADÃO EM UM SÁBADO DE MANHÃ – 2012



FONTE: A autora, 2012.

### 1.3 A IDEIA DO CALÇADÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CENTRALIDADE URBANA

Neste tópico, foi empreendido o esforço de trazer uma pequena discussão acerca da ideia de centralidade urbana ao longo do tempo, entendendo que esta reflexão pode favorecer nossa compreensão histórica a respeito do papel do centro nas cidades, desde as primeiras formações urbanas até os dias de hoje, é intuito estabelecer relações sobre como refletiram no Brasil, e em Juiz de Fora, as mudanças no conceito e configuração dos centros urbanos.

Em seu texto intitulado *Sobre Centralidade Urbana*, Dieter Hassenpflug (2007) descreve e discute a definição sociológica de Georg Simmel acerca do conceito de cidade, quando o pensador alemão inaugura os estudos de sociologia urbana nos primórdios do século XX. Seguindo em comunhão com o autor, este tópico reflete sobre o conceito em questão. Ao caracterizar o espaço urbano como o lugar de convivência das diferenças, Hassenpflug, baseando-se no conceito

simmeliano, destaca quatro condições formatadoras das cidades: tamanho, permanência, densidade e heterogeneidade. Posteriormente, estas condições somaram-se, à questão da hierarquia da centralidade urbana, quando dos estudos empíricos de sociologia urbana desenvolvidos na Escola de Chicago a partir da década de 1920. (HASSENPFUG, 2007).

Percorrendo a história da humanidade, encontraremos a relação cidade/centro em praticamente todos os momentos da civilização ocidental. Não é possível, por exemplo, desvincular, em um estudo no âmbito das Ciências Humanas, a *pólis* da Antiguidade Clássica do espaço criado para a convivência de seus cidadãos: a ágora. Capaz de abrigar um espaço-tempo de performances civis unido ao espaço destinado à operações mercantis, a ágora foi a primeira expressão de um lugar emblemático, multifuncional, marcado pela transição de uma economia rural para um economia citadina de mercado, bem como na esfera política a transformação de um regime monárquico para um outro, que permitia a participação civil – a cidade sendo governada pelo povo (democracia).

Mais de 1800 anos após as criações das cidades-mãe, a vida citadina é novamente determinada em função de uma economia mercantil, mesmo que ainda bem destoante da *pólis* grega e da conformação de cidade ocidental tal qual conhecemos hoje no séc. XIX. As guildas – corporações de ofício típicas da Idade Média em suas proximidades com o Renascimento – foram criadas a fim de potencializar o comércio nas cidades medievais o que, segundo Hassenpflug (2007), foi fator fundamental para a fundação de mais de 80% das cidades europeias neste período. As praças de mercado tornaram-se, então, símbolo das cidades medievais. É por esse motivo que o autor em questão define os comerciantes, mercadores e artesãos como “fundadores reais da cidade”. Da mesma forma que a ágora foi capaz de abranger diversos eventos sociais distintos, a praça do mercado não era, sozinha, a única característica dessas cidades, juntamente com a Igreja, e toda sua infraestrutura, formavam o centro da referência de interesses dessas organizações espaciais (HASSENPFUG, 2007).

Nestes dois momentos da história ocidental fica clara a importância do centro urbano e seu papel político-social que permanece na contemporaneidade, para ilustrar:

Este uso generoso do espaço urbano central salienta o seu significado sócio-cultural representativo. O centro é um palco público, isto é, espaço

que é (ou deveria ser) acessível para todos, para os ricos e para os pobres, os jovens e velhos, nativos e estrangeiros. (HASSENPFUG, 2007).

Fazendo um salto nos desdobramentos das diferentes constituições urbanas, o autor nos leva para a América, e é a partir da noção urbana adotada em cidades dos Estados Unidos que complementamos o entendimento da questão da centralidade urbana. A modernidade trouxe ideais que resultaram em uma tentativa de configuração da cidade em busca da derrubada da hierarquia produzida pelos centros de interesse. Os desenhos das cidades estadunidenses não mais se guiam por um modelo radial concêntrico<sup>18</sup>, mas sim por um modelo ortogonal – lembrando uma grelha, com retas paralelas e perpendiculares – bem distinto do modelo relativamente circular das cidades europeias. Apesar destes ideais e de sua força estrutural, o que foi visto não foi a extinção da hierarquia do centro, porém uma nova forma de concebê-lo e organizá-lo, para além das expectativas republicanas que vigoravam no Novo Mundo.

A economia liberal de mercado mais uma vez ditou os rumos da divisão espacial urbana e os novos centros estadunidenses foram caracterizados por sua acessibilidade e por seu simbolismo para se tornarem o espaço dos grandes negócios, referências de poderio para a economia capitalista local e mundial. Ou seja, a intenção de suprimir a hierarquia peculiar à centralidade urbana europeia não foi satisfatória, no sentido de que esta hierarquia permaneceu em outros moldes, enfatizando a verticalização com seus arranha-céus (HASSENPFUG, 2007).

Foi necessário discorrer brevemente sobre alguns pontos da ideia de centralidade para, enfim chegar ao conceito que define e norteia a projeção das cidades ocidentais modernas. Assim, mais tarde será possível fornecer algumas pistas para a compreensão da ideia de ‘calçadão’ no mundo, no Brasil e em Juiz de Fora.

A Revolução Industrial e a crescente economia capitalista resultaram, nos países chamados de primeiro mundo, em uma classe-média relevante quantitativa e simbolicamente. Suas demandas por espaços de comércio, conhecimento e lazer trouxeram uma nova formatação dos centros de interesse urbanos. Houve um incremento destes centros no que se refere à dispositivos de lazer e cultura, como

---

<sup>18</sup> Malha viária bem definida, no centro da cidade, a qual seria o destino final das principais ruas e que fosse marcada por um elemento icônico.

escolas, cinemas, teatros, bibliotecas, parques, fazendo as vezes de templo – que a igreja representava na Idade Média. Esses “templos modernos” trouxeram ainda mais variedade às funções dos espaços nos quais foram inseridos. (HASSENPFUG, 2007).

Após a Segunda Guerra Mundial o planejamento urbano europeu seguiu um caminho único, já que não conseguia acompanhar as novas ideias de centralidade estadunidenses, mas precisava reunir as novas demandas de uma sociedade civil cada vez mais organizada e de um sistema econômico baseado em produção e comércio intensos. Influenciados pelas ideias do fordismo<sup>19</sup> no tocante ao planejamento de uma cidade social, começaram a organizar e a instaurar vias exclusivas para pedestres:

A mais popular resposta tem sido a zona de pedestres (calçadão), a qual teve êxito em recodificar a antiga textura dos centros das cidades europeias. Ela confirmou a prioridade fordista ao automobilismo, ao excluir o carro dos centros medievais e submetendo-a à periferia. Ela ajudou a mediar o desenvolvimento da expansão urbana, (...). Desde então o comércio varejista tem se transformado no mais importante defensor da centralidade urbana e a manutenção desta zona acessível aos clientes se tornou um desafio contínuo para o planejamento urbano. (HASSENPFUG, 2007).

Apesar de não termos em nosso país as mesmas características urbanas europeias, por óbvio, as cidades medievais, o Brasil importou algumas dessas influências para o planejamento urbano de cidades como Curitiba, por exemplo. A experiência da capital paranaense é de grande relevância para o cenário nacional, a cidade estava se industrializando quando, na década de 1940 foi criado o projeto de desenvolvimento urbano denominado Plano Agache – inspirado nas experiências de cidades como Chicago, Camberra e Rio de Janeiro. Conceito imprescindível para o entendimento deste plano é o de Centros Funcionais, que reuniria, assim como os centros europeus e estadunidenses, os templos modernos.

Para a presente pesquisa vale ressaltar o Plano Massa deste projeto, que consistiu em criar a zona de pedestres e galerias cobertas para facilitar o fluxo dos transeuntes. Assim como o calçadão da Rua XV de Curitiba – que tem muito em comum com o juizforano, inclusive os postes de iluminação da Rua Halfeld foram substituídos por pastiches idênticos aos do calçadão curitibano – o calçadão da Rua

---

<sup>19</sup> A cidade fordista se manifestava fundamentalmente como antítese da cidade medieval com a sua funcionalidade e altamente integrada centralidade cívica. (HASSENPFUG, 2007).



Halfeld também foi calçado com pedras portuguesas na Rua de maior movimento e função social da cidade.

Para além de analisar sua história, pretendemos aqui buscar como estes templos modernos participam dela e como esse espaço mítico da cidade sobrevive, dando espaços à grupos de coletividade em momentos de intensa supressão do coletivo e valorização do individual. Ainda mais, buscaremos a compreensão do fato de que aposentados, velhos que trazem consigo heranças de outros tempos-espacos de ritmo antagônico ao atual, se posicionam frente às mudanças. E, também, como a cidade é capaz de abarcar as oposições individualidade/coletividade, objetivo/subjetivo.

No terceiro capítulo desta pesquisa discutiremos como Georg Simmel interpreta as possibilidades de interação na sociedade e como, a partir das considerações realizadas acima, nós poderemos compreender a importância dos atores sociais para a formatação do calçadão da Rua Halfeld. Este trecho da obra de Simmel ilustra nossas escolhas perante o tema da presente empreitada:

Assim começam os grupos políticos e familiares, as formações de partidos, as confrarias religiosas; a autoconservação de associações muito jovens exige o estabelecimento rigoroso de limites e a unidade centrípeta e não pode portanto conceder ao indivíduo nenhuma liberdade e particularidade de desenvolvimento interior e exterior. A partir desse estágio, a evolução social bifurca-se simultaneamente para dois lados diferentes, e no entanto correspondentes. Na medida em que o grupo cresce — numericamente, espacialmente, em significação e em conteúdos de vida —, então justamente afrouxa-se a sua unidade interior imediata; a pregnância da delimitação originária frente aos outros se atenua mediante relações mútuas e conexões. Ao mesmo tempo, no grupo que agora cresceu, o indivíduo ganha liberdade de movimento para muito além da delimitação inicial, invejosa, e ganha uma peculiaridade e particularidade para as quais a divisão do trabalho dá oportunidade e necessidade. Segundo essa fórmula desenvolveram-se o estado e o cristianismo, as guildas e os partidos políticos, assim como inumeráveis outros grupos, tanto mais naturalmente as condições e forças particulares do singular modificam o esquema geral. Isso também me parece ser claramente perceptível no desenvolvimento da individualidade no interior da vida cidadina. (SIMMEL, 2005).

A partir dessas considerações a Antropologia Urbana só tem a contribuir para o entendimento da cidade a partir de experiências singulares de seus personagens, considerando a memória do espaço social por eles ocupados. A cidade normatiza seus espaços e comportamentos, agregando seus moradores através de símbolos. Um desses símbolos, pudemos perceber por sua história, é a Rua Halfeld. Pretendemos então, agora, a apreensão das ressignificações à ela

conferidas por aqueles que não são vistos pela lógica objetiva dos grandes centros urbanos contemporâneos.

## 2 QUESTÕES SOBRE MÉTODO<sup>20</sup>: DEPOIMENTOS E IMAGENS COMO FONTES ANALÍTICAS

Neste capítulo serão discutidas as formas de abordagem desempenhadas ao longo da pesquisa, as escolhas de método e problemas éticos que atravessaram os momentos de trabalho de campo e a confecção da etnografia.

Uma obra que vem ao encontro do método desenvolvido aqui, principalmente no tocante ao ferramental, é a obra *Envelhecimento & Imagem: As fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro* (2000), onde Clarice Peixoto estabelece uma comparação entre a sociabilidade de velhos em lugares públicos nas cidades de

---

<sup>20</sup> Foi no ano de 2010, cursando a disciplina Cinema & Ciências Sociais, quando compreendi que o calçadão gerava em mim um fascínio estranho. Uma mistura de curiosidade – questionava superficialmente sua sobrevivência enquanto nevrálgico ponto de comércio em tempos de shoppings novos, seguros e frescos: um grande shopping havia sido inaugurado cerca de dois anos antes. Pois bem, voltando ao primeiro dia de aula da disciplina, o professor Carlos Reyna – hoje meu orientador – explicando o trabalho final a ser entregue para a conclusão da disciplina, sugeriu alguns temas para este trabalho, dentre estes temas estava a riqueza do calçadão da Rua Halfeld. Naquele momento entendi que minha curiosidade ultrapassava o viés mercadológico da Rua e comecei a me questionar a respeito de diversas situações que eu havia percebido no calçadão, mas que até então não soube problematizar com uma abordagem antropológica. Não teve mais volta, o Prof. Carlos confirmou que haviam muitas possibilidades naquela Rua enquanto tema de uma pesquisa e então, começamos o trabalho de campo, em grupo naquela época. As primeiras investidas aconteceram com as câmeras em punho – a fotográfica e a de vídeo – queríamos investigar como o calçadão conseguiu concentrar e regulamentar de alguma forma (junto à prefeitura, por exemplo) uma grande quantidade de trabalhadores ambulantes. Queríamos colocar em evidência o ponto de vista destes sujeitos: artistas de rua, vendedores de amendoim e coco queimado, engraxates, feirantes e também daqueles que participavam de um comércio feito na surdina, na esquina da Rua Halfeld com a Rua Batista de Oliveira, em frente ao Cine Palace. Mas e o porquê da câmera já em punho? Bom, estávamos ali vivendo uma experimentação. Enquanto em sala de aula, discutíamos questões teóricas à respeito da história da disciplina, assistíamos à filmes etnográficos e falávamos sobre hipermídia, em campo aprendíamos, na prática, a abordar com a câmera, a manuseá-la, a buscar enquadramentos e fazer nossos recortes. Uma interessantíssima experiência de experimentação que só a prática e a maturidade podiam melhorar. Pois bem, fizemos nossas entrevistas ainda buscando compreender como poderíamos usufruir das imagens em movimento em uma pesquisa antropológica. Posso dizer por mim que busquei com esta disciplina agregar algo novo ao meu arcabouço de conhecimento antropológico e penso ter alcançado esta meta com várias reflexões realizadas a partir desta pesquisa. O mais sedutor, e isto é um pensamento íntimo, neste universo de possibilidades, concerne ao empoderamento – em relação à participação na construção do texto etnográfico – dos sujeitos em detrimento do poder exclusivo do Antropólogo neste contexto. Certamente esta construção de uma relação pesquisador/pesquisado, que fuja às regras da monologia, pode acontecer de diversas maneiras, contudo o confronto sujeito/imagem nos traz pistas ímpares a respeito da ligação deste sujeito com o mundo que o cerca. Acredito que tenha sido isso que nos levou por este novo caminho. Logo antes de ingressar no mestrado, a antropóloga Clarice Peixoto foi aqui recebida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF para ministrar uma conferência na qual falaria sobre suas experiências, investidas e dificuldades antropológicas-cinematográficas, o que foi fundamental para a presente pesquisa.

Paris e Rio de Janeiro – sempre utilizando a câmera de vídeo como mediadora da relação antropóloga-sujeitos, e sempre seguindo na direção de incluir estes sujeitos, seus pontos de vista e sentimentos na narrativa etnográfica.

Após constantes observações, e a palestra da pesquisadora citada na nota acima, foi definido um recorte: a sociabilidade entre velhos no calçadão. Estes velhos chamaram muito a atenção, pois ficavam por ali o dia todo, divididos em vários grupos ao longo da Rua. Recorte feito, retomei o trabalho de campo, só que desta vez de uma forma mais aprofundada como será mostrado ao longo do presente capítulo. Foi entendido que aqueles grupos de homens, em sua maioria idosos, que frequentam o calçadão há cerca de vinte, trinta anos, poderiam satisfazer as inquietações acerca do significado da expressão “coração da cidade” percebida em estudos históricos<sup>21</sup> de periódicos regionais e nas falas dos moradores da cidade.

Nesse sentido, para compreender a significação dada por esses trabalhadores à rua, é seguido o pressuposto metodológico de que cada cultura particular possui um valor em si e que a pluralidade de expressões culturais, ainda que representadas por pequenos grupos, merece um estudo antropológico de suas particularidades expressas no cotidiano (BOAS, 2004).

A fim de compreender os valores e significados atribuídos por aqueles que ali estão, foi buscado como referência teórica para a etnografia, os pressupostos da Antropologia Interpretativa, claros nesta passagem de Clifford Geertz:

E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1989, p. 13).

Ou seja, compreender o “que diabos eles acham que estão fazendo” (GEERTZ, 1983) torna-se a questão central se levarmos em conta que a narrativa antropológica é uma interpretação de segunda ou terceira mão (GEERTZ, 1989). É colocada, então, uma outra questão para a construção do texto etnográfico, que se refere justamente à interpretação do Antropólogo enquanto pesquisador: como unir a teoria antropológica ao ponto de vista do nativo? Para solucionar esta questão,

---

<sup>21</sup> Ver Capítulo 1.

Geertz trabalha com duas chaves: “captar conceitos de experiência-próxima dos nativos e estabelecer uma conexão esclarecedora com conceitos de experiência-distante criada por teóricos.” (GEERTZ,2004, p.88).

Os conceitos de experiência-próxima são aqueles expressos e definidos de alguma forma pelos sujeitos, enquanto os de experiência-distante estão ligados à toda produção teórica existente na literatura e são capazes de serem reconhecidos como conceitos em diversos contextos e sociedades. Ao longo desta pesquisa busquei me apropriar destes conceitos a fim de encontrar os pontos de convergência entre o conhecimento antropológico e o conhecimento de vida dos sujeitos.

Para que esta empreitada seja bem sucedida, o antropólogo deve se dedicar à algumas reflexões anteriores, destacadas por Roberto Cardoso de Oliveira. A primeira delas seria a “domesticação teórica do olhar”, já que o olhar é nosso primeiro contato com o campo, além de figurar no método de observação participante como uma das faculdades mais importantes. A segunda faculdade, segundo Oliveira, seria o “ouvir”, complementação do olhar, quando fica explícito o conflito dos dois universos envolvidos. O momento da entrevista, por exemplo, deixa transparecer o confronto ali existente entre o mundo dos sujeitos produtores de significados e o mundo do pesquisador. Finalmente, e talvez a tarefa de mais árdua dedicação, seria a escrita. A descrição, realizada pelo etnógrafo, se estabelece na difícil empreitada de conciliar a tensão entre os significados encontrados nas falas, gestos e atitudes de seus produtores e os conceitos já definidos pela teoria antropológica (OLIVEIRA, 1996).

Outro ponto importante, levado em consideração nesta pesquisa é a diferenciação que Oliveira nos traz no tocante a relação pesquisador/pesquisado, quando se refere à noção de “informante”, conceito tão tradicional em pesquisas etnográficas. O autor nos força a uma reflexão a respeito do próprio termo empregado, pois quando o então informante assume o papel de “interlocutor” o “confronto semântico” – a distância entre a posição do pesquisador enquanto detentor de um tipo de conhecimento e as narrativas e conceitos dos sujeitos – torna-se, então, um “encontro etnográfico”, proporcionando a distinção das próprias vozes presentes no texto (OLIVEIRA, 1996).

A pesquisa antropológica no cenário urbano tem muito a contribuir, como já foi dito na Introdução, na medida em que tira a posição de “massa passiva”<sup>22</sup> dos atores sociais em sociedades complexas. Essa visão, muitas vezes reforçada pelo discurso da análise macro, busca compreender a sociedade por meio do estudo de sua organização, enquanto a antropologia pode, e deve, buscar nos desencontros e descontínuos do cotidiano os significados que tecem as redes de sociabilidade (MAGNANI, 2002).

Apesar de não ser uma metrópole, Juiz de Fora é uma cidade de médio porte, polo regional, portanto sua análise do ponto de vista etnográfico é importante pela diversidade de comportamentos que encontramos. O que não leva a um pensamento de fragmentação, mas para “a possibilidade de sistemas de troca em outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes.” (MAGNANI, 2002, p. 16).

Esse desafio de tentar cessar a dicotomia indivíduo/grandes estruturas, também parte do princípio de que devemos “olhar a partir dos arranjos dos próprios atores sociais” (MAGNANI, 2002, p.18). O que nos guiará para o entendimento das formas pelas quais esses atores vivem na cidade e das maneiras de que eles se servem dela para viver. No caso da presente pesquisa, é intuito compreender e interpretar como esses atores se apropriam do espaço público em questão: o calçadão da Rua Halfeld.

Dois investimentos necessários, ainda segundo Magnani (2002), em um estudo de antropologia urbana são em relação aos atores sociais e à paisagem na qual estão inseridos. Para que possamos investir de outra maneira, que não a usual, nesses dois pontos fundamentais da etnografia nos serviremos de instrumentos e pressupostos utilizados nas pesquisas de Antropologia Visual.

---

<sup>22</sup> Começo sugerindo que os grandes grupos, quando comparados a grupos menores, mostram muito menos radicalismo e decisão. Mas essa afirmação precisa ser esclarecida, pois precisamente onde as grandes massas são ativadas por movimentos políticos, sociais ou religiosos, elas são implacavelmente radicais, e partidos extremados oprimem partidos moderados. O outro motivo disso é que as grandes massas só podem ser animadas e guiadas por ideias simples: o que é comum a muitos deve ser acessível mesmo aos mais humildes e mais primitivos entre eles. Em números relativamente grandes, ainda mesmo as personalidades mais nobres e mais diferenciadas nunca se encontram nos impulsos e nas ideias complexas e altamente desenvolvidas, mas apenas naquelas relativamente simples e genericamente humanas. (MORAES FILHO, 1983, p.96).

## 2.1 O MEIO & A CÂMERA: O REGISTRO VIDEOGRÁFICO NA PESQUISA ANTROPOLÓGICA

Um entendimento necessário para seguir a discussão sobre a utilização de imagens – videográficas ou fotográficas – como dados analíticos faz-se a partir da seguinte reflexão: como já foi dito, algumas escolhas foram feitas anteriormente à imersão em campo e nem todas essas escolhas permaneceram-se incólumes até o fim da pesquisa. Contudo, todas elas guiaram a postura e os caminhos da pesquisadora em campo, por este motivo nos valem da Antropologia Visual sem pretender a conclusão de um vídeo como objetivo maior, mas utilizando seus conceitos para guiar um processo etnográfico acrescido de aparatos (câmeras) capazes de valorizar o potencial de interação entre pesquisadora e pesquisado.

A utilização de imagens permite, a partir da decomposição da imagem, encontrar gestos, trocas, falas e acontecimentos não vistos em campo. Existe também a possibilidade de trazer outras vozes para a narrativa etnográfica, vozes dos próprios sujeitos produtores de significados, que, ao assistirem junto à pesquisadora as imagens realizadas, podem suscitar outras leituras ainda não percebidas<sup>23</sup>, caminho que sempre procurei seguir na presente empreitada.

Ainda no tocante à função e ao estabelecimento da câmera de vídeo em um trabalho de cunho antropológico, se faz fundamental a discussão acerca das implicações desta escolha. A primeira delas se refere ao que muda na posição do antropólogo enquanto um observador, mais especificamente o que muda no próprio ato de observar do antropólogo. Claudine de France (1998) mostra que a introdução da câmera de vídeo em uma pesquisa de campo interfere diretamente no processo de pesquisa e, por isso, não pode ser considerada apenas um suporte para fins ilustrativos<sup>24</sup>. A seguir serão discutidas questões éticas que foram surgindo ao longo

---

<sup>23</sup> Clarice Peixoto trabalha com a ideia de Antropologia Compartilhada, de Jean Rouch, mas faz sua própria leitura, a qual foi considerada neste trabalho: O projeto de explorar esses momentos de análise conjunta das imagens, através do registro daquilo que as palavras não podem exprimir (...). Confrontar o personagem à sua própria imagem e à do outro, isto que denominamos “reflexo do espelho”, é como ver o filme pelos olhos do personagem (2000, p.91).

<sup>24</sup> Essa afirmativa se justifica, segundo De France, porque a maneira de observar muda ao escolher a objetiva como mediadora da relação em campo. Na ausência do registro videográfico, a observação realizada se define como direta ou imediata – a apreensão só pode acontecer no momento em que o pesquisador ou pesquisadora se encontra em campo. Já o que De France define como observação diferida possibilita a observação do fenômeno mesmo após a sua ocorrência, de forma que o papel do antropólogo-cineasta não se restringe ao momento da

da pesquisa de campo, tanto em relação à introdução da câmera, como quanto à própria prática etnográfica.

### **2.1.1 Questões éticas: a experiência em campo confrontada com as expectativas metodológicas**

Primeiramente, é necessário problematizar ainda mais a função da câmera em campo. A primeira pergunta cabível seria: Para que servem as imagens animadas neste contexto? Como já foi mencionado na Introdução, a utilização da câmera, e de imagens animadas ou fotográficas, serviu como suporte para a interação entre pesquisadora/pesquisados. Agora segue uma discussão acerca das escolhas e seu desenvolvimento na prática do trabalho de campo.

À medida em que fui me inserindo em campo, percebi grande resistência por parte de alguns membros do grupo em permitir o uso da câmera de vídeo. Dessa forma, o processo de inserção da câmera foi lento e gradual, como será exposto a seguir. Todo o método escolhido a priori se baseia em alguns conceitos definidos por Claudine de France, principalmente quando a autora demarca o que denomina “filme de exploração”<sup>25</sup>. A base elementar desta demarcação situa-se no processo de inserção do realizador ou da realizadora do filme. Em um “filme de exploração”, os registros não impedem o prolongamento da inserção, visto que as imagens podem – e devem – ser revisitadas, sugerindo uma interação mais aprofundada, além de apontar constantemente para novas estratégias a serem seguidas em campo, como explicita De France:

Quando um processo exploratório é iniciado, a inserção não cessa com os primeiros registros; ela se prolonga muito além do instante, certamente decisivo, em que o cineasta vê-se plenamente autorizado a filmar aqueles que observa. Este prolongamento da inserção apóia-se no diálogo gestual durante o qual as pessoas filmadas encenam suas próprias atividades diante da câmera, e no diálogo verbal que se instaura entre cineasta e protagonistas no momento do exame em grupo da imagem, entre dois períodos de registro. É nesse sentido que a fronteira entre as preliminares e

---

filmagem e nem ao período da edição. Levando em conta esta mudança profunda nas relações pesquisador/pesquisado e linguagem escrita/linguagem imagética (DE FRANCE, 1998).

<sup>25</sup> De France (1998) contrapõe “filme de exploração” e “filme de exposição”, no presente trabalho foram utilizados alguns preceitos do primeiro, como exemplo a inserção contínua, visto que as narrativas gravadas em vídeo ofereceram pistas para novas abordagens. Também foi utilizado como orientação para o momento de análise das imagens (fotos) em conjunto. O chamado “filme de exposição”, que poderia ser exemplificado por um documentário não-etnográfico, contudo não necessariamente ficcional, não permite o prolongamento da inserção, ou seja, o início dos registros indica a supressão da inserção.



a realização do filme propriamente dita é extremamente vaga. (DE FRANCE, 1998, p. 348).

Essas direções sugeridas – notadamente a inserção contínua – pela antropóloga-cineasta francesa foram tomadas neste trabalho a fim de orientar todo o processo de inserção e de início dos registros visuais em campo, sobre os quais falarei mais adiante.

A partir da definição de “filme de exploração” colocada por Claudine de France e lançando mão desta própria definição como guia para a pesquisa de campo surgiram ainda outras inquietações em campo. A última frase da citação acima esclarece que é nas relações interpessoais entre pesquisadora/pesquisados que o momento de começar as filmagens é indicado. Pois bem, antes deste início é essencial um relacionamento bem estabelecido entre estes sujeitos da pesquisa para que ela não se torne superficial, mas também para que o pesquisador ou pesquisadora possam traçar os caminhos das filmagens, sem deixar de lado a participação dos envolvidos. Este é um ponto de discussão colocado para toda forma de pesquisa antropológica e que aqui tratarei no âmbito da Antropologia Visual. Segue a segunda questão suscitada durante a pesquisa de campo: Se pretendo desenvolver uma narrativa que siga em direção a uma troca entre pesquisadora/pesquisados<sup>26</sup>, como saber o momento certo de ligar a câmera? Em outros termos, como é possível não impor a câmera para aqueles homens ainda tão resistentes?

Em princípio, acreditava que esta seria uma escolha minha, entretanto não encontrava espaço suficiente para iniciar as gravações. Esta resistência durou meses, principalmente por parte dos jogadores de *purriinha* mais velhos, como o Sr. Mário (84 anos) e o Sr. Zé (82 anos)<sup>27</sup>. É interessante destacar que sempre que eu pedia uma entrevista gravada a algum outro membro do grupo, eles negavam dizendo que eu deveria entrevistar esses dois homens, o primeiro (Sr. Mário) por classificarem como ‘bíblia do calçadão’ e o segundo (Sr. Zé), como afirmavam seria o que joga *purriinha* há mais tempo e com maior frequência, chamando-o de

---

<sup>26</sup> Baseado no que Clarice Peixoto (2000) nos apresenta sobre “o reflexo do espelho”, a intenção inicial desta pesquisa era levar as imagens animadas para que os próprios sujeitos pudessem vê-las e discuti-las com a pesquisadora, a fim de construir uma narrativa etnográfica a qual contemplasse não somente a visão da antropóloga, mas que também possibilitasse a inserção dos atores sociais enquanto co-autores da etnografia. Este momento não aconteceu com as imagens videográficas, contudo as imagens fotográficas levadas à campo foram fundamentais para inserir os sujeitos na narrativa etnográfica, como será exposto mais adiante.

<sup>27</sup> Sr. Mário é aposentado. Sr. Zé é aposentado e zelador da Galeria Constança Valadares.

“campeão”. Por certo não é possível saber qual a represália que sofreria insistindo em ligar a câmera somente durante os jogos, e se ela realmente ocorreria. Todavia, havia uma distância imensa entre eu e eles e, certamente, esta distância não seria suplantada se eu tomasse a atitude em um momento precipitado.

Muitos elementos me diferenciavam daqueles homens no início, a começar pelo mais óbvio: aquele não era um espaço no qual caberia uma figura feminina. Em segundo lugar, havia ali um *gap* geracional que a princípio me parecia intransponível, mesmo sabendo que a antropologia ainda contempla o estudo do Outro. A diferença entre a minha idade e o jogador de *purriinha* mais novo estava na casa dos vinte anos, mas ele era exceção, pois a faixa etária dos jogadores estava, em média, entre 50 e 80 anos de idade. Esta barreira geracional – eu, uma mulher de 23/24 anos de idade, em meio a homens de outras gerações, que haviam formulado suas concepções de mundo em épocas completamente diferentes da minha, era a imagem materializada do estranhamento entre o passado e o presente – se mostrou em campo a grande dificuldade que encontrei, com a qual somente tinha tido contato por meio de leituras. Por último, a incompreensão acerca do meu papel ali causava um certo desconforto entre alguns membros do grupo. Este fato já era por mim imaginado, alguns ainda acreditam que se tratava de uma reportagem, enquanto outros foram mais longe do que eu poderia prever e me têm hoje como uma amiga, com a qual podem confidenciar alguns assuntos de foro íntimo.

Estes assuntos serão discutidos no capítulo 4, mas foi preciso colocá-los em pauta agora à título de esclarecimento sobre minhas escolhas metodológicas em campo.

Voltemos então à pergunta inicial: Como saber o momento de ligar a câmera? Esta questão se desdobra em uma discussão metodológica ainda mais abrangente, visto que em se tratando da utilização de instrumentos de pesquisa como a câmera, muitas ponderações devem ser feitas. Por certo, toda a resistência em relação à câmera retardou sua entrada em campo, contudo há também critérios éticos imbricados a esta escolha. Não foi intenção desta pesquisa criar situações exclusivamente para a realização de um filme, como uma simulação ou falsificação de uma situação que atendesse aos objetivos da pesquisadora. Pelo contrário, além da finalidade de registrar somente aquilo que os sujeitos faziam no seu cotidiano, o princípio de deixá-los dar o sinal permissivo à câmera foi seguido à risca, para que

as relações de poder ou as discrepâncias entre a minha narrativa e a deles fossem reduzidas<sup>28</sup>.

No nosso caso, o tempo que demorou para que a nossa relação (minha com os sujeitos) se transformasse em um encontro etnográfico foi um tanto prolongado devido aos obstáculos já citados, contudo considero exitosa a empreitada. Saber o momento certo de ligar a câmera não foi fácil, muito menos rápido, explico como percebi este encontro: há tempos eu vinha pedindo entrevistas como forma de colocar a câmera em campo, mas como já foi dito, elas vinham sendo negadas de forma delicada, expressas em respostas como “vamos deixar para amanhã?” (Sr. Mário), ou “hoje eu não estou bem vestido” (Sr. Zé), ou mesmo em pedidos que soavam quase em tom misericordioso “por favor, não liga isso aí não, ah, não” (Sr. Zé). Ora, se a intenção ética era que se construísse uma narrativa da qual o sujeitos sociais participassem, eu, na condição de pesquisadora, não poderia exercer um poder maior naquele momento e ligar a câmera, mesmo considerando a possibilidade da resistência diminuir com o passar do tempo. Esperei e depois de ser chamada de “madrinha da *purriinha*”<sup>29</sup>, os próprios jogadores passaram a me cobrar as “fotografias” ou “entrevistas”. Não pude sentir realização maior, ainda que tendo em mente que aquele tempo restante pudesse não ser suficiente para a realização de uma observação diferida bem sucedida.

Foi decidido investir, então, no uso de fotografias como meio de troca de experiências e de estabelecimento de confiança na relação pesquisadora/sujeitos. Levei a campo fotografias dos aposentados como forma de presenteá-los com suas próprias fotos. Lançar mão desta estratégia pode trazer benefícios em dois sentidos:

<sup>28</sup> Um exemplo polêmico no campo da Antropologia Visual é a experiência de Robert Flaherty ao documentar em filme a vida dos esquimós na Baía de Hudson, Canadá, o que culminou no filme *Nanook of the North* (1922). Freire (2011) discute como Flaherty conseguiu unir duas posturas hoje consideradas antagônicas em um só trabalho, vejamos porquê. O cineasta estadunidense foi pioneiro ao estabelecer um longo convívio com estes nativos e ao partilhar com eles suas gravações em vídeo, já que pôde improvisar um laboratório para revelar os copióes. Pois bem, um grande exemplo para a Antropologia Compartilhada de Jean Rouch e possivelmente uma influência para o conceito de “filme exploratório” de Claudine de France. Contudo, é sabido que várias cenas foram falsificadas como reais, reconstruídas para demonstrar hábitos que já não mais eram comuns entre os nativos. A simulação de cenas existiu, porém existiu também a longa relação de confiança, a partilha das imagens realizadas e a consulta aos esquimós sobre qual momento se poderia filmar.

Para tentar escolher um caminho diferente destes que já foram traçados em filmes como *Nanook* – sem desprezar toda sua relevância como registro histórico contribuinte para constituição de diversas áreas do saber, como a Antropologia, o Cinema, Geografia, Arquitetura - utilizo então o que acima foi colocado sobre o que Roberto Cardoso de Oliveira escreve sobre o encontro etnográfico.

<sup>29</sup> Falarei mais sobre este título no Capítulo 4.

estreitar os lanços de confiança, trazendo para aqueles homens imagens deles próprios a fim de agradecer sua disponibilidade, e dar a estes homens algum sinal do que estou fazendo ali enquanto pesquisadora; e efetivar de fato uma reciprocidade, tão importante para o sucesso deste tipo de relação.

Confrontá-los com sua própria imagem, mesmo que inanimada, suscitou reações interessantes as quais serão expostas a seguir.

Ao receber as fotos, percebeu-se em quase todas as expressões faciais dos aposentados um largo sorriso. Aqueles mais resistentes, como o Sr. Zé, por exemplo, continuaram sustentando o discurso de que não estava bem, diziam que não estava preparado pra isto – sempre com um sorriso no rosto – até descontraírem e começar, em tom jocosos, a dizer coisas do tipo: “nossa, como eu sou feio” (Sr. Zé).

As fotos foram distribuídas enquanto estavam todos reunidos, depois de uma partida de *purriinha*, o que fez com que eles comentassem as fotos uns dos outros e forneceu ainda mais pistas sobre suas relações, como será trabalhado no capítulo 4.

Este episódio não foi idêntico aos estabelecidos por Clarice Peixoto (2000) nos quais os velhos assistiam aos vídeos realizados por ela, comentavam e traziam novos elementos para sua investigação. Apesar das particularidades do meu episódio com os aposentados no calçadão, essa situação, ou estratégia escolhida, compartilha com a experiência de Clarice no sentido de que os próprios atores sociais dizem o que pensam a respeito daquela sua imagem, por vezes nos dizendo o que estão fazendo ali e o que se passa no cenário de fundo, na paisagem atrás deles no momento que a objetiva eternizou. O “reflexo do espelho” do qual nos fala Clarice (2000), permitiu aos aposentados, mesmo sem o meu pedido, falarem um pouco sobre como viam a si mesmos, como enxergavam o próximo e como interpretavam o que estavam fazendo ali. Certamente, não tão eloquentes como se respondessem a perguntas sobre tais temas, entretanto, forneceram pistas confrontando suas imagens com aquelas fotos que foram essenciais a esta pesquisa, como será mostrado no capítulo 4.

A entrega das fotos foi, certamente, um grande passo no sentido de concluir algumas das aspirações iniciais imaginadas antes do início do trabalho de campo. Não se pode negar o êxito desta estratégia no que concerne à minha aproximação com os sujeitos. Após este momento, tive um pouco menos de resistência em relação à câmera de vídeo, porém era preciso buscar imagens que nos

possibilitassem interpretações, desde que estas imagens não fossem forjadas ou forçadas de algum modo.

Foi então que uso de imagens fotográficas e da câmera como instrumento de coleta de dados foi iniciado e passei a realizar as entrevistas que estavam me cobrando. As imagens fotográficas, como descrito acima, favoreceram a minha relação com os atores sociais, visto que foram suscitados pelas imagens a se expressarem sobre si mesmos. Eles desenharam neste momento grande parte do meu roteiro de entrevistas, no tocante ao tipo de relação que ali estabelecem. Mais a frente, no Capítulo 4, ficará claro como isso ocorreu.

De fato, após as primeiras entrevistas tive mais espaço para realizar imagens fora desse contexto, mesmo que poucas. A resistência diminuiu e a câmera deixou de ser vista como uma inimiga – talvez porque agora o “encontro etnográfico” (OLIVEIRA, 1996) estivesse estabelecido. Ou seja, comecei a realizar as entrevistas utilizando a câmera de vídeo, o que, em certa medida, naturalizou a presença do instrumento em campo e, conseqüentemente, permitiu que eu pudesse realizar algumas imagens animadas do cotidiano dos atores.

## 2.2 AS ENTREVISTAS: NARRATIVAS IMAGÉTICAS SOBRE O PASSADO E O PRESENTE

Há de se considerar algumas questões metodológicas para a elaboração de um roteiro de entrevista. As conversas e aproximações que tinha tido até então com os jogadores de *purriinha* e aposentados foram enriquecedoras e forneceram muitas pistas para a pesquisa, contudo as cobranças pela entrevista feitas por eles indicaram a necessidade de construção de um roteiro determinado e de certa formalização de nossas conversas.

O método de entrevistas disponibilizado pela literatura no âmbito da História Oral guiou este momento da pesquisa. Foram seguidos alguns passos descritos em *Manual de História Oral* (2005) de Verena Alberti, nem tanto em relação à conceituação do que se trata História Oral<sup>30</sup>, mas principalmente no que concerne às técnicas de entrevista.

---

<sup>30</sup> “Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como

A primeira atitude necessária neste caso é a formulação de um roteiro geral de entrevistas. Este roteiro, assim como o processo de inserção em campo e o recorte do objeto de pesquisa, deve ser elaborado a partir de um conhecimento precedente acerca do assunto do qual se deseja falar. No Capítulo 1, o calçadão foi abordado sob a ótica histórica e durante todo este segundo capítulo foi explicitado como se deu o envolvimento da pesquisadora em campo, mostrando o cuidado e o valor conferidos a este conhecimento prévio. Pois bem, unido ao conhecimento dos fatores históricos está o fato de que se criou uma aproximação pesquisadora/pesquisado, o que resultou em outro tipo de conhecimento, agora sobre o cotidiano daqueles atores. O roteiro geral de entrevistas foi criado, então, se apoiando nestes dois pilares: pesquisa histórica e relação pesquisadora/pesquisados<sup>31</sup>. Entre as questões básicas definidas para este roteiro estão: as lembranças mais gerais que os entrevistados possuem sobre o calçadão e os motivos pelos quais frequentam o local como uma opção de lazer.

Após a criação do roteiro geral, iniciou-se o processo de construção de um guia que atendesse às particularidades de cada ator social envolvido, ou melhor, de cada interlocutor com o qual era desejado conversar. O segundo priorizou a biografia do entrevistado bem como suas subjetividades no espaço do calçadão. Relevante destacar que todos os roteiros elaborados serviram somente como orientadores, a fim de desenvolver a qualidade das entrevistas e, conseqüentemente, da pesquisa. Não foi intenção, portanto, engessar as conversas e entrevistas. Foi percebido que as perguntas e os temas poderiam ser flexíveis e, por vezes, somente com uma orientação inicial, após a qual os próprios entrevistados construíram suas narrativas, como é o caso da entrevista com o Sr. João a ser vista no Capítulo 4.

As narrativas orais e visuais registradas durante as entrevistas gravadas em vídeo foram comparadas aos dados históricos coletados durante a pesquisa, o que levou a um dos objetivos deste estudo: mapear e compreender algumas continuidades e algumas mutações que as redes de sociabilidade estabelecidas no calçadão sofreram ao longo do tempo, bem como elas estão se mantendo ou se perdendo no curso da história. É fato que não é pretensão deste trabalho destacar

---

forma de aproximar do objeto de estudo. (...) Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam." (ALBERTI, 2005 p. 18)

<sup>31</sup> Ver anexo I.

algum acontecimento histórico delimitado no tempo, por este motivo todas as narrativas foram minuciosamente analisadas e consideradas essenciais, até mesmo pelos usos, interpretações e ressignificações observados em campo. Mais adiante, no Capítulo 3, será discutido, como os estudos sobre memória refletem novas narrativas dos entrevistados que não vão, necessariamente, ao encontro dos dados históricos. Será visto que o pensamento de Maurice Halbwachs converge com o método de análise de entrevistas da História Oral, como fica claro neste trecho:

Sua peculiaridade – a da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória. O processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a este acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado. (ALBERTI, 2005 p.23).

Se consideramos em uma entrevista entrevistador e entrevistado como coautor e autor, respectivamente, naquela narrativa entendemos que muitas são as responsabilidades daquele ou daquela que elaboram um roteiro. Entre estas responsabilidades está a escolha do local da entrevista. Para esta pesquisa, é entendido que para valorizar tanto os personagens quanto a paisagem, como sugere Magnani (2002), as entrevistas deveriam ser feitas no próprio calçadão, dadas as muitas contribuições que este lugar poderia trazer à entrevista. Ela poderia sofrer interferências a todo o momento, porém interferências benéficas, tais como: objetos e lugares da Rua que ativassem alguma lembrança, a própria recordação em grupo, caso algum membro do grupo estivesse próximo e desejasse também compartilhar suas lembranças e as referências que o entrevistador poderia fazer ao longo da entrevista que fornecessem pistas para outras perguntas e possíveis novas compreensões. Assim foi feito, como será mostrado mais adiante no Capítulo 4.

Ou seja, neste caso, a entrevista teve não somente dois agentes – entrevistador/entrevistado – mas também uma série de circunstâncias que influenciaram seu resultado final. Ora, seria possível validar cientificamente uma situação de tamanha interferência e convergência de subjetividades? Alberti (2005) nos responde esta questão que permeia toda a produção Antropológica:

É sabido que jamais poderemos apreender o real tal como ele é; apesar disso, insistimos em obter uma aproximação cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativa e quantitativamente nosso conhecimento. Este é o zelo científico, do qual a história também não escapa, mesmo que se

discuta a propriedade de chamá-la de ciência. (...) O trabalho de história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo Outro, por suas opiniões, atitudes ou posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo, se consideramos que há universais nas diferenças. (ALBERTI, (2005) p. 23/24)

Este capítulo tenta descrever meu processo de inserção em campo, levando em consideração todas as expectativas, os imponderáveis e as realizações. Realizar a primeira etnografia é tarefa ao mesmo tempo dolorosa e prazerosa. Dolorosa porque os aprendizados acontecem no dia-a-dia do campo, frustrando planos e estabelecendo novos horizontes. Porém, contraditoriamente, é prazerosa pelo mesmo motivo. Aprendi um pouco sobre as dores e as delícias da relação com o Outro e sobre a dificuldade de me inserir em uma rede de sociabilidade da qual eu não participaria fora do contexto da pesquisa.

O capítulo que segue trata de um aprofundamento das reflexões teóricas que a pesquisa nos proporciona: como entender o que é ou não um grupo e como a memória deste grupo é construída e lembrada por seus membros. Também será discutido como os depoimentos de cada um, com toda a subjetividade que carregam consigo, podem contribuir para a construção de uma narrativa em um âmbito maior, no âmbito de um grupo social, marcado por uma noção de pertencimento.



### 3 SOCIABILIDADE: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DAS FORMAS DE INTERAÇÃO

Em seu texto *Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal* (1983), o pensador alemão Georg Simmel inicia sua abordagem colocando um ponto essencial de seu pensamento, que é a separação conteúdo/forma. A primeira categoria refere-se a tudo aquilo que impulsiona o indivíduo a se relacionar com outro, seria o motivo inicial de qualquer interação; já a segunda categoria que surge em função da primeira, reporta à formatação das sociações<sup>32</sup>, e pode ser identificada no momento em que a matéria, ou conteúdo, arranja-se de maneira tão específica que esse próprio arranjo possui mais valor em si mesmo do que seus impulsos motivadores, partindo sempre do pressuposto que estas interações acontecem face a face (MORAES FILHO, 1983).

É possível perceber na obra de Simmel, então, a relevância dada ao ato da interação. As sociações são tidas como a base sobre a qual a sociedade se fundamenta e se constrói ininterruptamente, o que impede o estabelecimento da sociedade como algo externo e superior. Dessa forma, a sociedade na concepção simmeliana se faz por meio das interações, cotidianamente, excluída totalmente a possibilidade de definição da sociedade como algo estável e imutável. Ao contrário, sustentando os propósitos desta pesquisa, a teoria de Simmel reforça a ideia de que são as relações sociais cotidianas que dão sustento, forma e a característica de constante vir a ser da sociedade.

Neste ponto de sua teoria, ao definir sociedade e, conseqüentemente o objeto da Sociologia, Simmel se afasta do pensamento durkheimiano de externalidade da sociedade, que segundo o pensador francês seria coercitiva e organicista. A passagem a seguir ilustra a concepção simmeliana de sociedade:

O conceito de sociedade tem duas significações, que devem manter-se rigorosamente separadas ante a consideração científica. De um lado, ela é o complexo de indivíduos sociados, o material humano socialmente conformado, que constitui toda a realidade histórica. De outro lado, porém, “sociedade” é também a soma daquelas formas de relação pelas quais

---

<sup>32</sup> Na definição de Simmel: Desse modo, a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas (1983, p.166).

surge dos indivíduos a sociedade em seu primeiro sentido. (MORAES FILHO, 1983, p.64).

Portanto, a sociedade enquanto unidade conformada só pode ser analisada a partir das formas de interação que a constituem. Os impulsos pelos quais os indivíduos se dispõem a relacionarem-se com outros não podem ser objetos da sociologia, visto que não se configuram como algo social. Os interesses que levam à interação são inúmeros<sup>33</sup>, bem como as formas pelas quais se expressam na vida social. Contudo, a distinção conteúdo/forma deve ser feita de maneira cautelosa, já que são os dois constituintes de uma só unidade. Simmel deixa claro que o conteúdo não existe socialmente sem forma, e a forma não pode se estabelecer vazia, na ausência de interesses (MORAES FILHO, 1983). Uma forma social se dá enquanto objeto sociológico e, portanto enquanto sociedade, quando os indivíduos que dela participam são capazes de construir um ambiente de influência mútua.

Para que possamos analisar fenômenos histórico-sociais por meio da teoria simmeliana de forma e conteúdo, o pensador alemão estabelece duas condições essenciais: que as formas se repitam com conteúdos diversos; e que os conteúdos se expressem em formas diversas (MORAES FILHO, 1983).

A fim de definir o problema fundamental da Sociologia, Simmel lança mão de uma metáfora em relação à Geometria. Segundo ele, tanto Sociologia quanto Geometria se valem das formas por meio das quais os conteúdos se propagam, destinando à outras disciplinas o estudo sistemático de seus conteúdos. É necessário ressaltar que todas essas formas, apesar de serem abstratas, como um desenho designado para um melhor relacionamento e entendimento da vida, a complexidade encontrada nas relações humanas ainda supera a complexidade geométrica. Supera porque a sociedade, para Simmel, é considerada um processo que toma para si as formas encontradas em seus diversos momentos para construir sua noção de unidade.

Dessa maneira, as formas ganham autonomia suficiente para suplantarem seu conteúdo – a nível sociológico. Assim como a arte, as sociações já não dependem mais da vida, mas sim se aproveitam dela para criar suas formas. Essas

---

<sup>33</sup> Conteúdo na definição de Simmel: "Pois bem, identifico como conteúdo ou matéria da sociação tudo quanto exista nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda realidade histórica) – como instinto, interesse, fim, inclinação, estado ou movimento psíquico – tudo enfim capaz de originar ação sobre os outros ou a recepção da influência."(1983, p.60)

formas que, por sua vez, foram produzidas por forças da vida mas que na condição de sociações se encontram livres para existir por si e para si.

### 3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA *PURRINHA*

Os atores sociais conferem forma à necessidade de interação de maneira a atribuir significados singulares àquela sociação e, então, a própria matéria passa a ser determinada pela forma, a exemplo da categoria de jogo, abaixo destacada:

Essa reviravolta completa – da determinação das formas pela matéria da vida à determinação de sua matéria pelas formas, que se tornaram valores supremos – talvez esteja funcionando plenamente nos numerosos fenômenos que reunimos sob a categoria de jogo (MORAES FILHO, 1983, p.167).

A designação de Simmel para “sociabilidade como a forma lúdica de sociação” (1983, p.169) justifica teoricamente a necessidade de um estudo sistemático para a compreensão dos significados do jogo “cafezinho”, artifício de sociação dos atores sociais em questão. O jogo consiste na já conhecida “purrinha”, um jogo de azar no qual se aposta quantos pedaços de palitos de dente o adversário possui escondidos na mão cerrada. O cafezinho é uma adaptação desse jogo, os concorrentes apostam uma ficha de café, pedaços de bolo e água mineral da lanchonete em frente a onde acontece o jogo – na esquina do calçadão com a Rua Batista de Oliveira – e, ao invés de esconderem nas mãos pedaços de palito, escondem moedas.

Seguindo esta linha de pensamento faz-se fundamental a observação das regras que regem o jogo. A redução das características mais profundas da personalidade, de acordo com Simmel, é essencial para manter o bom funcionamento dessa forma de sociação, há alguma equidade apreensível entre os participantes e, por esse motivo, o *tato social* é de tamanha importância. Nenhum interesse íntimo deve se sobrepor ao interesse maior da sociação, e é por meio do *tato* que são traçados e percebidos os limites de exposição de si e dos desejos próprios de cada um, já que não há objetivos exteriores ao jogo e a única intenção é que os próprios jogadores se sintam satisfeitos. Fala-se então em um princípio democrático da sociabilidade, ou seja, quando não há nessa construção artificial de sociação, uma condição de igualdade entre seus membros, deixa de possuir

pressupostos intrínsecos à sociabilidade e se apresenta como outra forma de sociação mais superficial, como explícito no trecho a seguir:

A sociabilidade, se se quiser, cria um mundo sociológico ideal, no qual o prazer de um indivíduo está intimamente ligado ao prazer dos outros. Em princípio, ninguém pode encontrar satisfação aqui se esta tem de ser realizada à custa de sentimentos diametralmente opostos aos que o outro pode ter. Essa possibilidade é com certeza excluída por muitas outras formas sociais além da sociabilidade. Em todas elas, porém, é excluída por meio de alguns imperativos éticos superpostos. Apenas na sociabilidade é excluída pelo princípio intrínseco da própria forma social (MORAES FILHO, 1983, p. 172).

A partir da leitura desse trecho fica clara a existência de uma noção de equidade e *reciprocidade* nesta forma de sociação. Neste tipo de unidade vivenciada por iguais o indivíduo só pode expressar as qualidades permitidas que estejam em harmonia com as expressas pelos outros componentes do jogo. O prazer potencialmente implícito nessa “forma sociológica lúdica” (MORAES FILHO, 1983, p.174) encontra-se, então, na estética e na dinâmica do próprio jogo que, por sua vez, é jogado pela atração, ele não está somente sendo jogado em sociedade, mas sim jogando “com as formas de sociedade (MORAES FILHO, p.175). Tanto é unicamente por atração que o jogador se lança aos prazeres do jogo no qual a questão monetária, apesar de presente, não é a mais relevante. Mais uma vez, os propósitos do jogo não estão relacionados com objetivos específicos que interferem na vida fora da sociação, a aposta é somada aos outros elementos ali engendrados para que o fim exclusivo do grupo seja atingido: a satisfação de todos.

Dessa maneira, não se revelam atritos pelo distanciamento que essa forma toma da vida, contudo a sociabilidade traz para si elementos da própria vida, do contexto de realidade no qual se encontra para arranjá-los de uma maneira singular. É importante destacar que os indivíduos sempre estiveram em processos de sociabilidade, portanto carregam consigo marcas de outras interações. Esclarece Simmel:

Formulamos então o princípio da sociabilidade como o axioma de que cada indivíduo deveria oferecer o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade, etc.), compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo recebe. (MORAES FILHO, 1983, p.172)

O individual se dilui naquilo que foi socialmente edificado de maneira a respeitar uma etiqueta estabelecida com um sentido que só se mostra válido naquela ocasião. No caso dos grandes grupos o ofuscamento das questões

individuais é ainda mais destacado e, mais do que isso, a estrutura da unidade se mostra tão fortalecida que o indivíduo reconhece nessa união uma vida própria, suspensa às vontades individuais. Por esse motivo, esses grupos atuam de maneira mais dissolvida, com menor coesão. Observa-se, então, uma centralização de representatividade e o papel do mediador, ou de estruturas mediadoras, surge com a finalidade de controlar conflitos e dar continuidade a unidade. Os formadores destes grandes grupos possuem mais reservas se comparados a grupos menores, que, por sua vez, se mostram mais radicais e coesos, disponíveis às vontades do grupo de maneira incondicional.

### **3.1.1 Considerações a respeito dos tamanhos dos grupos**

No tocante aos grupos menores, a despeito da relevância do tato, a satisfação e as necessidades pessoais de seus membros são, de fato, determinantes para a coesão. A ligação de cada membro com o grupo é evidentemente maior e, na maior parte das vezes, mais íntima, visto que, como já foi dito, não se procuram objetivos exteriores. Portanto, os pequenos grupos figuram com maior proximidade e, conseqüentemente, maior realidade para seus membros, o que os faz conferir uma maior dedicação pessoal para conservação da unidade.

Não se pode deixar de lado o espaço em que ocorre esta análise. O calçadão da Rua Halfeld é um espaço público e muito movimentado, o que deve influenciar diretamente na estética desta forma de sociabilidade. O espaço, neste caso o espaço público, é o que possibilita o encontro dos membros do grupo, é o espaço que oferece a oportunidade das sociações se manifestarem. Se de um lado o espaço está disponível para a realização das interações, de outro, as formas de sociabilidade interferem diretamente na configuração do ambiente, transformando-o em um espaço não somente físico como também simbólico. Esta troca entre espaço e sociações é um exemplo condizente com o pensamento simmeliano exposto anteriormente: não é o organicismo social, a sociedade suspensa, superior, que o satisfaz, tampouco o indivíduo é visto enquanto único agente possível de interferir na sociedade. O que define a compreensão do conceito de sociedade para Simmel é, como nas sociações, as interações entre indivíduo/indivíduo e indivíduo/espaço. É a troca recíproca e constante que faz o movimento da vida e da sociedade (MORAES FILHO, 1983).

### 3.1.2 A conversação como outro tipo de sociabilidade

Apesar do destaque dado ao jogo, como se trata de uma etnografia, não serão excluídas outras formas de sociabilidade como a *conversação*. Esta, possivelmente, é a maneira com que os atores sociais interagem na maior parte do tempo que ali estão. Nas conversas usais do dia-a-dia podem-se observar objetivos práticos que guiam tais interações. Contudo, estas conversas<sup>34</sup>, que regem praticamente todas as relações sociais, se diferenciam das conversas encontradas em reuniões sociais. Estas reuniões propiciam um tipo de interação na qual o indivíduo tem como interesse a simples comunicação, sem fins práticos. Para chegar a conclusões como esta, como estão expostas ao longo do texto, Simmel nos faz lembrar da concepção de Rousseau, que trata o homem como o único ser social e, para além disso, faz parecer que além de único ser social, o homem é um ser unicamente sociável e a sociedade só se estabelece por esse motivo.

A conversação social, portanto, deve também ter um valor em si mesma, o assunto não possui relevância, é apenas o meio, assim como o jogo é uma forma lúdica, deve ser desprovida de seriedade e, por isso, Simmel a coloca como “a forma mais pura e elevada de reciprocidade” (1983, p. 177). Ao se escutar a narração de um simples história ou anedota podemos compreender várias questões de regras e costumes cultivados naquele grupo, Simmel ainda vai além e conversa com o narrador de Benjamin (1994), como será explicitado mais adiante, ao reforçar a supressão da individualidade no ato de narrar. O protagonismo na arte da conversação quando se conta uma história não está no narrador, mas sim na interação, na capacidade que este narrador possui em transmitir suas experiências como uma dádiva à todo o grupo.

### 3.1.3 A duplicidade do “jogo social”

Estão sublimados nessas formas de sociabilidade e de representação elementos maiores da vida, e é por este motivo que o conceito de *sociabilidade* se mostra tão importante para a compreensão da vida social. O estudo da sociabilidade

---

<sup>34</sup> As conversas ou comunicação no geral.

permite ao pesquisador apreender nuances nos processos interacionais cotidianos que fogem à capacidade de compreensão das análises macro e, por isso, pode propor novos olhares e interpretações sobre a cidade, visto que a sociabilidade seja analisada como um sistema de interações físicas entre seus participantes e que

(...) a menor interação de sociabilidade põe em jogo todo o conjunto de leis sociais, demográficas, sexuais, históricas; a sociabilidade não é um jogo social sem consequência, mas um capítulo das relações sociais. (BOZON, 1984 apud. PEIXOTO, 2000, p.46).

As sociações, no caso do jogo por exemplo, transferem toda a dramaticidade experimentada na vida real para as interações que ali acontecem. Ou seja, o mundo das sociações é artificialmente construído baseando-se em realidades da vida. Este mundo de projeções reconstrói esteticamente – da dramaticidade da interpretação – as sérias questões éticas colocadas fora dele, na vida real (SIMMEL, 1983). E é justamente por isso, por serem símbolos da vida, que esses grupos, mesmo que pequenos, servem como uma amostra passível de oferecer elementos para a interpretação da sociedade enquanto uma esfera mais abrangente.

É questão para a presente empreitada perceber como se faz a construção da identidade social desses grupos, há uma delimitação de faixa etária para a formatação dessas redes, contudo, não são excluídos novos membros ou membros mais jovens, como observado em visita ao campo. Ou seja, é uma demanda para o antropólogo compreender qual a marca que esses indivíduos conferem a si mesmos perante a sociedade, desde como definem a condição de aposentados, como delimitam a participação de outras pessoas no grupo ao qual pertencem, como se posicionam religiosa e politicamente e se isso é uma questão no grupo. Perceber como esses sujeitos se classificam e, conseqüentemente, classificam o outro naquele espaço foi uma das inquietações do presente trabalho.

### 3.2 MEMÓRIA COLETIVA: A IMPORTÂNCIA DAS LEMBRANÇAS DE GRUPOS

Maurice Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva* (2006), coloca a importância do dia-a-dia, do espaço e do tempo, interpretada neste caso para a reflexão antropológica. Dando continuidade à proposta da presente pesquisa partiremos da diferenciação entre memória individual e memória coletiva elaborada pelo autor.

Ao iniciar a discussão sobre memória, retomamos a questão do método. Lançar mão de depoimentos individuais como fontes discorre menos sobre a vida pessoal dos entrevistados e mais sobre o contexto e grupo no qual essas pessoas estão envolvidas. Isso porque Halbwachs (2006) trata da problemática da memória como um fenômeno social, desde o mecanismo de expressão, a linguagem, até as modificações que as circunstâncias do presente possam imprimir sobre as lembranças, tudo isso está circunscrito em um panorama maior que o individual.

Assim, os indivíduos não chegam “vazios” de interações em um novo grupo, eles trazem lembranças de outros grupos em sua memória, ou seja, as lembranças pessoais só se encontram em relação à memória de um grupo. Sempre que nos recordamos de algo muitas referências vêm à tona então situamos nossas lembranças em relação a um grupo sob o qual estamos sob influência e passamos a pensar como pertencentes a este grupo. Este momento do pensamento de Halbwachs (2006) justifica sua aplicação para fundamentar os objetivos deste texto, os sujeitos sociais em questão possuem uma memória naquele lugar, o calçadão da Rua Halfeld, e a partir dos depoimentos dessas testemunhas, das lembranças compartilhadas naquele espaço, será possível apreender o significado do calçadão em suas vidas e na vida de Juiz de Fora.

Ao falar em lembranças compartilhadas e pertencimento, estamos também considerando a possibilidade de alguma opacidade em nossa memória. Não é possível imaginar que nossas lembranças tenham permanecido claras e intactas com o passar do tempo. Como membros de um grupo os testemunhos de outros membros são capazes de ativar em nós o que Halbwachs (2006) denomina “semente da rememoração”. Intervenções exteriores, unidas à nossa identificação ao círculo social, podem nos suscitar uma “consistente massa de lembranças” (HALBWACHS, 2006). Um grupo pode divergir acerca de certos aspectos das lembranças, porém há sempre uma coerência maior que as valida, o sujeito pensa como pertencente àquele grupo, ele utiliza as ideias compartilhadas para reconstituir suas lembranças. A importância do grupo neste processo de rememoração fica clara neste trecho:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos



fazem recordar venha a ser reconstituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p.39)

Não é necessário, para validar as recordações, que a testemunha esteja presente materialmente, basta posicioná-lo no grupo e rememorar os fatos do ponto de vista do grupo para que seja possível falar em memória coletiva, pois, mesmo sozinhos, no momento da lembrança a própria maneira de pensar do indivíduo está carregada de referências construídas coletivamente, devido a sua própria natureza de ser social. A todo momento dois grupos diferentes se relacionam e se influenciam. O caráter coletivo da memória não anula os arranjos específicos que cada consciência individual elabora em decorrência das variadas influências, cada indivíduo forma sua história única. Entretanto, a ilusão de que uma lembrança seja unicamente pessoal é apenas uma elaboração de maior complexidade – uma diferença de grau – resultante de nossas relações e intervenções em contextos coletivos distintos:

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, M. 2006, p.69).

Da mesma forma que é possível compreender e interpretar a vida social por meio das formas de sociabilidade, se faz possível compreender o que Halbwachs chama de “corrente de pensamento social” (2006, p.46) por meio da memória de grupos pois esta corrente está tão diluída nas interações que uma análise superficial não seria capaz de apreende-la.

Se o grupo é o cerne da memória devemos avaliar, dentro dos grupos de aposentados que frequentam o calçadão da Rua Halfeld e que lá exercem uma de suas estratégias de sociabilidade, as representações que esses membros conferem a si mesmos.

Como já foi dito, nossas lembranças não permanecem imaculadas à medida que o tempo passa, há um encontro do plano presente com o acúmulo de lembranças, o que pode trazer a junção de fatos reais à lembranças fictícias, o que de forma alguma falsifica essa rememoração. O sociólogo austríaco Michel Pollak também problematiza esta questão em seu texto *Memória e Identidade Social*

(1989). Ao definir os elementos constitutivos da memória: acontecimentos vividos (por tabela ou pessoalmente), personagens conhecidos (por tabela ou pessoalmente), a importância dos lugares e a problemática das datas, o movimento que o autor faz é, em consonância com Halbwachs, o de admitir a memória como uma construção social passível de ser negociada dentro de um contexto. Esses dois autores também concordam com o que chamam de característica flutuante da memória, o que provoca em nós uma reflexão acerca da relativização das lembranças em função dos interlocutores. Entretanto, Pollak reforça que, a despeito dessa relativização, há alguns pontos imutáveis tanto nas lembranças pessoais como na memória coletiva.

O que Pollak (1989) chama de “acontecimentos vividos por tabela” e “personagens conhecidos por tabela”, possivelmente não fazem parte do espaço/tempo vivido por quem o narra, contudo, possuem uma construção social muito sólida, a ponto de confundir as lembranças, gerando uma projeção tão forte que o autor chama de “memória quase que herdada”.

Tanto Halbwachs quanto Pollak, desse modo, discorrem sobre a importância de não se deter, na hora da análise e interpretação dos depoimentos, à certas datas e marcos históricos oficiais. Não devemos, e é esta a posição que adotamos na presente pesquisa, avaliar a precisão de datas e fatos a fim de julgar a veracidade ou falsificação no discurso dos sujeitos, mas sim, precisamos avaliar essas lembranças enunciadas na condição de sua importância para a construção das personagens e dos grupos.

A lembrança se constitui de um conjunto de imagens engajadas no tempo e no espaço, resultantes de uma ligação causal. Segundo Halbwachs (2006), cada grupo reconhece de maneira específica o meio em que está inserido e os objetos dos quais utiliza para se manter como grupo, suas referências são próprias e, claro, coletivas, é por este motivo que somente o pensamento coletivo é capaz de estabelecer a relação de causalidade tempo/espaço.

Existem certos limites inerentes à relação tempo/espaço, os quais precisam ser tratados em uma discussão sobre memória. Certamente os limites estabelecidos acerca de uma memória pessoal ou autobiográfica são maiores se comparados aos parâmetros da memória coletiva. Isso acontece porque, seguindo o pensamento de Halbwachs, a todo o momento evocamos lembranças compartilhadas na reconstituição das nossas próprias e, por vezes, confundimos nossas recordações

com esta memória coletiva porém o contrário não se faz verdade. Cada uma dessas memórias possui uma maneira específica de se arranjar e de evoluir (HALBWACHS, 2006).

Assim como as memórias pessoais se voltam para o coletivo, todas as instâncias das nossas vidas são marcadas por convenções sociais externas a nós e às nossas vontades, o tempo é uma dessas convenções. Por mais que, da mesma forma que a memória, nossas vidas não sejam interrompidas por marcações sociais de tempo e espaço, é para essas marcações que nos voltamos quando precisamos situar acontecimentos. O calendário, o relógio e os fatos históricos são algumas dessas referências (HALBWACHS, 2006).

Todo o registro histórico pode ser entendido como narrativas também processadas pelo o que está sendo chamado de memórias individuais, de maneira que as divisões do tempo, as delimitações de períodos, os esquemas e cronologias que a história oficial nos oferece não podem ser completos. Aí está outro ponto importante do pensamento do autor: os fatos históricos ordenados não podem ser denominados “memória histórica”, já que a historiografia nos é exterior e que, se por memória entendemos algo que esteja marcado em nossas consciências, ela só pode se relacionar, de fato, com acontecimentos vividos por nós. Há, então, uma diferenciação entre história aprendida e história vivida. É correto afirmar, no entanto, que podemos recorrer aos fatos históricos para compreender momentos que permaneceram vivos em nossas lembranças, mas que não tínhamos condições de compreender no momento. Ora, os períodos determinados por essa história escrita não são tão exatos quanto nos apresentam; cada momento histórico deixa resquícios e influências sobre os seus subseqüentes, vestígios sutis que só podemos compreender nos afastando das análises macro e nos concentrando no cotidiano de grupos que constituem a sociedade (HALBWACHS, 2006).

A experiência vivida é o que distingue a história da memória coletiva. A segunda é o lugar da resistência e da tradição, enquanto a primeira não possibilita a presença de lembranças<sup>35</sup>, pois estas não podem ser reduzidas e fixadas dentro de um encadeamento de eventos da forma como é escrita nossa história (HALBWACHS, 2006).

---

<sup>35</sup> Definição de lembranças segundo M. Halbwachs: “Assim, podemos chamar de lembranças muitas representações que, pelo menos parcialmente, se baseiam em testemunhos e deduções – mas então, a parte do social, digamos, do histórico na memória que temos de nosso próprio passado, é bem maior do que podemos imaginar.” (2006 p.91)

A importância histórica da Rua Halfeld, tal como compreendida pela histografia oficial da cidade, nos é essencial como ponto de partida na medida em que confere um significado singular à rua. Todavia, não é interesse maior trata-la aqui, a reafirmação da necessidade do estudo das memórias de grupos, da história viva daquele lugar, levam ao caminho de uma análise minuciosa do que é contínuo, do que permanece nas lembranças dos aposentados que o frequentam, como exemplifica Halbwachs:

É assim que, quando percorremos os bairros antigos de uma cidade grande, sentimos uma especial satisfação quando nos contam a história dessas ruas e dessas casas. São novas informações que nos parecem bastante familiares porque estão de acordo com nossas impressões, não será difícil tomarem lugar no cenário remanescente. Parece-nos que este mesmo cenário, e somente ele, poderia evoca-las, e o que imaginamos não é senão o desdobramento do que já percebíamos. O quadro que se desenrola sob nossos olhos estava carregado de um significado que permanecia obscuro para nós, do qual adivinhávamos alguma coisa. (...) é assim que a memória se enriquece com as contribuições de fora, que depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças. (HALBWACHS, 2006, p.98).

O trecho citado acima nos diz muito sobre as referências espaciais em nossas vidas e em nossas lembranças. Os grupos estão intrinsecamente atrelados à espaços físicos e objetos que nos dão uma noção de continuidade e de estabilidade essenciais à nossa existência em sociedade. As imagens e objetos que nos circundam são definitivas para determinar nosso circuito, nossa movimentação pelo espaço em que vivemos, mas para além das questões físicas, também estão intimamente ligados às nossas formas de perceber os espaços, aos nossos hábitos e pensamentos. Ora, aqueles homens parados por horas no calçadão da Rua Halfeld, fazendo resistir as tradições da *purriinha* e da conversação em grupos delimitados, estão fazendo o quê senão “imitar a passividade da matéria inerte” da qual nos fala Halbwachs? (2006, p.163).

Para além de interpretar as memórias do calçadão, esta pesquisa busca compreender a memória de aposentados que usufruem daquele espaço público, na maioria das vezes considerado um local de passagem, como um lugar de lazer e sociabilidade. Halbwachs fala do tempo disponível dos velhos para se dedicarem às lembranças. Falaremos então desses aposentados, homens e velhos que ali estão. As entrevistas nos revelam que a maior parte desses aposentados veio de outras cidades trabalhar em Juiz de Fora. Depois de trabalhar viajando ou mesmo com profissões tais quais porteiro, maquinista e zelador, esses homens podem unir

elementos tanto do camponês sedentário, quanto do marinheiro comerciante, como Walter Benjamin descreve em *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (1994). Essas duas funções constituem, para Benjamin, as duas ocupações fundamentais capazes de fundar a arte de narrar. Os sujeitos dessa pesquisa também revelam traços do homem simples, ao qual Benjamin refere-se como o preferido das boas narrativas.

A história viva, a memória e a tradição encontram-se resguardadas por aqueles que têm maior experiência de vida, maiores influências de grupos e tempos distintos e maior tempo para se dedicar a lembrar e relembrar. Esses aposentados, por meio de lembranças ali no calçadão da Rua Halfeld, podem nos fornecer pistas para compreender porque escolheram aquela rua e aquele lugar, e porque, a despeito da economia e da centralidade, a Rua Halfeld é chamada o coração da cidade.

Todos os autores aqui trabalhados nos levam a assumir uma posição que é considerada justa e eficiente: tratar a Memória como fenômeno social e relacioná-la com a noção de pertencimento e de identificação são algumas de nossas propostas ao escolher os temas e as abordagens teóricas, bem como os grupos e local com os quais estamos desenvolvendo a presente pesquisa.

Não é irrelevante reforçar que ao considerar a multiplicidade de memórias coletivas, a memória como algo que permanece em nós e que está relacionada mais com as experiências e com as tradições do que com fatores externos e longínquos, foi feito um esforço para relatar e construir narrativas polifônicas. As memórias desses grupos no calçadão são vivas e de limites difusos. Consideramos, então, que a análise etnográfica, detalhada e minuciosa, unida às imagens seria uma das únicas formas de interpretar e compreender grande parte da importância da Rua Halfeld, tanto para seus frequentadores diários como para a população juizforana em geral.

## 4 SOCIABILIDADE & MEMÓRIA: LEMBRANÇAS EM FORMA DE NARRATIVAS

### 4.1 OS GRUPOS

**Guaragil:** Grupo formado por cerca de doze homens (frequentadores assíduos, e pode atingir o total de vinte jogadores) com idades que variam entre trinta e oitenta e quatro anos. Muito deles aposentados, outros trabalham no calçadão. O grupo existe há mais de cinquenta e oito anos, costumava se reunir em frente à extinta loja de calçados e artigos esportivos Guaragil (Rua Batista de Oliveira), após o fechamento da loja transferiu-se para o calçadão, esquina com a Rua Batista de Oliveira, em frente à Lanchonete Internacional, onde sempre tomaram o cafezinho. Os membros deste grupo encontram-se todos os dias – exceto aos domingos – às oito e dez da manhã. Apostam uma rodada de café na primeira partida e, na segunda, um pedaço de bolo para cada dois participantes e água mineral para quem desejar.

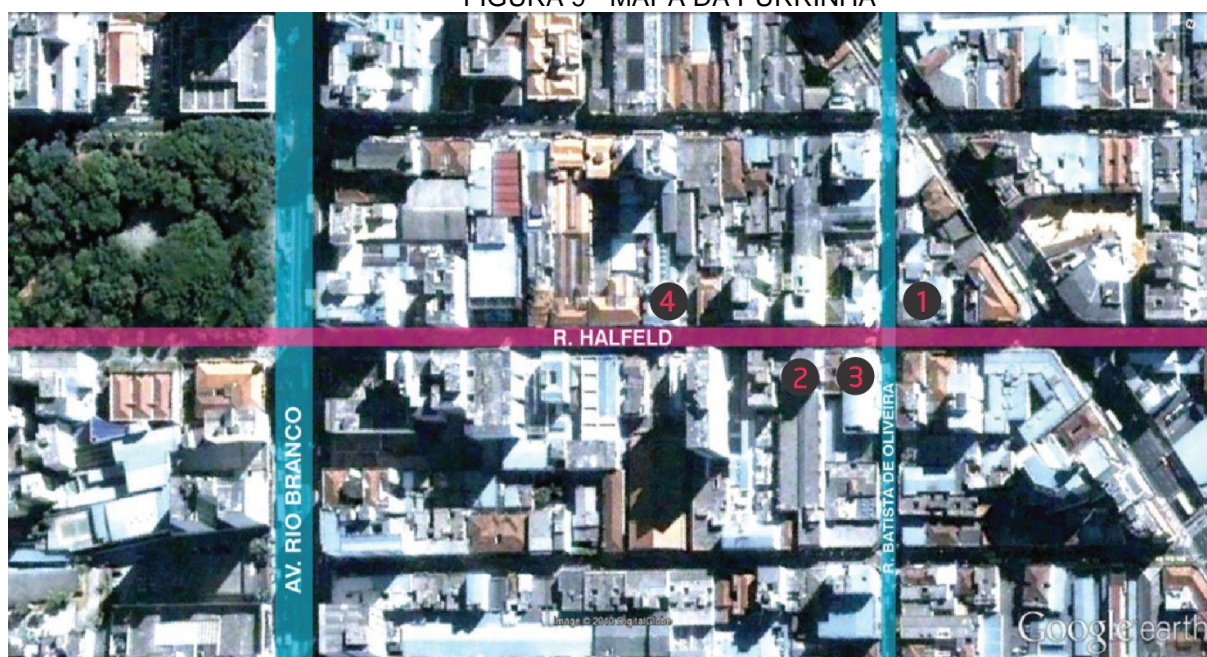
**Constança Valadares:** O grupo existe há cerca de quarenta anos e reúne-se todos os dias (com exceção dos domingos) às dez horas da manhã na Galeria Constança Valadares. É um grupo menor, cerca de cinco participantes – dois deles frequentam a *purriinha* do Guaragil, o mais velho e o mais novo do grupo – as idades variam entre trinta e oitenta e quatro anos de idade, a maior parte dos jogadores está na casa dos sessenta anos de idade. Há comerciantes, aposentados e um vendedor de gás. Apostam uma rodada de café na primeira partida e mini salgados na segunda, as apostas são pagas no Café Galeria (calçadão, Galeria Pio X).

**Cine-Palace:** Não presenciei nenhum jogo de *purriinha* deste grupo, nem ao menos pude observar sua existência. Tudo o que sei a respeito deste grupo resulta de referências feitas a ele por membros do grupo do Guaragil, como será mostrado ao longo deste capítulo.

**Bradesco:** Este grupo se reúne de segunda-feira à sexta-feira às dezoito horas, em frente à agência do banco Bradesco do calçadão (podendo variar o local de encontro, que pode acontecer em frente à drogaria Grupofarma – esquina com a Rua Batista de Oliveira – ou em frente à Lanchonete Internacional). Grupo bastante variado em termos etários, formado por trabalhadores que exercem suas atividades profissionais no entorno do calçadão e por aposentados. A aposta é um cafezinho na Lanchonete Internacional.

**Grupos que apresentam pouca recorrência de membros:** Estes grupos costumam ser formados por aposentados após a *purrrinha* do Guaragil, são poucos membros e estes não apresentam recorrência – exceto pelo Sr. Zé. Apostam fichas de café da Lanchonete Internacional e são essas fichas que utilizam para jogar, no lugar das moedas. São partidas rápidas, ao final de cada uma o perdedor entrega as fichas aos demais.

FIGURA 9 - MAPA DA PURRINHA



FONTE: Google Earth, 2013.

## 4.2 SOCIABILIDADE DE VELHOS: O CASO DO CAFEZINHO

### 4.2.1 A Turma do Guaragil: Lembranças e permanências

Se caminharmos pelo calçadão da Rua Halfeld em direção à Av. Getúlio Vargas por volta das sete horas e trinta minutos da manhã, nos encontraremos com algumas pessoas a caminho do trabalho, outras em filas de bancos, às vezes alguns funcionários da prefeitura fazendo a limpeza da calçada e outros funcionários do comércio chegando ao local de trabalho. Algum forasteiro que se aventurar a passear pelo calçadão neste horário certamente irá se estranhar se voltar duas ou três horas depois. Neste horário, além do que já foi descrito, podemos encontrar alguns poucos velhos caminhando a passos de formiga ou lendo as manchetes dos jornais na banca de revista, porém, ainda não se vê os grupos, as rodinhas de

aposentados neste horário, então, o que é preciso fazer é encostar-se a alguma parede e esperar que eles se formem. Foi isso que fiz durante cerca de um ano para a realização desta pesquisa. Encostava-me a parede do Cine Palace e esperava as rodinhas se formarem, principalmente a rodinha de oito horas e dez minutos da manhã, do outro lado da Rua, na diagonal oposta a minha.

Assim que os aposentados e trabalhadores começavam a chegar para formar o grupo que mais me interessava, às oito horas da manhã, eu me aproximava. A conversa iniciada entre nós durava o tempo de todos chegarem – 10 minutos – e então começava a partida “oficial” do dia. Esta rotina se repete todos os dias da semana, com exceção dos domingos. Nem todos os jogadores são frequentadores assíduos, muitos deles são esporádicos apesar do tempo longo que frequentam o calçadão, mas há os jogadores que raramente faltam um dia e são esses, como pude observar, que possuem maior intimidade e que se encontram fora do contexto do jogo.

Retornando à *purriinha*, pedi a um dos jogadores que me explicasse as regras e o objetivo do jogo. Segundo José Luiz, o objetivo do jogo consiste em evitar a derrota, a rodinha se forma, cada participante pode esconder até três moedas ou fichas de café na mão cerrada, quando estão sem moeda alguma na mão diz-se que “fulano está de lona”; um primeiro participante é escolhido aleatoriamente para tentar adivinhar quantas moedas estão no jogo escondidas nas mãos que estão fechadas, porém à mostra, no centro da roda. Todos os jogadores dizem um número, geralmente seguindo no sentido anti-horário, e só então as mãos são abertas e a quantidade de moedas é revelada, se um dos participantes acertou ele passa a ser apenas um espectador do jogo, ao acertar o jogador sai do jogo e não corre o risco de pagar o cafezinho ou o lanche da partida. Assim prossegue o jogo até que os dois últimos disputam a derrota entre si e o que perder paga o café ou o lanche na lanchonete em frente ao local do jogo. José Luiz<sup>36</sup> ainda esclarece que a primeira partida vale o cafezinho para todos e a segunda vale uma quantidade de mini pastéis<sup>37</sup> e água mineral que satisfaça a todos. Paulo Roberto – um dos aposentados menos assíduos – estimou o gasto desta partida oficial em R\$18,00 ou R\$20,00 por dia.

---

<sup>36</sup> José Luiz (53): despachante imobiliário, seu escritório está localizado no Calçadão, entre a Rua Batista de Oliveira e a Av. Getúlio Vargas.

<sup>37</sup> Após um tempo a porção de mini pastéis foi substituída por um generoso pedaço de bolo para cada dois jogadores.



Após perceber a disposição de José Luiz para a conversa perguntei a ele há quanto tempo ele frequenta o calçadão e joga a *purrrinha*, depois perguntei se ele sabia como havia surgido aquele grupo. José Luiz joga a *purrrinha* há cerca de dez anos e começou porque possui um escritório de despacho imobiliário em uma das galerias do calçadão. Todos os dias, quando estava chegando ao trabalho, passava por aquele grupo de homens jogando, ficou curioso e passou a observar. Após algum tempo só observando, ele se sentiu a vontade para participar. Sr. João, aposentado e empresário, um dos mais antigos jogadores lembrou em entrevista a chegada de José Luiz:

Sr. João: Tem um fato interessante: o Luiz (José Luiz) hoje é despachante imobiliário e faz parte já há um bom tempo. Mas ele iniciou assistindo, ele ficou uns dois anos indo assistir a *purrrinha* e com vontade de entrar, mas não sabia jogar e até que ele começou e tornou-se também um prático, uma pessoa interessada e todos os dias ele tá aqui, com exceção dos fins de semana. Mas, como ele são muitos indivíduos que iniciam assistindo. E, de repente, ele tá no grupinho.

Um amigo ao lado comenta: Fica com medo. Não dá pra saber a mão do outro como é que é, né?

Sr. João: É, é, não tinha prática não tinha conhecimento de como é o grupo. Na medida que ele aprendeu... Mas o Zé Luiz, ele é um cara inteligente, ficou mais de dois anos vindo todo dia. Reproduz o diálogo: - “Entra aí!”

José Luiz: “- Não, não, eu não gosto de jogar, não sei o quê...”

Sr. João finaliza: Hoje é o primeiro que chega aqui.

José Luiz nega que tenha observado por dois anos, mas admite que demorou um tempo até começar a jogar de fato. Em todo o meu tempo em campo, não posso concordar com a afirmação de Sr. João quando diz que José Luiz é sempre o primeiro a chegar, a certeza que tenho é que ele é realmente um grande entusiasta da *purrrinha* e está sempre presente. Esta discordância nas narrativas de José Luiz e Sr. João, acerca do tempo que José Luiz demorou para começar a jogar, à luz do pensamento de Halbwachs (2006), pode ser interpretada não como uma evidência da existência de uma memória individual, mas sim como fato que destaca a complexidade das lembranças pessoais. José Luiz e Sr. João exprimiram suas próprias interpretações da memória do grupo.

Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstituir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências. (HALBWACHS, 2006 p. 29).

Apesar do pequeno desencontro entre as duas narrativas citadas, os depoimentos dos dois jogadores a respeito da história daquele grupo foram bem similares. O mais novo dos dois contou que essa *purriinha*, jogada em frente a Internacional Lanches, começou, na verdade, na Rua Batista de Oliveira, em frente a uma extinta loja de calçados e equipamentos esportivos chamada Guaragil. Esta loja encerrou suas atividades há seis anos e, desde então, a *purriinha* foi transferida para o atual ponto. José Luiz conta também que o dono da Guaragil ainda vai ao calçadão de vez em quando, contudo não participa mais do jogo.

FIGURA 10 - APOSENTADO EM FRENTE À INTERNACIONAL LANCHES - 2012



FONTE: A autora (2012).

Sr. João, que é jogador disciplinado há cinquenta e oito anos, constrói um depoimento mais apurado sobre o grupo:

Sr. João: O que eu posso responder pra você a respeito da purrinha hoje no calçadão que é uma coisa que eu diria que existe há mais de oitenta anos. Porque eu, desde os catorze frequento esta, esta área, essa região aqui, porque eu comecei a trabalhar muito cedo na Rua Batista e já existiam, na época, pessoas que eram estabelecidas nesse local, nessa Rua Batista, na Rua Halfeld e que já jogavam purrinha. Era um alfaiate, um que era dono de loja de meia, dono de casa de café. E aqui já existia essa purrinha. Isso tem o quê?! Eu tinha catorze anos, hoje eu tô com setenta e dois, então tem cinquenta e oito anos. Foram mudando, mas essa aqui hoje que nós jogamos, ela já existe há 40. Ela começou na Guaragil, com o Guará. (...) Lá na relojoaria, na ótica Sotto-Maior tinha um grupinho já que jogava essa purrinha. Ela não parou, ela foi renovando. É, depois veio no Guaragil. Essa nossa aqui é do Guaragil. E a partir ---(?) fechou, viemos pra'qui.

Sobre o início desta tradição ali no calçadão ninguém soube informar, quando chegaram ali, a *purrrinha* já era jogada<sup>38</sup>. Perguntei, então, ao Sr. João sobre a continuidade do jogo, ele respondeu:

Sr. João: Alguns já se foram, já morreram, mas vão chegando outros. Por isso então, que a purrinha não acaba. Tem sempre gente nova renovando a purrinha, renovando o grupo.

Simmel (1983) confere uma parcela da responsabilidade de perpetuação do grupo à condição espacial, à permanência no solo, contudo indica que os laços espaciais, mesmo sendo condição primeira, não asseguram por completo a existência do grupo. O autor ilustra esta proposição citando o caso das famílias que são, em forma, semelhantes, ainda que separadas pelo espaço. No caso da rede de sociabilidade em questão, a unidade do grupo é assegurada, já que a renovação dos membros acontece de forma gradativa, condição de suma importância sociológica, para Simmel (1983), na medida em que atribui uma teórica imortalidade ao grupo e,

<sup>38</sup> Luís da Câmara Cascudo registrou a possível origem da *purrrinha*: “As colônias estrangeiras, que contribuíram para a formação de São Paulo e que ainda lá estão através de seus descendentes, integraram no folclore paulistano muitos elementos da cultura de que procediam. Assim, por exemplo, os italianos com o jogo da *Mora*, *Morra* cuja origem teria sido o divertimento romano *micare digites*. Nesse jogo, os participantes, levantando a mão direita e mantendo no alto o punho fechado, empenham-se em adivinhar o número de dedos que serão esticados, no momento em que os punhos de abaixarem. Cada um, então, estende os dedos da mão, gritando um número até dez e se corresponder à soma dos dedos, assinala-se um ponto a favor do jogador que acertou. Os pontos ganhos são marcados com a mão esquerda, distendendo-se um dedo, a cada ponto conquistado.” Rossini Tavares de Lima, S. Paulo. Citado em Cícero, Petrônio, Calpúrnio, Santo Agostinho “Decidiam com a *micatio* ou *mora* pequenas questões usuais nos mercados romanos e há um edito do séc. IV de um prefeito de Roma proibindo a prática da *morra* como recurso decisório. Os legionários romanos levaram-no para as colônias e países conquistados (Luís da Câmara Cascudo, *Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil*, “O Jogo da Zara”, Porto Alegre, 1969. A *mora* ou *morra* é conhecida desde o Rio Grande do Sul. Há uma modalidade brasileira, a *porrinha*, jogada com paus de fósforos. (CASCUDO, 1999, p. 590).

consequentemente, uma valorização superior da unidade coletiva em relação às existências individuais de seus membros. Seguindo o pensamento de Simmel, pode-se dizer que quando Sr. João diz que José Luiz iniciou seu contato com o grupo somente assistindo às partidas ele estava aprendendo a ser um membro deste grupo:

Mas, na realidade, os membros que compõe o grupo, a um dado momento, nele permanecem invariavelmente durante um tempo que lhes baste para amoldar seus sucessores à sua imagem, ou seja, em conformidade com o espírito e as tendências da sociedade. (SIMMEL, 1983 p. 52).

Halbwachs (2006) também discorre sobre a permanência dos grupos, destacando as disparidades entre história e memória coletiva. A primeira, segundo o pensador francês, canaliza seus esforços para a análise do resultado final da soma das mudanças que o tempo imprime sobre as sociedades. Já a segunda é percebida quando analisadas as semelhanças e permanências. É esta condição da memória coletiva que mantêm a subsistência das características singulares à determinado grupo, como nos mostra Halbwachs:

A memória coletiva é um painel de semelhanças, é natural que se convença de que o grupo permaneça, que tenha permanecido o mesmo, porque ele fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Como o grupo é sempre o mesmo, as mudanças devem ser aparentes: as mudanças, ou seja, os acontecimentos que ocorrem no grupo, se resolvem em semelhanças, pois parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, os diversos traços essenciais do próprio grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 109).

FIGURA 11 - RODA DE PURRINHA DA TURMA DO GUARAGIL – 2011



FONTE: A autora (2012).

#### 4.2.2 A Hora do Cafezinho: Entre campeões e pangarés

Sr. Zé tem oitenta e dois anos de idade, segundo Cláudio outro jogador que me revelou a idade do amigo à revelia de Sr. Zé, ele trabalha como zelador da Galeria Constança Valadares<sup>39</sup> e desde que chegou a Juiz de Fora, vindo de Tocantins<sup>40</sup> – quarenta anos atrás –, joga *purrinha* quase todos os dias no calçadão. Sr. Zé, assim como Sr. João, também começou a jogar em frente à Guaragil. É sempre o primeiro a chegar ao calçadão e organiza outra rodada de *purrinha* que acontece na galeria onde trabalha, da qual falarei mais adiante. Sr. Zé foi um dos mais resistentes em relação à câmera de vídeo, aceitou falar para a câmera pouquíssimas vezes e quando isso acontecia era sempre bem breve. Contudo, minha relação com Sr. Zé foi uma das mais próximas, após um bom tempo de trabalho de campo intenso – cerca de quatro meses – Sr. Zé passou a revelar assuntos de foro íntimo, como sua história de vida, suas relações com os filhos e os irmãos, mostrava grande satisfação ao me ver, expressa, por exemplo, pela frase:

<sup>39</sup> Ver marcação do mapa na figura 9.

<sup>40</sup> Não o estado da Federação, mas uma pequena cidade situada a cerca de 100 km de distância de Juiz de Fora.

“Você me dá sorte!” repetida sempre que ganhava. Nem sempre eu realmente dava sorte a ele, muitas vezes o vi perder, mas ainda assim, ele me tem como alguém que gosta de escutar suas histórias. Em uma das poucas cenas registradas em vídeo de Sr. Zé, ele aponta os amigos que começaram a jogar *purriinha* junto com ele, na extinta Guaragil:

Dessa turma toda que jogou comigo no Guaragil foi esse aí e esse aí. (Aponta). “De todos esses só os dois jogaram comigo. Cláudio Esse é o maior campeão de todos! Referindo-se ao Sr. Zé.  
Sr. Zé era assim chamado por quase todos os jogadores: “campeão”.

Era ao mesmo tempo um tratamento carinhoso e irônico, porque sempre que tinham oportunidade zombavam de Sr. Zé por ser o campeão do livro negro. Esse grupo de jogadores possui um livro negro no qual anotam quem ganhou e quem perdeu no dia, ao final da semana, no sábado apuram quem foi o “pangaré” da semana, esta apuração se repete ao final de cada semana, de cada mês e de cada ano. No segundo dia do mês de janeiro, o livro é levado por Josué, seu guardião, até o calçadão para que saibam quem foi o maior perdedor do ano (quem perdeu mais vezes), ou o pangaré do ano.

O livro negro serve como argumento para a continuidade da relação de jocosidade ali existente. Assim que é feita a contagem – contando quantas vezes os nomes dos jogadores aparecem como perdedores ao longo dos meses – o pangaré recebe um grandioso ataque de ironias e chacotas, que são lembradas durante todo o ano em tom de piada por algum perdedor ressentido ou algum ganhador orgulhoso. As chacotas e ironias são recíprocas e os jogadores parecem ter uma excelente memória no que concerne aos pangarés de cada ano, no entanto, apesar de frequentes, as gozações se restringem às situações vividas durante o jogo: quem perdeu, quem pagou mais, quem roubou e quem blefou. O outro único tema de zombaria entre eles era o futebol, e ainda assim acontecia quando um transeunte passava vestido com a camisa de algum time ou nas quintas-feiras de manhã, quando o jogo havia acontecido na noite anterior. O momento do cafezinho, após a partida, quando os perdedores das duas rodadas pagavam café e bolo para todos os jogadores e para mim<sup>41</sup>, era o momento mais intenso de chacotas. Na hora do cafezinho o assunto era exclusivamente o jogo. Esta passagem de Simmel permite

---

<sup>41</sup> Raramente me deixavam pagar pelo meu café.

justificar esta *purriinha* como uma estratégia de sociabilidade estabelecida por este grupo:

Todas essas formas são içadas para fora do fluxo da vida e liberadas da sua matéria com gravidade inerente. Por decisão própria escolhem ou criam os objetos nos quais povoam ou personificam a si mesmas em toda sua pureza. É isso que dá ao jogo tanto sua jocosidade quanto seu sentido simbólico, através do qual se diferencia da mera brincadeira. (...) Quando esvaziados de vida, tornam-se respectivamente um artifício e um “jogo vazio”. No entanto, sua importância e sua verdadeira natureza derivam dessa mudança fundamental, através do que as formas engendradas pelos propósitos materiais da vida separam-se e deles e tornam-se, elas mesmas, a finalidade e a matéria de sua própria existência. (MORAES FILHO, 1983 p. 168).

Aquele jogo, ou aquela tradição do jogo, é um lugar de conforto dos jogadores, que só existe por si e para si. Contudo, todos buscam sua satisfação e têm estabelecidos seus papéis sociais dentro do grupo. Foi tomando um café com eles, após uma partida de *purriinha*, que Rogério me apelidou de “madrinha da *purriinha*”. Assim que proferiu meu novo posto no grupo, seus amigos imediatamente fizeram um sinal de concordância, uns balançando a cabeça para cima e para baixo, outros sorrindo. Neste momento percebi que, mesmo sem compreender muito bem o meu papel ali, eles me tratavam com carinho. Enquanto madrinha da *purriinha*, o maior benefício alcançado foi sentir-me bem vinda naquele espaço. Passei a não somente frequentar a *purriinha* e o cafezinho, como também percebi a preocupação que os jogadores tinham para comigo. Sempre me eram oferecidos pedaços de bolo, água mineral e café. Havia também um interesse maior dos jogadores em demonstrar o funcionamento do jogo, bem como em me deixar participar da conversa que sucedia o café, quando alguns participantes fumavam um cigarro antes de retornarem às suas casas ou iniciarem suas atividades profissionais. Também fui convidada para o encontro de fim de ano do grupo, como será abordado mais a frente.

Eu, finalmente, me sentia à vontade, porém precisava ser cautelosa e prepará-los para a inserção da câmera de vídeo. Levei para eles fotos que havíamos<sup>42</sup> feito em outro momento da pesquisa. Eram imagens daqueles homens jogando ou sendo entrevistados. Pude notar uma grande satisfação por parte deles ao receberem as fotos, mas o que mais me chamou a atenção neste dia foram as nuances entre o relacionamento deles e a relação deles com suas imagens.

---

<sup>42</sup> Eu e meu orientador, Prof. Carlos Reyna.

Então, mais uma vez, as chacotas apareceram. Sempre em tom de ironia eles comentavam a aparência dos outros nas imagens. Principalmente em relação ao Sr. Zé:

Airton<sup>43</sup>: Ê, Zé! Tá bonitão na foto, nem parece que é você!

Cláudio: Que isso, Zé! A menina faz uma plástica em você na foto! Ela é campeã, igual você!<sup>44</sup>

Outros jogadores ao se depararem com a foto do momento do jogo, zombavam dos colegas:

Lagosta: Olha lá, o Josué tava vindo de lona, enganando todo mundo!

Josué: Ê, mas vocês não conhecem minha mão até hoje? Eu sou o melhor de todos aqui, eu que sou o campeão!

Esse episódio da entrega das fotos também foi especial em outro sentido, como já discutido no capítulo 2, as imagens vieram somar ao caderno de campo como um artifício de aproximação e troca entre pesquisadora/pesquisados. Clarice Peixoto viveu situação semelhante em sua pesquisa, porém utilizando as imagens animadas:

Assim, neste processo de observação conjunta a posteriori, realizado a partir da percepção fílmica do antropólogo, o que está em jogo, em primeiro plano, é a representação dos personagens sobre seu espaço de sociabilidade, sobre seus parceiros e, principalmente sobre eles mesmos. (PEIXOTO, 2000, p.75).

#### 4.2.3 De Dentro e de Fora: A ética do jogo sob duas óticas

Em alguns jogos de *purriinha*, “vir de lona”, ou seja, com as mãos vazias, não é permitido. Neste caso, não se configura nenhum tipo de roubo, mas sim uma habilidade de blefe. Algumas vezes, a roda de *purriinha* reunia por volta de doze jogadores, às vezes até quinze, quanto maior o número de jogadores mais eles se acusavam de roubo, isso porque fica mais fácil confundir qual jogador palpitou certa quantidade de moedas. E o que pra eles se configura uma má conduta no jogo é reclamar para si a vitória mentindo sobre o número que proferiu. Diversas vezes, quando a roda estava numerosa, eu ouvi alguns deles dizendo que não iriam jogar desse jeito, pois fulano estava roubando e isso, para eles, não está certo.

<sup>43</sup> Airton (50 anos) é empresário, proprietário de uma funerária localizada em umas galerias do calçadão, entre a Rua Batista de Oliveira e a Av. Getúlio Vargas.

<sup>44</sup> Sr. Zé reagia a estes comentários e com um sorriso tímido disse: “Ela é que me deixa bonito! Nem parece que eu sou tão velho!” Fala que muito me alegrou, já que ele se negava a falar para a câmera alegando sempre estar muito mal vestido.



Fica perceptível, então, que o sucesso do jogo para estes homens, depende mais da experiência, da intimidade e da habilidade do blefe do que da sorte ou do acaso. E há uma preocupação com a ética do jogador no jogo, não é possível que todos fiquem satisfeitos se um deles decide tentar enganar os demais. Segundo Simmel:

Nada resta além de um fenômeno, cujo procedimento obedece às leis de sua própria forma e cujo encanto está contido em si mesmo. Esteticamente revela a mesma proporção que a seriedade daquelas realidades requerem como proporções éticas. (MORAES FILHO, 1983, p. 178).

Sr. Joaquim é um dos aposentados que frequenta o calçadão diariamente, mas não joga *purriinha*. Viúvo, todos os dias pela manhã ele sai de seu apartamento na Rua Batista de Oliveira e senta-se no hidrante próximo à banca de jornal, na margem do calçadão oposta à Internacional Lanches. Sr. Joaquim tem oitenta e sete anos e, desde que se aposentou, vai ao calçadão todos os dias encontrar os amigos e ver o movimento. Ao ser indagado se além de encontrar os amigos para conversar ele também joga *purriinha*, Sr. Joaquim responde:

Não, eu não jogo purriinha não. Não jogo porque tem muito roubo. Eu não gosto de coisa assim não. Eu não faço questão de perder, não, você tá entendendo? Mas eu não gosto não. Eu não gosto de nada de jogo assim não. É muito fácil trapacear na purriinha, você tem três pontos assim na mão (gesticula), aí você vira pra mim e fala 'pede', aí eu vou e quando vai ver você tá de lona. Muitas vezes põe a mão no bolso, finge que vai tirar, quando vai ver tem dois só. Você tá entendendo como é que é? Eu não gosto dessas coisas não.

De fato, pude observar algumas tentativas de trapaça, contudo, em todas as vezes que algum membro do grupo a flagrava ele imediatamente delatava o trapaceiro ao grupo e as regras eram lembradas. Algumas das mais frequentes eram em relação à mão no bolso, era proibido, não era permitido também colocar as duas mãos em jogo, além da já citada mentira sobre o número proferido. Muitas vezes houve distinção de tratamento de acordo com quem realizava a trapaça: caso fosse um dos membros mais assíduos do grupo – o que raramente acontecia – a trapaça era respondida com piadas e insultos em tom de brincadeira, seguido de risadas e zombarias por parte dos outros jogadores; caso o ator social que executasse a trapaça fosse um jogador menos presente no grupo – o que acontecia com maior frequência – a repercussão além de imediata tomava um tom mais sério e, por vezes, alguns jogadores abandonavam a partida ou não compartilhavam o momento do cafezinho, expressando o descontentamento. Estes dois últimos casos,

aconteciam frequentemente com Sr. Zé e Sr. Mário, membros mais velhos – em idade – do grupo, eles faziam questão de demonstrar a não concordância com o ocorrido interrompendo a participação naquele dia. Para além da reação imediata, a tentativa de roubo refletia na imagem que eles construíam sobre os outros. Diferente do que o Sr. Joaquim disse, a trapaça não é atitude permitida, ao contrário, é repreendida e gera consequências. Sr. Zé muitas vezes demonstrou insatisfação e desgosto com a presença de um jogador esporádico – Roberto –, para ilustrar:

Sr. Zé: Ih, não. Ô Airton, eu não vou jogar hoje não. Olha lá tem tá chegando.

Airton: O Zé não gosta dele porque ele usa um anel dourado no mindinho! (Risos)

Cláudio: Preocupa, não, Zé! Você é o campeão, ninguém vai passar a perna em ninguém hoje não.

A priori, quando comecei o meu trabalho de campo, eu imaginava que havia uma restrição à participação de mulheres no jogo. Nunca vi nenhuma apostando, muitas passavam por ali, cumprimentavam os jogadores, eles trocavam elogios e beijinhos na bochecha, mas nunca nenhuma delas parou para jogar. Perguntei a Luiz Cláudio, ao Airton e ao Vicente, e a resposta era sempre a mesma, todos diziam que não era regra não, que as mulheres eram sempre muito bem-vindas. “Mas por que não vem nenhuma?”, e eles diziam que algumas mulheres jogavam, mas elas não estavam aparecendo mais. A única referência a uma jogadora que eu pude presenciar, foi quando Sr. Zé, em um diálogo com Vicente, falou que não deixava mais sua neta<sup>45</sup> jogar, pois ela estava perdendo muito dinheiro. Perguntei ao Sr. Zé, ele falou que ela jogava, mas estava sendo passada para trás e preferiu proibi-la, logo mudou de assunto e começou a falar dos presentes que já deu a ela.

Outra situação muito peculiar no que concerne às regras do jogo eu presenciei no encontro de fim de ano dos jogadores. Fui convidada para a comemoração de fim de ano, que aconteceria no bar do Lagosta<sup>46</sup>, um dos jogadores, situado na Rua Marechal Deodoro, paralela a Rua Halfeld, no dia dezoito de dezembro de 2013. Sr. João – empresário do ramo alimentício – iria fazer uma dobradinha, cada um pagaria a quantia de R\$20,00 e as bebidas que consumissem.

<sup>45</sup> Não é sua neta biológica, Sr. Zé mora em uma edícula nos fundos da casa dos pais desta mulher. Ele fala sobre esta família: “É igual família, né? Eu vou lá toda noite, levo fruta pra eles, dou presente pra menina. Ontem mesmo, foi ontem? É ontem a gente comeu uma pizza, nós juntos.”

<sup>46</sup> Lagosta (57 anos) comerciante, proprietário de um bar localizado na Rua Marechal Deodoro, paralela a Rua Halfeld – entre a Av. Getúlio Vargas e a Av. Francisco Bernardino. Não se deixou ser entrevistado e todos se referiam a ele pelo apelido.

Aceitei o convite de pronto e, quando fui pagar, minha parte já estava paga. Preparei um bolo para a sobremesa e fui para a reunião, o horário marcado era às dezoito horas, cheguei às dezoito e quinze e já estavam quase todos lá, com exceção do Sr. Zé. Logo me ofereceram uma cadeira para sentar, ao lado de Airton – comerciante, proprietário de uma funerária em uma das galerias do calçadão –, que me abraçava e dizia que estava no melhor lugar do bar. Sobre a mesa estavam dispostas três panelas grandes de dobradinha e duas de arroz. Airton fez questão de servir o meu prato. Após a refeição e a sobremesa que eu havia trazido, eles me convidaram para uma partida de *purrrinha*, “afinal é por isso que estamos aqui”, disse Airton. Não falei nada a princípio, a despeito da grande vontade de jogar, esperei a reação de todos. A maioria ficou entusiasmada com a proposta, contudo um deles, Josué<sup>47</sup>, recusou participar do jogo, justificando sua negativa com base no que estava sendo apostado. A primeira partida valeria um engradado de cerveja e a segunda uma rodada também de cerveja. Logo recebeu provocações:

Rogério: Tá com medo de perder, né?! Vai ter que desembolsar um engradado!

Josué: Não, eu não aposto bebida alcoólica, a *purrrinha* não é pra isso! Isso não está certo, não! Eu sou contra!

Percebi que seria uma atitude sensata não participar daquele jogo, mas não precisei recusar, uma vez que desistiram desta aposta. A *purrrinha* aconteceu, ainda assim preferi só observar, afinal era um momento único. A única vez que os via fora do calçadão, em outro ambiente, em outro contexto e em outro horário. As rodadas aconteceram normalmente, a primeira valendo uma ficha de café da Internacional Lanches e a segunda uma dose de cachaça.

Nesta noite eu vivenciei também outra situação inusitada. Os filhos de Sr. João estavam lá. Demonstraram intimidade com os jogadores, aceitando e respondendo a provocações e chacotas, comentando o futebol que passava na TV do bar e contando piadas. Sr. João era o que mais falava de sua família, de seus filhos. Na semana anterior ao encontro de fim de ano havia levado convites de suas Bodas de Ouro. Se para Sr. Joaquim não vale a pena correr o risco de ser trapaceado em um jogo, para os homens presentes naquela reunião, o jogo parecia não ser o objetivo maior dos encontros. Nas palavras de Sr. João:

---

<sup>47</sup> Josué (58 anos) é aposentado, sua antiga profissão era comerciante do setor de alimentos e bebidas.

Mas eu, por exemplo, hoje, não trabalho aqui no centro, mas eu deixo o meu estabelecimento que é lá no Poço Rico e venho jogar só pra divertir com os amigos. E acho que a função da *purrrinha* não é só o fato de perder ou ganhar um café ou outro, é estar sempre junto com os amigos. É uma forma de manter o relacionamento com os amigos. Isso é o que eu posso revelar pra você sobre o que é a *purrrinha* hoje no calçadão. E o motivo da *purrrinha*, o que eu percebo é que a *purrrinha* é uma forma de manter o relacionamento, não é o fato de ganhar ou perder. É estar junto com os amigos, né?! Daqui parte pra outros eventos como aquele que você participou da dobradinha. A gente sempre faz todo ano 2, 3 jantares. Manter os amigos próximos. Consequentemente a família também passa a fazer parte disso. Eu agora vou fazer Bodas de Ouro, quer dizer. Quem são os amigos que vão me prestigiar? São os amigos daqui. A gente cria uma afinidade.

Ainda sobre o que motiva sua ida diária ao calçadão e o seu entusiasmo para jogar *purrrinha*, Sr. Zé fala:

Ah, eu venho é pra encontrar os amigos, pra distrair. É bom distrair. Sr. Marcos<sup>48</sup>, sobre os amigos:  
É igual família, eles fazem parte. Quando um falta, a gente sente falta, mesmo conversando três ou quatro vezes, a gente tem uma troca de amizade, entende? Conta piada e tal, é muito interessante.

O discurso sobre a amizade criada ali era unânime. Muitas vezes suas relações demonstravam carinho e intimidade, a exemplo das provocações respondidas com humor e da preocupação com a saúde do amigo, de sentir falta na ausência de um deles e da forma como falam sobre o outro, principalmente ao Sr. Zé, chamando-o de campeão<sup>49</sup>.

Ao destacar a presença dos filhos de Sr. João no encontro de fim de ano do grupo, acredito ser necessário ressaltar que a presença de membros da família não é uma constante no cotidiano dos grupos. Há, como podemos perceber ao longo do capítulo, uma relação estabelecida de amizade entre os membros do Guaragil, diferente dos outros grupos, como será exposto no próximo tópico. Contudo, quando a família aparece nas falas dos jogadores, aparece de duas formas: em referência às festas de fim de ano passadas, ou outras comemorações, a exemplo da Bodas de Ouro do Sr. João; ou ainda em situações de zombaria, quando referem-se à esposa do outro para reprimi-lo, quando há o flagrante de uma olhadela ou uma

<sup>48</sup> Sr. Marcos (48 anos) é aposentado e “trabalha com imóveis”, como revelou em entrevista, ali mesmo no calçadão, não possui escritório físico.

<sup>49</sup> Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência. (MORAES FILHO, 1983: 168)

conversa com outra mulher. Uma exceção a este tipo de situação é a presença quase diária do filho de Airton, o Fábio.

Fábio é um rapaz jovem, de vinte e cinco anos de idade, que trabalha na funerária do pai e, portanto, está no calçadão todos os dias. Fábio assiste às partidas e participa do momento do cafezinho, porém nunca o vi jogar *purriinha*. O tratamento que os jogadores destinam a Fábio durante as conversas é muito semelhante ao que estabelecem entre si, a despeito de Fábio não ser alvo de chacotas e piadas. Afora a presença de Fábio, e às referências verbais às esposas, o único episódio em que pude presenciar a relação entre a família e os jogadores foi no já citado encontro de fim de ano do grupo.

Roberto DaMatta (1991), em seu empreendimento intelectual que propõe uma definição em separado para *casa*, *rua* e *outro mundo* na sociedade brasileira, destaca o caráter complementar destas três categorias em detrimento do pensamento que as opõe. Aqui também o que veio à tona, a princípio, foram as conexões entre os dois elementos: o que diziam sobre a casa, a maneira como a casa aparecia nas relações estabelecidas na rua, como foi mencionado acima. Após a análise destes encontros, podem-se considerar algumas permanências que opõem o espaço público e o espaço privado destes homens. Uma delas é o fato de que, quando a família aparece fisicamente, ela está representada por homens, Fábio, os filhos do Sr. João e até Sr. Joaquim – que não é um jogador – mencionou em entrevistas que, por vezes, um dos filhos passa pelo calçadão para encontra-lo.

Como já foi citada, a única referência à presença física de uma mulher da família naquele espaço, apareceu em entrevista ao Sr. Zé, falando de sua neta. De resto, talvez seja possível uma interpretação pelo viés das piadinhas feitas em relação às esposas alheias. Eram frequentes as olhadelas e os elogios às mulheres que passavam pelo calçadão. Sr. Marcos, quando questionado sobre sua relação com os transeuntes, destaca a relação com as mulheres:

A gente quando tá solteiro mexe com as meninas, né?! A gente mexe com as meninas, né e tal. Aí, eu já arrumei namorada aqui também. Já arrumei namorada aqui também. Conhecendo assim, passando. Às vezes, trocando ideia. Aí ela com amiga, cheguei, conversei e arrumei namorada!

Muitas delas eram conhecidas dos jogadores; outras eram mulheres que chamavam a atenção deles por conta de sua aparência, eles olhavam e comentavam. Ou seja, aquele espaço dominado pelo masculino, não podia tolerar a

presença física do feminino, contudo, havia referências à figura feminina que representava a casa – sempre em tom de brincadeira e, ao mesmo tempo, de advertência: “Sua esposa vai te xingar, fulano” ou “Deixa sua esposa ver isso!”. O espaço da casa deve ser preservado enquanto tal, e suas atitudes na rua podem ter consequências no âmbito privado, mesmo que seja difícil que uma notícia que comprometa as relações privadas destes homens chegue em suas casas. Já o espaço da rua, é o espaço da afinidade, do ambiente não conflituoso, porque ali é o espaço dos sentimentos disciplinados. Então, as olhadelas e comentários a respeito das mulheres que transitam pelo calçadão, os elogios carinhosos, os galanteios encontram seu lugar na rua.

De maneira geral, os aposentados não encontram na vida cotidiana toda variedade de práticas, toda gama de desejos, sentimentos, sensações que esperam ainda viver. É, talvez, por isso que ao se apropriarem do espaço público, os personagens põem em cena não apenas os jogos consentidos, mas, igualmente, aqueles interditos. (PEIXOTO, 2000, p. 161).

#### **4.2.4 As Relações entre os Grupos: Distinções de valores e aproximações**

Todos os dias, à exceção dos domingos, esses homens, em sua maioria aposentados, muitos viúvos, vários vivem sozinhos, levantam-se pela manhã e vão ao centro da cidade para encontrar seus amigos, para jogar, para conversar e para se distrair. Mas o grupo da Internacional Lanches não possui exclusividade do espaço de encontro. Muitos pontos grisalhos vão formando rodinhas ao longo do calçadão. Algumas dessas reuniões têm como liga a *purriinha*, como a de dez horas da manhã na Galeria Constança Valadares, ou a das dezoito horas em frente à agência do banco.

Sr. Zé é organizador da *purriinha* das dez horas que acontece diariamente no segundo andar da Galeria Constança Valadares, a 20 metros da Internacional Lanches. Este grupo é bem menor que o outro, são cinco participantes assíduos, e os únicos do grupo da Internacional Lanches são o organizador e o Cláudio, entregador de gás de trinta e dois anos, o mais novo das duas turmas. Os outros membros do grupo são comerciantes, cujos empreendimentos estão localizados no calçadão entre a Rua Batista de Oliveira e a Av. Rio Branco – diferente dos empresários que frequentam a *purriinha* do Guaragil, cujas empresas estão situadas no calçadão entre as Ruas Batista de Oliveira e a Av. Getúlio Vargas ou fora do Centro.

Os dois grupos também se comportam de maneira distinta no que concerne aos relacionamentos. Apesar de ter o acompanhado menos, é notável que apesar das piadas, as chacotas são menos presentes e, também a despeito de sentirem falta de um colega ausente, não há a mesma preocupação com o motivo da sua ausência. Um dia Cláudio, em um diálogo com Sr. Zé, expressou sua insatisfação com os colegas de jogo:

Sr. Zé: E ontem lá em cima, ficou o...Você soube?

Cláudio: Não!

Sr. Zé: Cê saiu, cê fugiu, né?

Cláudio: Eu sai, uai.

Sr. Zé: Eu fiquei olhando lá de cima três jogando: Baiano, Osvaldo e Eraldo.

Cláudio: Sabe por causa de quê que eu fui embora? Todo dia a gente chega lá e o Eraldo não tá lá, eu fiz isso por causa do Osvaldo. Aí cheguei, rapaz, larguei tudo correndo pra mim ir lá jogar. Cheguei lá, eles tá com o jogo alto. Pô, nós joga de R\$1,00 e agora R\$5,00? Aí eu falei: 'Não, então não vou jogar'. Aí eu falei: 'ô Osvaldo, então tá.' Aí eu peguei das moedinhas do Ramaro, aí eu coloquei. Aí os caras, o Baiano falou: 'ô, gás, vem cá!' Aí eu falei: 'Não, não vou não, cês quer aumentar o jogo, cara.' Hein, Zé?! Aí eu falei: Não, vou embora. Deixei ele lá.

Cláudio demonstrou desconforto com a mudança de regras do jogo. Este grupo é formado por empresários do comércio, homens com maior poder aquisitivo do que Cláudio, funcionário de uma distribuidora de botijões de gás. A mudança do valor das apostas revelou ali uma inequidade entre os jogadores, no caso uma diferença de condição financeira. Cláudio decidiu não jogar, não iria satisfazê-lo, ele não poderia arcar com a aposta caso perdesse. Ora, se o artificial mundo da sociabilidade é por um lado o único em que a igualdade plena é possível, quando da ausência de iguais condições entre os membros, surge o conflito<sup>50</sup>.

Este diálogo entre Sr. Zé e Cláudio, discutindo o conflito do dia anterior, foi um dos poucos diálogos espontâneos que as lentes da minha câmera de vídeo conseguiram captar. Aconteceu quase no fim do meu trabalho de campo e, Sr. Zé, sempre muito atento e resistente à câmera, passou por um momento de descuido, já não mais se preocupando com sua aparência e me deixando registrá-lo fora de um contexto de entrevista. Neste caso, a câmera não interferiu na situação em questão e foi além, parecia transparente aos olhos dos protagonistas. Sinal de que considerar os elementos da Antropologia Visual – como destacado no Capítulo 2 -

<sup>50</sup> Se a própria sociação é interação, sua expressão mais pura e estilizada se dá entre iguais – assim como a simetria e o equilíbrio são as formas mais plausíveis da estilização artística. (MORAES FILHO, 1983: 173).

como orientadores do processo de inserção estava fazendo efeito. Neste caso foi eficaz para atingir o objetivo que Clarice Peixoto descreve a seguir:

Os filmes e os videogramas fixam assim as relações sociais in extenso, pois eles integram visual e imagem sonora: o gesto e a fala dando sentido à cena social. (PEIXOTO, 2000, p. 97).

Outro ponto discrepante entre os dois grupos está no fato de que, mesmo que a aposta seja parecida – café e salgados, neste caso – disputadas em duas partidas, o local onde tomam o cafezinho é outro: a lanchonete Café Galeria<sup>51</sup>, que existe há mais de cinquenta anos na Galeria Pio X, a primeira da Rua Halfeld, da cidade e uma das primeiras do país, como mencionado no Capítulo 1. Acompanhei alguns destes cafés, muito diferentes da turma do Guaragil, não há muita piada ou deboches no café galeria. Sr. Zé e Cláudio vão para um lado do balcão, afastado dos outros membros do grupo e conversam entre si, fato que ressalta a relação menos íntima entre os membros do grupo. O restante, por sua vez, também se afasta, ao pegarem o café ficam mais próximos da porta alguns até mesmo fora da lanchonete. O espaço é bem menor e a quantidade de clientes também.

Há ali, contudo, uma peculiaridade: os jogadores da *purriinha*, que também existe há mais de cinquenta anos, têm direito a um desconto de R\$0,30 no cafezinho. Para que esse desconto valha não é preciso nenhum anúncio na hora do pagamento, as funcionárias do estabelecimento já conhecem os jogadores e, inclusive, brincam com eles. Sr. Zé toma o café muito rápido, sai em seguida para voltar ao trabalho, assim como Cláudio, enquanto os outros jogadores permanecem.

A relação de amizade da turma do Guaragil, apreendida na leitura deste capítulo, também não se repete nos outros grupos de *purriinha* que se formam assim que ela acaba. Sr. Zé e outros jogadores, que não participaram da partida anterior, nem do café, se juntam a ele para partidas rápidas de *purriinha*. Neste caso a aposta por partida é uma ficha de café da Internacional Lanches. Cada jogador

---

<sup>51</sup> Uma nota publicada na sessão de cultura da versão on-line do jornal Tribuna de Minas do dia 01 de Junho de 2012 anuncia o projeto do vereador Flávio Checker, do Partido dos Trabalhadores, que visa a transformação da lanchonete em Patrimônio Imaterial da cidade. Segue a nota: “Um projeto de lei da Câmara Municipal propõe que o Café Galeria seja declarado de utilidade pública, primeiro passo para o registro como bem imaterial de Juiz de Fora. Elaborado pelo vereador Flávio Cheker (PT), o projeto enfatiza a importância do estabelecimento como bem constitutivo da memória da cidade. Fundado há mais de 50 anos, o local é ponto de encontro e convívio diário, sendo conhecido como parada obrigatória de políticos da atualidade e do passado, como ex-presidentes da República, governadores, senadores e deputados”. Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/cultura/cafe-galeria-pode-virar-bem-imaterial-1.1101611>> Acessado no dia: 15/01/2014.



possui uma quantidade de fichas, que fazem o papel da moeda no outro grupo, e o perdedor deve dar uma ficha para cada membro do grupo. Esses grupos são menores e seus membros menos assíduos. Eu arriscaria dizer que na verdade não é um grupo permanente, já que o Sr. Zé é o único elemento invariável do grupo. Como sendo o único elemento estável, mesmo sendo agregador e uma figura emblemática naquele espaço, Sr. Zé não é capaz sozinho de aprofundar as relações entre estes membros esporádicos.

Visto que na pureza de suas manifestações a sociabilidade não tem propósitos objetivos, nem conteúdo, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. (MORAES FILHO, 1983 : 169)

FIGURA 12 - APOSENTADO EXPLICA A PURRINHA



FONTE: A autora (2012).

Outro ponto do calçadão onde também acontece a *purrrinha* é na altura da agência do Banco Bradesco, no lado oposto da Gal. Constança Valadares. Esta é a *purrrinha* das dezoito horas. É uma turma grande, cerca de doze jogadores, que se reúnem ali diariamente para também apostar o cafezinho. Nenhum jogador coincide desta vez. Sr. Zé até esboça desgosto em relação a este grupo:

Eles roubam muito, eu gosto de jogar essa não. O jogo é o mesmo, mas eles roubam. Não gosto não. Agora eles até tão jogando aqui onde a gente

joga, é outro horário, né?! Mas eles sempre jogaram ali, por que é que vieram pra cá agora?

José Luiz, Cláudio e Vicente me falaram de outra *purriinha*, que acontece às nove horas da manhã em frente ao Cine Palace, na diagonal oposta a Internacional Lanches. O local é conhecido na cidade como “esquina dos aflitos”, por ser um ponto de comércio de produtos sem nota fiscal ou falsificados. Os comerciantes que ali se estabeleceram também são aposentados, em sua maioria, exibindo seus cabelos grisalhos ou os escondendo sob a proteção de uma boina. Não há interação quase nenhuma entre os dois grupos – o do Guaragil e este – todas as minhas investidas foram recusadas com muito pouca simpatia. Sempre que tentava me aproximar, apenas ficando ao lado deles, eles conversavam de costas para mim. Sr. Zé também não nutre afeto por este grupo:

Sr. Zé: Eles trabalham com mercadoria roubada. Ficam ali o dia inteiro. Quer dizer, boa coisa não é, né? A gente conhece, cumprimenta e tudo, mas eu prefiro ficar aqui.

Sr. Tomás, setenta anos, aposentado e jogador pouco assíduo, revelou em entrevista sobre o comércio da “esquina dos aflitos”:

Sr. Tomás: Eu frequento aqui tem uns quarenta e oito, cinquenta anos por aí. Aqui a gente fazia é negócio, né?! Vendia relógio, uma série de coisas, é, automóvel. Na época a gente vendia automóvel, fazia uma série de coisas. É, vinha aqui pra trabalhar, porque aqui tem de tudo. Tem pilantragem, tem venda, tem não sei o quê, você sabe a vida de todo mundo.

Luiz Cláudio mencionou a alcunha da esquina:

Cê tem que estudar é aquilo ali, ó! (aponta para a esquina oposta) Ali tem de tudo, tudo que você quiser. Chamavam até de “esquina do aflitos”, você tem que falar com eles. Antes até vendia carros ali, eles ficavam estacionados ali (aponta novamente para a esquina oposta, mas agora direcionado para a Rua Batista de Oliveira). Mas ali é mais difícil de conversar, eles têm medo.

Possivelmente os dois grupos não compartilham os mesmos valores e, no segundo grupo, podemos até encontrar traços de sociabilidade, como a conversação mesmo. Porém, se o impulso daquela aglomeração é o trabalho, provavelmente ele será também seu objetivo maior e, portanto, apesar de existir a conversa, ela está mais relacionada a uma reunião formal do que à uma forma pura de sociação.

A resistência ao grupo da “esquina dos aflitos” por parte dos jogadores do Guaragil pode se explicar pelo fato de que eles não compartilham dos mesmos

valores, como fica claro na fala de Sr. Zé, transcrita acima. A turma do Guaragil preza pela ética no jogo e, como as formas de sociabilidade se apropriam de elementos da realidade para se constituir, é lógico que estes homens criem uma resistência a algo que esteja fora da lei ou dos imperativos éticos que estabeleceram para si enquanto grupo e enquanto indivíduos. Reforçando o que já foi acima citado sobre o comportamento ético dos membros de uma rede de sociabilidade:

Formulamos então o princípio de sociabilidade como o axioma de que cada indivíduo deveria oferecer o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade, etc.) compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo recebe. (MORAES FILHO, 1983, p. 172).

Realmente, não obtive sucesso em minhas tentativas, mas por hora basta perceber um pouco do que os jogadores do Guaragil pensam sobre a famosa esquina.

É também, apesar dos imponderáveis, satisfatório concluir que pude frequentar alguns grupos, conhecer um pouco a rotina destes aposentados e suas relações sociais, e ouvir algumas de suas histórias. O tópico a seguir trata disso: das narrativas, das lembranças evocadas nas rodas dos jogadores de *purriinha* e nas rodas onde acontece somente a conversa.

#### 4.3 O CALÇADÃO: SALA DE ESTAR DOS APOSENTADOS

DaMatta (1991) e Peixoto (2000) destacam a tradição brasileira, similar à dos países Ibéricos, do simbolismo de espaços públicos como praças e largos, que concentram a relação entre o poder e o “povo” (DaMatta, 1991), expressos pelos palácios do Governo, as Igrejas e as feiras, o que Clarice Peixoto chamou de trilogia do poder (2000). Na introdução desta pesquisa, sobressaiu-se a característica da Halfeld que remete a esta descrição dos autores: um local aberto, sem grades ou restrições, onde as pessoas se relacionam com os acontecimentos político-sociais e, também, um espaço de sociabilidade, capaz de marcar costumes da população juizforana. Além dos jogadores de *purriinha*, outros aposentados utilizam o espaço para a prática da conversação, formando rodinhas grisalhas entre vendedores ambulantes, funcionários da prefeitura, transeuntes e edificações. Os grupos de aposentados que praticam a conversação no calçadão são menos coesos que os grupos de *purriinha*, eles podem variar em número de membros e assiduidade.

Porém, como se conhecem e utilizam o calçadão como espaço de sociabilidade há muitos anos, a frequência ou a falta dela não parece impedir a relação de amizade, nem mesmo parece ser motivo para a seleção de assuntos específicos, ou seja, os assuntos que aparecem em uma roda de conversação formada por membros assíduos, que se veem todos os dias – como a conversação existente no grupo de *purriinha* – são semelhantes aos que surgem nestes grupos de característica mais flutuante. Segue, então, a conversa que acompanhei em uma manhã de sábado entre uma roda de conversação formada por três aposentados no calçadão.

Como já foi ressaltada, a permanência espacial é condição primeira para que haja a unidade social (MORAES FILHO, 1983). Deste modo, a análise segue, partindo do pressuposto de que o espaço do calçadão é a categoria essencial ao desenvolvimento das redes de sociabilidade ali estabelecidas. Resta agora compreender como os atores sociais que tecem essas redes interpretam sua apropriação do espaço público em questão. Os elos criados pela condição espacial podem ser identificados em lembranças como estas de Sr. Jesus<sup>52</sup>:

Sr. Jesus: Era a Rua Halfeld sim, só que hoje é mais moderna, anos né?! Os edifícios, antes eram poucos, tinha trânsito aqui de carros, que foi eliminado. Hoje foi transformado em Calçadão, né?! Com uma iluminação também mais moderna, que tá aí (aponta). Sempre que eu estou aqui que eu posso, eu venho no calçadão. Têm grupos aí que gostam (da purriinha). Têm vários. Normalmente eu fico aqui de nove horas até umas onze horas da manhã, por aí. A Halfeld é um local de prazer, uma sala de estar, na verdade. Porque aqui você encontra com os seus amigos. Um aposentado como eu, por exemplo, eu acho que ele tem necessidade de procurar ocupar o seu tempo e aqui você encontra essa ocupação. Você bate um papo, você distrai isso é importante. Refresca a mente. A Rua Halfeld pra mim representa isso que eu disse aí, ó. É aquele momento que você tem pra estar com os amigos, bater papo, tá entendendo?!

Sr. Marcos, fora entrevistado em outro momento, mas sua fala é capaz de refletir também a relação entre poder político, movimentos sociais, acontecimentos históricos e espaço de sociabilidade que confluem para a representação, em certa medida, do que Peixoto (2000) chamou de trilogia do poder. Digo em certa medida porque não encontramos nenhuma igreja no calçadão – há na Rua Santo Antônio esquina com a Rua Halfed a Igreja São Sebastião, de modo que o calçadão pode ser interpretado, a partir das falas dos aposentados, como o “templo moderno” (HASSENFLUG, 2007), discutido no primeiro capítulo desta dissertação, voltado

---

<sup>52</sup> Sr. Jesus (74 anos) é aposentado da rede ferroviária há vinte e dois anos e frequenta o calçadão para fins de lazer há quinze anos.

para o comércio e o lazer, porém onde ainda resiste o espaço de articulação entre governo e sociedade. Esta assertiva pode ser ilustrada pela fala de Sr. Marcos:

Havia no princípio mais gente, o fluxo era maior. Aí, devido à crise ou alguma coisa assim, diminui o fluxo. Igualzinho, hoje é dia doze, né? Doze...era pra ter um movimento maior no calçadão. E havia também muitos outros corretores também. E cada um foi prum lado, alguns morreram também. E aqui a gente diversifica, dá informação, faz uma brincadeira chamada purrinha. É, aqui também tem muita situação cultural. É, espaços culturais vem fazer propaganda dos eventos. Aqui é meio de político querer ganhar voto com os cabos eleitorais. Aqui é lugar de greve, o pessoal às vezes faz greve aqui também, professores e outros sindicatos.

Várias são as formas de apropriação do calçadão, contudo destaca-se o espaço sendo usufruído em maior parte pelos aposentados, considerando o propósito desta utilização como sendo o lazer. A necessidade, expressa na fala de Sr. Jesus, de ocupar o tempo ocioso, antes ocupado pelo trabalho, e relaxar durante este tempo, é saciada no calçadão onde encontra amigos antigos e estabelece novas amizades. A Rua Halfeld pode proporcionar o encontro entre gerações, mesmo que esse encontro aconteça de forma tênue ao longo do tempo e em menor grau, comparado aos encontros entre frequentadores da mesma faixa etária. Afinal, como foi discutido nos tópicos anteriores, se não houvesse a presença do novo os grupos deixariam de existir. Sobre as amizades, Sr. Jesus comenta:

Uns eu encontrei aqui, outros são de outrora.

Sr. Adalton<sup>53</sup>, primo de Sr. Jesus, que estava na roda de conversação completa:

Se um dia ele não vem aqui, ele sente falta de não ter visto os amigos. Eu sou assim, ele também é. Nós sentimos falta da Rua Halfeld, sabe?! Eu que nasci aqui, eu frequentava isso aqui (aponta para a rua) quando criança, encontrava com os colegas pra assistir o filme aqui (aponta em direção ao Cine-Teatro Central), numa sessão das nove e meia. Era aqui (aponta para o Cine Palace) e lá no Central. Então nós encontrávamos aqui pra poder assistir a última sessão ali. Geralmente filme de cowboy, sabe? Esses filmes bons, né?! Do passado... Então aqui era um local de encontros de namorados também, né?! O pessoal passeava aqui, pra cima e pra baixo e aqui a gente arrumava namorada e as moças arrumavam namorado. Entendeu? Era local de sair. Era uma família reunida aqui na Rua Halfeld.

São relações que contemplam, a despeito da longa duração, uma apreciação somente no local, no calçadão. Aos olhos desatentos podem ser interpretadas como superficiais, visto que não há interação entre as famílias e nem

<sup>53</sup> Sr. Adalton (67 anos) é engenheiro aposentado e frequenta o calçadão há cerca de dez ou doze anos.

mesmo o convívio assíduo no espaço privado. Contudo, ao destinarem um grande tempo do seu dia para essas relações, os aposentados estão, além de ocupando o tempo ocioso e relaxando, confirmando a complexidade e o paradoxo inerente à prática de sociabilidade, segundo Simmel:

Aplicando esta reflexão ao fenômeno da sociabilidade, compreendemos por que podemos ter duas reações diferentes diante dela, pois vida independente e autorregulada, que os aspectos superficiais da interação social atingem na sociabilidade, vai nos parecer algo sem vida, padronizado, irrelevante, ou um jogo simbólico, cujos encantos estéticos encarnam a dinâmica mais sutil e mais refinada de uma existência social rica e plena. (MORAES FILHO, 1983, p. 180).

Quando se admite que essas relações existem somente naquele espaço, é necessário, também, avaliar como os lugares interferem nas narrativas, para além da sociabilidade. Na fala de Sr. Adalton, encontramos algumas recordações. Seus gestos – registrados em vídeo – fazem constantes referências aos prédios que marcaram sua infância e juventude, como o Cine-Teatro Central. Halbwachs (2006) destaca a relação entre memória dos grupos e o sentido que os objetos e espaços físicos assinalam na existência destes. Ao dizer que “o povo se apega mais às pedras que aos homens” (HALBWACHS, 2006, p. 161) o pensador francês reconhece as formações urbanas como uma das mais estáveis e vai além, compreendendo que a relação entre homem e pedra (casas, bairros, prédio, cidades) não é casual ou acidental, caso fosse as cidades poderiam ser destruídas e reconstruídas sem que seu povo se sentisse abalado pelas mudanças na configuração do espaço em que vive. (HALBWACHS, 2006).

O povo se apega ao espaço físico no qual seu cotidiano se desenvolve, as correntes que o ligam aos objetos que o circundam são inoxidáveis. Contudo, pode-se perceber que uma relação de troca entre espaço e homem é uma relação de vai-e-vem, na qual o espaço e os objetos materiais interferem continuamente no cotidiano da população, guiando seus passos e, por meio da estabilidade que oferece, ajudando a manter o equilíbrio da vida. O local regula, assim, não somente os movimentos diários das pessoas pela cidade, mas contribui para a regulação de seus hábitos e pensamentos. É preciso ponderar ainda que, como um movimento de vai-e-vem, se as pessoas não reconhecem nas imagens materiais que as circundam suas marcas, essas imagens não significam nada para elas. Dessa maneira, a relação entre as pedras e os homens ganha um significado de pertencimento e reconhecimento (HALBWALCHS, 2006).

Ainda no âmbito do estudo da memória coletiva, as imagens do espaço e os objetos têm papel fundamental para um tipo de reconhecimento específico – o reconhecimento por imagens – análise que Halbwachs atribui à Bergson, provocado pelo ambiente que é capaz de sobrepor dois quadros distintos: o que se vê no presente e um outro, que traz à tona sentimentos e pensamentos de outrora, que ali aconteceram. Ao apontar em direção ao Cine-Teatro Central e ao Cine Palace, Sr. Jesus encontra-se na confluência de percepções adequada para o aparecimento da lembrança e conta:

Sr. Jesus: Você tá falando a respeito de caso, já que ele falou no cinema aqui. Em 1952 aconteceu um fato interessante aqui no Cine-Palace: Estava passando o filme Joana D'Arc. Um filme sério, que prende a atenção. E eu, pra mim, o protagonista do que aconteceu ali deve ter assistido o filme mais de uma vez pra ele fazer o que fez. Tem uma cena do filme lá, em que a Joana vai passando num bosque e de repente, ela dá uma paradinha assim e olha pra trás (encena) e segue. Nessa hora um lá gritou: - Ô, Joana! Ela (encena a viradinha pra trás). Ah! Acabou com a ordem dentro do cinema.

Sr. Jesus, Sr. Adalton e Sr. Vitória<sup>54</sup>, após a narrativa de Sr. Jesus, começam a rir muito e a recordar outras situações cômicas que viveram nos cinemas no calçadão, durante a juventude. Da mesma maneira que reconheceram nos prédios dos cinemas lembranças da juventude, quando questionados sobre as mudanças físicas da Rua Halfeld, reconheceram, na estrutura do calçadão, marcas da política local, especificamente de um político, o prefeito Itamar Franco<sup>55</sup>, Sr. Vitória lembrou-se da imagem que construiu sobre o prefeito:

Sr. Vitória: Se me permite, o Itamar foi o homem que melhor fez aqui nessa Rua Halfeld. Nós tínhamos aqui qualquer chuvinha dava enchente, o comércio aqui enchia de água. O Itamar veio como prefeito e fez aqui em serviço de água e de esgoto que joga lá no rio, nunca mais você ouviu falar. Você não deve ter visto enchente aqui. Botou uma galeria aqui impressionante, o Itamar quem fez isso. Foi um dos grandes trabalhos dele aqui na cidade.

Sr. Adalton: O Itamar Franco ele foi o único político até hoje que vi –

Sr. Jesus: Ah ele aí, ó: e tira de sua pasta uma foto do Itamar segurando uma câmera fotográfica.

Sr. Adalton: O único homem político que eu já vi carregado pelos adversários. Porque ele fez pra todos, sabe?! Ele não fez pra um partido. Ele fez pra todos! Os benefícios que ele fez foi pra cidade toda. Então até adversário carregou ele nas costas. O único político que eu vi até agora

<sup>54</sup> Sr. Vitória (83 anos) é aposentado pela rede ferroviária e frequenta o calçadão há mais de vinte anos.

<sup>55</sup> Itamar Franco nasceu em Salvador, Bahia no ano de 1930 e morreu em São Paulo em 2011. Foi presidente do Brasil, Senador, Governador do estado de Minas Gerais e Prefeito de Juiz de Fora, foi filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao Partido Liberal (PL), mas atuou pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro durante a maior parte de sua vida política.

fazer isso, sabe?! Agora, na minha opinião, política você sabe, né?! Cada um tem uma visão. O melhor presidente pra mim, presidente, né?! Foi o Getúlio Vargas.

Sr. Vitório: Eu admirava como político, como pessoa, sujeito muito honesto, não é?! Não gosto muito de política não, mas esse eu tinha que respeitar.

Sr. Adalton: Pelo Itamar, eu assino embaixo. Pelo Itamar e pelo Lula eu assino embaixo. O Itamar vocês não sabem como, o nascimento dele. Vocês sabem a história? O pai dele era engenheiro sanitarista, médico sanitarista, né? Estava na Bahia trabalhando lá e a mãe dele grávida dele, sabe?! Ele é o caçula. O pai morreu lá, a mãe foi no enterro dele, na volta no barco ele nasceu. E nasceu no barco antes de atracar em Salvador. Aí a mãe dele colocou o nome dele de Itamar porque o barco chamava Ita e nasceu no mar. Então, ele foi registrado em Salvador, mas viveu aqui, entendeu? Ele é daqui, nasceu só lá. Então têm essas histórias, né?!

Sr. Vitório: Nasceu no mar!

Sr. Adalton: Foi o único homem também que eu já que não frequentava ambiente de político sem-vergonha. Nós fizemos um carnaval lá no hipódromo, no sambódromo e ele não quis ficar na cabine onde tinha bicheiro. É contraventor! E contraventor você sabe, né?! É um ladrão que a sociedade aceita, entendeu? Ainda mais esse país, né?! Quem é rico manda, né? Entendeu? Põe essa aí: Quem é rico manda, fala pra eles! O mundo inteiro é assim, o dia que mudar isso, nós teremos um novo planeta!

FIGURA 13 - SR. JESUS E ITAMAR FRANCO – 2012



FONTE: A autora (2012).

Considerarei importante a reprodução completa deste trecho da conversa por ilustrar não o calçadão como palco de eventos políticos, mas por ser o momento em que os três desfrutaram de uma lembrança em comum: a imagem que têm sobre o prefeito Itamar Franco. Interpretando esta conversa à luz do pensamento de



Halbwachs (2006), podemos entender que a memória deste grupo está viva e que os elementos de coesão apareceram no momento em que o testemunho de um deles ativou a “semente de rememoração” (2006) nos outros. Eles se lembram da figura política do prefeito e, mesmo que estejam falando de acontecimentos específicos distintos, o sentimento de admiração é compartilhado. Para além da admiração, a narrativa de Sr. Vitório desperta nos colegas outras lembranças que confirmam esse sentimento comum do grupo.

Halbwachs (2006) não pontua como fundamental para a lembrança a presença física de quem presta o testemunho, como já foi discutido no capítulo 3. O que importa neste caso é que o assunto compartilhado suscitou entre os aposentados lembranças ainda vivas na memória coletiva do grupo, como nos explica o autor:

É comum que imagens deste tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou a parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato – a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os testemunhos de outros sejam os únicos exatos, que eles corrijam e reorganizem a nossa lembrança e ao mesmo tempo se incorporem a ela. (HALBWACHS, 2006, p. 32).

Enquanto manifestação de sociabilidade, a conversação tem muito em comum com o jogo. Ela existe por si e para si. Ao longo do calçadão muitos outros grupos de conversação se estabelecem, menos coesos em termos de assiduidade de membros e permanência dos mesmos que os grupos de jogos, porém ainda com elementos que os distinguem entre si. Uma das constantes que pude observar em todos os grupos, tanto de conversação quanto de *purinha*, é o caráter jocoso das conversas e relações. Há sempre uma piada para encerrar o encontro do dia e há ainda bastante deboche entre os participantes, brincadeiras referentes à idade, aparência física, habilidades no jogo (para o caso da *purinha*) e à masculinidade. Certamente a relação de pertencimento e de cuidado para com o espaço – o calçadão – foi outra constante muito importante para o desenvolvimento da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou investigar como se desenvolvem algumas das formas de sociabilidade estabelecidas entre aposentados no calçadão da Rua Halfeld, em Juiz de Fora, cidade localizada na região mineira da Zona da Mata. Unida à análise das formas de sociabilidade, foi realizada uma interpretação acerca das narrativas que estes atores sociais proferiram sobre suas relações e suas lembranças no coração da cidade, sob a luz das teorias de Georg Simmel e Maurice Halbwachs. Para tanto, foi utilizado o método etnográfico, somado às entrevistas guiadas por alguns preceitos da História Oral, já mencionados. Outra particularidade desta pesquisa está relacionada à utilização do ferramental concernente à Antropologia Visual como meio de interação entre pesquisadora/atores sociais, e também como forma de coleta de dados e registro das narrativas.

Foi levantada a hipótese de que estes aposentados, frequentadores diários do calçadão, estabelecem ali uma noção de pertencimento intimamente ligada aos grupos dos quais fazem parte e ao espaço que ocupam. Pude identificar que o sentido que os atores sociais em questão conferem ao calçadão – o lazer – mostra-se distinto do intuito mais marcante da Rua, o qual está ligado à relevância comercial que representa para a cidade de Juiz de Fora atualmente. É perceptível que o número de grupos de aposentados, aparentemente ociosos, no calçadão durante o dia é significativamente maior que grupos de outras faixas etárias, e ficou claro durante minha pesquisa que estes homens são herdeiros de uma tradição de práticas de sociabilidade no local, notadamente a conversação e a *purriinha*. Consequentemente, para a realização desta empreitada, estas duas formas de lazer foram o meu meio de acesso à estes agrupamentos e, por meio deles, pude observar que o maior objetivo ali estabelecido era a ocupação do tempo ocioso e o divertimento.

Tanto a conversação quanto o jogo possuem regras de convivência que tendem ao equilíbrio e a equidade entre os membros dos grupos, o que garante sua permanência e sua renovação sutil e contínua, apesar da baixa frequência de homens mais novos. Este tipo de continuidade ali posto é confirmado nas narrativas dos aposentados, nas quais a prática da *purriinha* no calçadão aparece como

anterior à inserção destes homens naquele espaço, e muitos deles a praticam há mais de quarenta anos.

O tempo de permanência e as características das relações entre os aposentados apontam para uma noção de pertencimento, tanto em relação ao local, quanto em relação aos grupos. No tocante aos grupos, é observável a formação de vários deles ao longo do calçadão, cada um com características e regras próprias, além da continuidade dos membros, o que confere a cada um deles valores, práticas e regras próprias. Quando trata-se do espaço no qual estão inseridos, é notável nas narrativas de cada um deles o tipo de ligação que estabelecem com a Rua, em sua maior parte relacionada ao lazer, mesmo enquanto não se encontravam na condição de aposentados.

A Antropologia Urbana nos fornece subsídios para interpretar as relações entre indivíduos a nível do estudo do micro, o que, por sua vez, pode refletir a experiência urbana total vivida no contexto estudado. O que os aposentados vivenciam em seu cotidiano no calçadão da Rua Halfeld, e suas impressões acerca do lugar, expressam sua importância histórica para a cidade como um local de lazer e de trabalho, bem como mostra a confirmação da alcunha da Rua como o “coração da cidade”, encontrada em manchetes de jornais e nas falas de seus habitantes.

O envolvimento com esses grupos, tão distintos daqueles com os quais eu costumo me relacionar não foi fácil, o trabalho de campo mostrou-se, para mim, o maior desafio do exercício etnográfico. A escolha do uso de fotografias como meio de troca entre pesquisadora/pesquisados certamente impulsionou a introdução da câmera de vídeo como aparato para o registro das entrevistas realizadas, além de prover pistas acerca das relações entre os membros do grupo. Apesar dos imponderáveis, que dificultaram a entrada da câmera de vídeo em campo, sua utilização foi essencial para esta pesquisa, tanto para o registro das narrativas quanto para a observação da paisagem ao fundo. A utilização de imagens e do equipamento audiovisual condicionou grande parte desta pesquisa, desde sua elaboração inicial até a promoção de uma colaboração singular entre as partes envolvidas. Unidas à observação participante e ao caderno de campo, as imagens foram elementares para que os aposentados me aceitassem em campo, mas também para que, na medida do possível, eles se colocassem como construtores desta narrativa etnográfica.

É importante destacar neste momento que considero como o maior resultado da escolha deste equipamento o meu crescimento enquanto pesquisadora. O aprendizado adquirido ao longo da realização da pesquisa certamente motiva o meu prosseguimento enquanto antropóloga e também o intuito de dar continuidade a esta pesquisa e o objetivo de, em um futuro próximo, poder realizar um vídeo etnográfico. Ou seja, avalio esta pesquisa como a primeira fase da minha vida na condição de pesquisadora, e é minha intenção íntima que ela proporcione alicerces para a continuidade desta condição, seja para o desenvolvimento de outros estudos, seja para publicações referentes à sociabilidade, memória e Antropologia Visual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005.

ALVARENGA, F. V. **A Rua Halfeld**: A arquitetura urbana do fim do século XIX até 1930 em Juiz de Fora. Juiz de Fora: IPPLAN, 1987.

BENJAMIN, W. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1994.

BOAS, F. Um ano entre os Esquimós. In: STOCKIN, G. W.(org.). **A Formação da Antropologia Americana 1883-1977**: Antologia. Rio de Janeiro, RJ: Editora EUERJ, 2004.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O lugar (e em lugar) do método**. Brasília: 190, 1995.

\_\_\_\_\_. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In **Revista de Antropologia**, Vol. 39, Nº01, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/41616179?uid=3737664&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21104598121487>. Acesso: 15 de março de 2012.

CARDOSO, S. H. S. **A República das Mil Faces**: um diário narrativo e fotográfico de uma praça no centro novo da cidade de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1999.

DA MATTA, R. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1991.

\_\_\_\_\_. "O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues". In: NUNES, E. O. N. (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DIÁRIO Mercantil. **Afinal, o Calçadão será hoje inaugurado como presente ao povo**. 16 de novembro de 1975, p. 12.

DIÁRIO Mercantil. **Pedras portuguesas mostram mais uma etapa do Calçadão**. 1º de outubro de 1975.

DIÁRIO Regional. Juiz de Fora, 02 de junho de 2002.

DURHAM, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (org.) **A Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. A Cidade como Sede de Sentidos. In: **Revista Iluminuras**. vol. 09, nº20, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9296/5364>>. Acesso: 23 nov. 2012.

FRANCE, C. Antropologia Fílmica: uma gênese difícil, mas promissora. In: FRANCE, C. (org.). **Do filme etnográfico à antropologia fílmica**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cinema e Antropologia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

GEERTZ, C. **O Saber Local**: novos ensaio em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GNOATO, L. S. **Curitiba, cidade do amanhã**: 40 depois. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/351>>. Acesso: 15 out. 2012.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GUIMARÃES, S. **Juiz de Fora**: Projetando memória. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2008.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2006. 1ª Ed.

HASSENPFUG, D. Sobre centralidade urbana. In: **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n.085.00, Vitruvius, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

JORNAL Tribuna de Minas. **A Rua Halfeld**: Suplemento comemorativo do 148º Aniversário de Juiz de Fora. maio de 1998.

JORNAL Diário da Tarde. **Calçadão**: Um rua só de flores e gente. 22 de maio de 1974.

JORNAL O Lince. **O Footing da Rua Halfeld**. Setembro de 1947.

MAGNANI, J. G. C. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, nº49, 2002.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **Coral Gardens and Their Magic**. Bloomington, Indiana University Press, 1965.

MEAD, M. Visual Anthropology in a Discipline of Words. In: HOCKINGS, P. **Principles of Visual Anthropology**. Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1995.

\_\_\_\_\_. O significado das perguntas que fazemos e Como escreve um antropólogo, In: **Macho e fêmea**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MENDES, M. **A Idade do Serrote**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968

NAVA, P. **Baú de Ossos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

OLIVEIRA, P. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PEIXOTO, C. E. **Envelhecimento e Imagem**: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. São Paulo, SP: Annablume, 2000.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. N.3, 1989

REYNA, C. P. Vídeo & Pesquisa Antropológica: Encontros & Desencontros. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, MAE-USP, SP, nº 6, 1996.

RIBEIRO, J. S. Jean Rouch - Filme etnográfico e Antropologia Visual. In: **Doc Online**, n.03, Dezembro, 2007. Disponível em: <[http://www.doc.ubi.pt/03/artigo\\_jose\\_ribeiro.pdf](http://www.doc.ubi.pt/03/artigo_jose_ribeiro.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

SELIGMANN-SILVA, M. Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento, In: SELIGMAN-SILVA (org.) **História, Memória, Literatura**: O testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: **Mana** [online]. vol.11, n.2, 2005, pp. 577-591. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

MORAES FILHO, E. (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, E. C. ; SIMSON, O. R. M. V. Roda de Samba: Espaço da Memória, Educação e Sociabilidade. In: VISCARDI, C. M. R.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **História Oral**: Teoria, Educação e Sociedade. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2006.

VELHO, G. **A Utopia Urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978. a

\_\_\_\_\_. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. b





## ANEXO I

### Roteiro Geral das Entrevistas

- Idade
- Local de nascimento
- Tempo em que reside na cidade
- Profissão
- Educação
- Estado Civil

- 1- Há quanto tempo frequenta o calçadão?
- 2- Fez amigos ali?
- 3- Por que ir ao calçadão?
- 4- Joga purinha?
- 5- Com quem conversa?
- 6- Qual é o assunto?
- 7- Há mulheres aqui? Por que?
- 8- É aposentado?
- 9- Qual a história da purinha?
- 10- Já ensinou purinha a alguém?
- 11- Há brigas entre seu grupo?
- 12- Por que gosta de ficar neste ponto da rua?
- 13- Qual a graça em apostar?
- 14- Conhece a família dos amigos dali?
- 15- Se encontram em outros lugares que não seja o calçadão?
- 16- Acha mesmo que a Halfeld é o coração da cidade?
- 17- Conte de experiências marcantes que viveram no calçadão.